

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

O MERCADO DA DÁDIVA

Formas biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas

José César de Magalhães Jr.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera da Silva Telles

São Paulo

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ao meu pai, José César
que me legou, em seu nome, seu espírito.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me concedeu bolsa de estudos viabilizando financeiramente, durante dois anos, esta pesquisa. Não posso deixar de render minha gratidão mais sincera aos que trabalharam comigo nesta pesquisa e compartilharam do esforço coletivo de deciframento em que estamos todos, homens e mulheres pensantes, envolvidos. Começo meus agradecimentos pela minha orientadora, Vera Telles. A ela devo o interesse obstinado pelo curso do mundo. E nossos debates intensos vão, em breve, completar sua primeira década. À equipe de pesquisa sem a qual esta dissertação não existiria: Daniel Veloso, Eliane, Carlos, Carol, Ludmila e Rafa. Com eles partilhei o trabalho intensivo e sempre artesanal dos anos mais recentes. E também com Robert Cabanes, pesquisador paciente e incansável, artífice das histórias de vida. Agradeço também a três pesquisadoras que já não estão conosco, mas acompanharam o início deste percurso: Ana Lavos, Stela e Nilde. Com Nilde, trabalhei muitos anos em diferentes ocasiões. Devo parte das questões deste trabalho às conversas que tivemos e ainda temos. Agradeço às professoras que compuseram a banca de qualificação e foram as primeiras leitoras dessas linhas tortas: Irene Cardoso e Cibele Rizek. Cibele também já foi minha orientadora. A ela agradeço a disposição de me ouvir e me auxiliar sempre que lhe aborreço com idéias delirantes. Também agradeço ao amigo Anderson, que leu o texto de qualificação; suas sugestões foram muito generosas. Ele diz que é mineiro. Sou mineiro com ele no gesto e na paciência. Ao Nilton, meu irmão oriental, as neuroses partilhadas em centenas de horas ao telefone e outras tantas conversas, pesquisas que fizemos juntos, questões trocadas e que foram fundamentais para este trabalho. A Márcia, sua graça e acidez me ajudou a digerir nosso objeto de pesquisa comum. Aos camaradas lapeanos: Alex, Poline, Cecília, Tiago, Samara e Jean; a alegria do nosso socialismo de bairro. Aos companheiros que estivemos juntos na difícil tarefa de pensamento e ação no MST, em especial, os que preparam atividades comigo, Geórgia e Marco, também os outros *carissimi*: Lucas, Xico, Gilberto, Sil. E também a Liz que me ensinou a tomar chá quando eu queria uísque. Ao amigo Berg, que diagramou esta dissertação e está me iniciando no difícil trabalho de lidar com imagens. Aos meus pais, minha irmã e minhas sobrinhas que, da distância, me apóiam sempre. Para Tatiana faltaria espaço nestas folhas, a companheira intensa de todo instante. Revisou o texto, sugeriu correções e mudanças, pôs sua inteligência contra minhas idiosincrasias. Acolheu nas horas difíceis, desfez-me as paranóias, pôs seu afeto contra minhas neuroses. Com a Tatiana as três coisas mais importantes: o amor, o saber, a política.

Resumo

Esta dissertação é o resultado da construção experimental de um objeto de pesquisa a partir de um trabalho de campo extenso e aprofundado em quatro organizações de base popular na periferia sul da Cidade de São Paulo. O objetivo visado por esta construção foi o de uma apreensão das linhas de força que estão reconfigurando práticas políticas nas periferias paulistanas: o deslocamento tanto das estratégias de organização popular assentadas na representação de interesses das classes trabalhadoras – o movimento operário e os movimentos sociais urbanos da década de 80 – quanto dos antigos expedientes do favorecimento pessoal, para formas contemporâneas do associativismo civil que mobilizam saberes técnicos, qualidades administrativas e recursos de investimento privado para o atendimento às necessidades das 'populações carentes' moradoras das periferias. Por este movimento, o jogo político das periferias passa da polarização de interesses entre as formas de reivindicação por melhores condições de vida e os recursos de método tradicionais do clientelismo político para uma convergência de todas as organizações populares sob a forma da 'prestação de serviços sociais'. Serviços executados por organizações não-governamentais (ONGs) administradoras de projetos sociais que visam uma gestão eficaz de recursos escassos destinados à promoção de iniciativas empreendedoras. Ao longo desta dissertação, procura-se colocar em perspectiva as situações aporéticas que têm lugar no tecido das entidades sociais e seu encapsulamento gestor sob formas da concorrência por recursos de financiamento a projetos sociais, prêmios de excelência e visibilidade das atividades desenvolvidas, num verdadeiro mercado de práticas de funcionalização da pobreza.

Palavras-chaves: associativismo, organizações não-governamentais, movimentos sociais, gestão da pobreza, sistemas de informações

Abstract

This dissertation is the result of the experimental construction of a research object resulting from a deep and extensive field work in four popular organizations in the southern periphery of São Paulo. The objective aimed by this construction was the apprehension of the lines of force that are reconfiguring political practices in the peripheries of São Paulo: the displacement of popular organization strategies based on the representation of interests of the working classes – the labor movement and the urban social movements from the 80's – as well as that of the old expedients of personal favoring to contemporary forms of civil associationism that mobilize technical knowledge, administrative qualities and resources from private investment to the fulfillment of the needs of the periphery-dwelling 'devoid population'. By this movement, the political game of the peripheries goes from the polarization of interests between the forms of claim for better conditions of life and the resources of traditional methods of political clientage to a convergence of all the popular organizations under the form of 'social services providing'. Services done by non-governmental organizations (NGOs) that administrate social projects that aim at an efficient management of scarce resources destined to the promotion of entrepreneurial endeavors. Throughout this dissertation, we try to put in perspective the aporetic situations that take place in the fabric of the social entities and their managerial encapsulation under the forms of competition for funding resources for social projects, rewards for excellence and visibility of the activities developed, in a true market of practices that functionalize poverty.

Key-words: associationism, non-governmental organizations, social movements, management of poverty, information systems

Índice

Apresentação	7
Introdução: mudança social e 'modernização' política	
<i>A emergência da classe trabalhadora como nova condição da política</i>	16
<i>A 'exceção brasileira' como regra mundial</i>	20
<i>A invenção dos excluídos</i>	29
Capítulo 1. A produção da vida urbana pelos caminhos da esquerda	35
<i>Vida Nova, 1981: na origem, a estratégia política das ocupações</i>	35
<i>Outra paisagem urbana e política e os vários sinais da virada dos tempos</i>	36
<i>As 'entidades sociais' na economia dos tempos políticos da cidade</i>	38
<i>Os descaminhos do 'protagonismo das ações locais'</i>	39
<i>Autonomia popular em transe</i>	46
<i>A vocação do social</i>	49
Capítulo 2. A mão direita da urbanização às avessas	54
<i>Veredas sinuosas do progresso urbano</i>	56
<i>O xerife da Flamengo</i>	59
<i>Clientelismo em 'crise de paradigmas'</i>	62
Capítulo 3. As entidades sociais na 'concorrência das identidades'	69
<i>Do confinamento à participação</i>	70
<i>O empreendedor social entre a vocação e a profissão</i>	71
<i>Gestão e modernização da entidade</i>	75
<i>Dias de ventania no limiar das ONGs – a entrada na 'economia política da informação'</i>	77
<i>Quando um novo personagem entrou em cena – o empresário-cidadão</i>	86
<i>O declínio da república das UPPs</i>	88
Capítulo 4. Logística e mercado de serviços nos desvãos da política	94
<i>Uma cooperativa contra as ONGs?</i>	94
<i>Uma 'oportunidade solidária' para a expansão dos negócios</i>	105
<i>A excelência dos projetos sociais em disputa</i>	112
Considerações Finais	119
Referências Bibliográficas	125

Apresentação

Esta dissertação é o resultado de pesquisas empíricas realizadas desde o ano de 2000 no Distrito do Jardim São Luiz, zona sul da Cidade de São Paulo. Desde então, e até recentemente, venho trabalhando como pesquisador de campo em diversos projetos de pesquisa – com diferentes formações de equipe – coordenados pela Profa. Dra. Vera da Silva Telles do Departamento de Sociologia da USP. Ainda que sempre me valesse das informações coletadas em anos anteriores, a maior parte do material utilizado para que eu redigisse esta dissertação data do período entre o início do ano de 2004 e meados de 2005. Durante este período, trabalhei intensamente junto a equipe de pesquisa do projeto “Cidade, trabalho e seus territórios”, coordenado pela Profa. Vera Telles, minha orientadora, e pelo professor francês Robert Cabanes, do *Institut de Recherche et Development*. Sem o trabalho coletivo desta equipe, esta dissertação certamente não existiria. Percorremos as periferias, entrevistando moradores, líderes comunitários, assistimos reuniões em entidades sociais, trocamos impressões, diários de campo, estudos. Muitas das idéias formuladas neste trabalho são oriundas de nossas conversas, reuniões e relatórios. Não é demais a ressalva, no entanto, que, se grande parte das formulações desta dissertação são coletivas, os eventuais equívocos deste texto são de minha inteira responsabilidade.

Meu trabalho de pesquisa concentrou-se, neste último período, em quatro entidades sociais no Distrito do Jardim São Luiz. Duas delas eram associações de moradores, na favela Flamengo e no conjunto habitacional Vida Nova¹. Uma outra é uma organização não-governamental gestora de projetos sociais, a Casa da Juventude. Por fim, a quarta entidade é uma cooperativa de processamento de dados, a Colcid. Outras entidades sociais aparecem aqui pelas relações que estabeleceram com uma ou outra dessas entidades, além de organizações empresariais do terceiro setor também relacionadas a elas. Nas organizações em que concentrei esforços de pesquisa, pude apreender parte das linhas de força que estão reconfigurando práticas políticas nas periferias paulistanas: o deslocamento das estratégias de organização popular assentadas na representação de interesses das classes trabalhadoras – o movimento operário e os movimentos sociais urbanos da década de 80 – e dos expedientes do favorecimento pessoal de longa duração na história brasileira, para formas contemporâneas do associativismo civil que mobilizam saberes técnicos, qualidades administrativas e recursos de investimento privado para o atendimento às necessidades das 'populações carentes' moradoras das periferias. Por este movimento, o jogo político das periferias

¹ Por questões de preservação das fontes, todos os nomes de pessoas e de algumas organizações e lugares, aqui, foram descaracterizados.

parece passar da polarização de interesses entre as formas de reivindicação por melhores condições de vida e trabalho (o embate político por uma apropriação, pelas famílias trabalhadoras, de maiores parcelas do excedente econômico) e os recursos de método tradicionais do clientelismo político, para uma convergência de todas as organizações populares sob a forma da 'prestação de serviços sociais' – organizações não-governamentais (ONGs) administradoras de programas sociais que visam uma gestão eficaz de recursos escassos destinados à promoção de iniciativas empreendedoras. Tais iniciativas empreendedoras parecem significar outro nome para uma mobilização permanente da força de trabalho que é disponibilizada, sob a forma mercantil, para eventual exploração econômica em um contexto de desemprego e precarização das condições de sobrevivência.

Tentei, aqui, desenvolver, da melhor forma que fui capaz, a questão em foco. Assumi os riscos de uma construção inteiramente experimental do objeto de pesquisa. Apesar do apoio sólido da equipe de pesquisa, das sugestões que recebi e das entrevistas realizadas em parceria com Robert Cabanes e, especialmente, da orientação de Vera Telles, as dificuldades próprias ao trabalho de campo (no meu campo e de outros colegas da equipe com os quais colaborei) e à elaboração dos materiais coletados acabaram por tomar-me quase todo o período de dois anos e meio, definido pelo Departamento de Sociologia como prazo regulamentar para a realização da dissertação de mestrado, o que prejudicou enormemente a realização de um levantamento bibliográfico mais aprofundado sobre as questões em pauta.

Em que pese aí a excessiva restrição dos prazos para a elaboração de uma dissertação que envolve longa imersão no campo de pesquisa, ciente das limitações impostas pelo tempo escasso, fiz, de fato, uma opção deliberada pelo trabalho de campo e pela elaboração do material empírico. Minha opção justifica-se, em parte, porque a literatura específica sobre o tema do associativismo civil e das ONGs está, ao menos para o meu ponto de vista, demasiadamente implicada nas intervenções diretas destas organizações. Com a ressalva de bons trabalhos reflexivos que possam existir e aos quais, infelizmente, não tive acesso, muitas pesquisas nessa área são inclusive contratadas por estas próprias organizações ou suas agências de financiamento e servem de suporte ao desenho de modelos de gestão, programas e projetos sociais. Devo confessar que meu interesse por esta literatura está mais para tomá-la como objeto de pesquisa que por interlocutora das questões desta dissertação. Embora a escassez de tempo não tenha me possibilitado realizar tal levantamento bibliográfico, não parece juízo externo à matéria afirmar que, especialmente no caso destas pesquisas aplicadas, elas mesmas são co-produtoras do campo discursivo e prático que é objeto de meu estudo.

Mas minha opção por concentrar-me nos detalhes do trabalho de campo é, sobretudo, uma tentativa de construção experimental de um objeto de pesquisa: armar um campo de problemas que partisse propriamente das relações constituídas nas práticas e discursos, para além das segmentações disciplinares da sociologia – sociologia urbana, sociologia política, sociologia do trabalho. Nas relações convencionais entre as organizações, nos pequenos agenciamentos cotidianos, nos traços biográficos de personagens que iluminam as inflexões políticas dos tempos que correm, apreender a cifra de uma experiência do desconcerto político, do mascaramento das identidades políticas, da emergência de identidades concorrenciais vinculadas a uma espécie de marca comercial atribuída por prêmios de excelência, do desnorreamento na deriva ideológica aí produzida. Minha intenção foi a de levar o leitor eventual desta dissertação, bem como o pesquisador interessado no tema, a partilhar desta experiência desconcertante, ao seguir os fios desta narrativa. Por isso, talvez, tento, aqui, propôr uma imaginação sociológica de outro tipo, que permita dar acesso à uma experiência da indigência política pela trilha dos relatos, dos perfis, das relações, das biografias dos personagens que são operadores desta reconversão política. O estilo de escrita desta dissertação, em que pese minhas graves deficiências no uso da língua, também denuncia esta tentativa. O uso mais ou menos indiscriminado de formas gramaticais do discurso indireto livre, na primeira versão desta dissertação (é provável que ainda tenham sobrado algumas pelo texto), valeu-me a acusação, por um amigo, leitor prévio deste trabalho, de escrever algo próximo de um relato naturalista. 'Naturalismo biopolítico', talvez eu mesmo admita. Outro amigo, com o qual eu conversava sobre esta tentativa, sugeriu que eu tentasse fazer uma espécie de 'pesquisa-práxis', à maneira do poeta Mário Chamie. Certamente, eu não conseguiria. Tentei apenas perseguir, nos ínfimos vestígios do factual, os vários sinais da virada dos tempos tal como aparecem à vivência paradoxal do ativismo político nas periferias.

O objetivo desta dissertação é, de qualquer maneira, colocar em perspectiva as situações aporéticas que têm lugar no tecido das entidades sociais e seu encapsulamento gestor, por um lado, sob a forma da disponibilização permanente de contingentes humanos para a exploração econômica (a 'biopolítica', nos termos de Michel Foucault) e, por outro lado, sob formas da concorrência por recursos de financiamento aos projetos sociais, prêmios de excelência e visibilidade das atividades desenvolvidas, num verdadeiro mercado de práticas de funcionalização da pobreza (para utilizar aqui um termo caro ao professor Francisco de Oliveira) e também de valores 'imateriais' como a solidariedade e a benemerência. Espero que a forma de exposição encontrada permita o acesso a estas questões.

* * *

Não poderia também dispensar nesta apresentação resumir sucintamente uma outra experiência pessoal: trabalhei em duas grandes organizações que hoje compõem o nebuloso terreno do terceiro setor. Fui também, portanto, operador da 'benemerência eficaz'. Meu trabalho pessoal também serviu-me de boa provocação para redigir esta dissertação. E, certamente, me insere no teatro de operações que representa a logística das relações entre as organizações do terceiro setor. Na primeira delas, de corte nitidamente empresarial, participava de um programa cujo objetivo era fomentar a defesa de direitos sociais que efetivassem algum 'impacto no desenho das políticas públicas'² de administrações municipais. Embora nenhum de nós fosse propriamente especialista em políticas públicas, o programa alimentava pretensões de alcance nacional e vínhamos debatendo a necessidade de aproximar o contato entre a equipe de trabalho e as equipes gestoras das prefeituras – justamente o 'alvo das ações' – a fim de garantir maior possibilidade de influenciar a 'condução das ações locais'. Preocupados estávamos assim em levar a cabo um bom 'policiamento para-empresarial' das prefeituras brasileiras, do contrário, nossa intervenção não passaria de alguns *slogans* promocionais lançados ao vento.³ Foram marcadas, então, uma série de reuniões sobre o problema. A última delas incluiria toda a 'equipe de comunicação' da organização. Carraspana larga no dia anterior, cheguei atrasado à apoteótica reunião. De ressaca, vislumbrei nas brumas que, no lugar central da mesa, estava a nova diretora de comunicação: publicitária de profissão, apresentava longa 'ficha-corrída' em diferentes agências de propaganda, fora trazida à organização pelo próprio presidente – ex-empresário do ramo comercial, ex-PNBE, ex-freqüentador de 'cursos de cidadania para empresários republicanos'; na época, ocupava assento nos conselhos diretores de muitas organizações similares e vivia dos rendimentos que lhe conferiam suas aplicações financeiras. A reunião transcorria em ritmo morno, a mim, aliás, muito adequado, quando ocorre a uma jornalista: “por que não uma inserção no Jornal Nacional?” Brilhante idéia. Não cheguei a ver o 'anúncio' – no modelo publicitário 'mídia-realidade' (inserção de 'factóides' publicitários na programação jornalística) –, mas presumo ter sido do agrado. Desnecessário realçar que nossa relação com as prefeituras tampouco se alterou, senão quando nos aproximamos da premiação, em Brasília, com ampla cobertura televisiva, do prefeito mais empenhado na causa do programa. Deixei a organização poucos meses depois. Ela segue de pé até os dias atuais e também segue o programa – já não sei mais a quantas.

Passei dali a uma outra organização. Esta, de perfil bem diferente, oriunda de um grupo de pesquisadores de ciências humanas na época da florada dos movimentos sociais. Consolidara-se

² As aspas aí são inevitáveis já que não parece possível uma fidelidade à descrição que não lance mão do jargão em voga destes 'espaços'.

³ Lançados ao vento fomos todos, meses depois, como consequência de nossa pouca 'colaboração convergente com a missão da casa'.

quando da chegada dos primeiros candidatos do Partido dos Trabalhadores aos poderes executivos municipais. Esperava encontrar-me ali melhor ambientado. Cheguei, no entanto, quase uma década e meia depois da ocorrência do 'mito fundacional'. A organização atuava em diferentes 'áreas' correspondentes a setores da administração pública. Fui alocado na área de participação popular que, neste tempo, 'livre dos preconceitos' de outrora, já se chamava 'participação cidadã'. Ali presenciei, numa reunião, um veteraníssimo 'militante da área' – chegara a ombrear o 'antológico ululante' Paulo Freire – propôr, sem freios, uma ampliação do raio de nossas intervenções, ainda muito restritas a um público estigmatizado pelo vício rançoso de um corte classista. Ele, na época já consultor do 'despreconceituoso' Instituto Credicard, alertava para o que julgava ser um déficit de sensibilidade de nossa parte: havia muitos novos 'espaços de participação da sociedade na gestão de políticas públicas' para o qual não estávamos dando o devido relevo. O exemplo mais evidente: as novas agências reguladoras de serviços públicos, recém-privatizados no governo de Fernando Henrique Cardoso, são também uma forma de democratizar o acesso da sociedade civil às decisões que afetam o gerenciamento de serviços estratégicos, outrora “prerrogativa autoritária do fisiologismo estatal”. Esta passagem ao 'controle público' dos serviços e empresas antes privatizados pela burocracia estatal foi, como se sabe, uma das maiores transferências patrimoniais de recursos públicos para mãos privadas nacionais e internacionais na história do Estado brasileiro e rendera a formação de novas fortunas, entre outras, no negócio um tanto nebuloso da 'corretagem' de licitações de privatização. A 'privataria', como costuma referir-se a tal 'publicização' um notório cronista do jornalismo político paulista, foi realizada com empréstimos do próprio BNDES – empréstimos com juros bem abaixo dos de mercado, como aliás convém para um banco público de desenvolvimento – aos consórcios envolvidos nas licitações de privatização – negócio sem riscos para os compradores no exato momento em que adentrávamos a sociabilidade de riscos contemporânea. As agências foram instaladas para auxiliar o Estado na regulação dos serviços. Em seus conselhos, a maioria dos assentos é reservada à representação dos novos mandatários vencedores dos leilões – empresas nacionais e internacionais associadas numa espécie de truste internacional consentido. Na época em que foi proposta a tal 'parceria' entre as agências e nossa equipe de trabalho, protestei. Fui acusado de proselitismo. Não sei se, hoje, meus colegas já atuam também nesta 'área'.

Julgo que estes 'casos' relatados são interessantes porque emblemáticos de minha relação pessoal com as questões que esta dissertação aborda. Devolvidos meus 'ressentimentos proselitistas' à caixa de pandora de um tempo em que política queria dizer outra coisa que não um sinônimo de policiamento, retorno a universidade decidido a afastar qualquer proposta de estudo direto destes meus 'fantasmas reais'. Por isso, o texto que segue tem outro tom. Ao menos, foi essa a intenção. De

toda forma, a matéria escolhida tem outra extração. Pequenas entidades sociais das periferias não chegam a um tão altíssimo 'senso de oportunidades' que alimenta o tino das grandes organizações do terceiro setor. Antes, engalfinham-se pelo recurso minguado dos prêmios, parcerias e projetos. O recurso aportado é sempre proporcional à visibilidade alcançada pelas organizações. Mas penso que relatar meu percurso pelas vias mais altas do terceiro setor pode ser útil a uma visão panorâmica do que pode estar em jogo nestas organizações.

* * *

O texto que segue foi dividido em uma introdução e mais quatro capítulos, seguidos das considerações finais. Na introdução, tento esboçar alguns dos pressupostos teóricos que informam a abordagem da questão. Reconheço que o texto da introdução é um tanto quanto frágil, mas vou tomá-lo aqui como um experimento, para mim, ainda em curso: uma tentativa de construir uma abordagem nova ao problema da mudança social e política que culmina numa reconversão do campo político e na indistinção entre direita e esquerda sob o imperativo da inclusão social.

No primeiro capítulo, que chamei “a produção da vida urbana pelos caminhos da esquerda”, dou início ao tratamento do material empírico. A narrativa começa, no final dos anos 70, numa ocupação de terra urbana organizada por militantes de esquerda, que resulta na construção de um conjunto habitacional. No centro comunitário deste conjunto (Vida Nova), uma antiga liderança do movimento de ocupação arbitra, segundo suas conveniências, o acesso das famílias moradoras aos programas de distribuição de leite e cestas-básicas. Ela enfrenta a oposição de um grupo de outras lideranças do movimento originário do conjunto que denuncia suas práticas. O grupo, na impossibilidade de vencê-la nas eleições do centro comunitário, acaba desistindo da disputa política e optando pela formação de uma ONG para fazer-lhe concorrência. Ambas as organizações declaram-se de esquerda, já que, mesmo a liderança do centro comunitário, além de distribuir cestas-básicas, organiza outras ocupações de terra e gerencia também programas de mutirão. A história é de uma completa vertigem ideológica, uma vez que os mesmos personagens têm sua iniciação na vida política pelas organizações de esquerda, passam daí ao clientelismo mais explícito, defrontam-se com a circunstância de concorrer entre si pelo gerenciamento de projetos sociais e acabam por relançar, em outros termos, o velho clientelismo local pela combinação entre movimento popular de moradia (em um quadro de esgotamento do padrão de urbanização por expansão de periferias) e critérios de favorecimento pessoal para a seleção de beneficiados por programas de mutirão.

O segundo capítulo, “a mão direita da urbanização às avessas”, faz o movimento justamente inverso. A história se passa numa favela que, pela própria condição ilícita das moradias, faz proliferar os expedientes do apadrinhamento político e do favorecimento pessoal. Na direção da associação de moradores da favela Flamengo, 'reinara', desde meados da década de 80, um personagem muito típico do clientelismo local. Cabo eleitoral do 'malufismo', controlava os 'bicos de água' e os 'gatos de luz' que abastecem as casas dos moradores da favela (ele era um dos poucos que possuía relógios de medição em sua casa). Foi derrotado, na direção da associação, por uma chapa apoiada pelo PT na virada dos anos 2000. Passadas as eleições municipais, o PT se afastou e os novos diretores da associação, agora, procuram o apoio de fundações empresariais para financiarem projetos sociais. Uma ONG da região, contudo, decide instalar um projeto na favela e o episódio provoca forte concorrência entre a ONG e a associação, pelo direito, de uma ou outra, solicitarem recursos para projetos de inclusão social dos moradores favelados. Neste caso, a narrativa começa pelas histórias da direita que é derrotada por uma esquerda que visa apenas o apoio para uma campanha política. A esquerda desaparece logo após as eleições e cede espaço ao agenciamento de uma fundação empresarial, que estimula o desenvolvimento de projetos. A necessidade de garantir público cativo para o desenvolvimento dos projetos leva à uma concorrência entre a associação e uma ONG da região que pretende expandir suas atividades para a favela.

No terceiro capítulo, “As entidades sociais na 'concorrência das identidades’”, decido investigar uma ONG gestora de projetos sociais, a Casa da Juventude, forma para qual parecem estar convergindo todas as entidades sociais de perfil popular nas periferias, como as pesquisadas nos capítulos anteriores. Aí, é possível observar as novas práticas levadas à cabo por estas organizações que, em grande parte, substituem as querelas dos interesses e das opiniões políticas pela administração, em regime de urgência, das necessidades das populações atendidas por seus projetos. Tal administração não raro se dá sob a forma de estímulos ao empreendedorismo, muito em voga nos tempos atuais de desemprego e flexibilização generalizada dos contratos de trabalho. A ONG Casa da Juventude tem uma forte aliança com outra ONG, mas o desenvolvimento, por ambas, de um projeto inovador leva a uma crescente concorrência entre elas por prêmios de excelência e financiamentos privados e estatais. O último capítulo, “logística e mercado de serviços nos desvãos da política”, é uma incursão de pesquisa pela história recente justamente do projeto inovador que estimula a concorrência entre as ONGs do capítulo anterior, a Cooperativa de Logística da Cidade (Colcid). Os membros da cooperativa são fortes opositores das formas de financiamento e da concorrência entre as ONGs. No entanto, não fazem diferente: participam também da concorrência por prêmios e financiamentos; mas, por terem construído uma ferramenta tecnopolítica de grande

potencialidade – um sistema de informações de logística geo-referenciadas –, almejam vencer a concorrência contra todas as outras organizações das periferias e, desta forma, monopolizar o campo dos 'serviços sociais' por meio de redes informatizadas que permitiriam à Colcid, pelo dispositivo tecnológico panóptico criado, exercer forte controle sobre outras organizações.

Por fim, nas considerações finais, retomo pontos do trabalho empírico que considero importantes para uma discussão do que estes traços significam em termos do controle biopolítico das populações das periferias.

Introdução

Mudança social e 'modernização' política

Já constituem patrimônio do pensamento social brasileiro os estudos sociológicos de mudança social. Eles tematizaram a modernização do país em suas mais diferentes expressões: a migração de contingentes populacionais do campo para as cidades, a industrialização e a urbanização, o desenraizamento destas populações das relações de proximidade em que estiveram inseridas nas comunidades rurais, o surgimento de novas identidades constituídas na vida urbana e no trabalho fabril, as novas relações aí engendradas pela crescente expansão dos vínculos contratuais, o crescimento e o desenvolvimento econômico, a inserção do país na ordem internacional. Tais estudos não se furtaram, sobretudo, de uma compreensão crítica desta modernização: as relações contratuais nunca se universalizaram; as massas rurais jamais foram completamente integradas no disciplinamento da ordem social competitiva cuja senha era o contrato e que, à despeito disto, se consolidava; o crescimento econômico levava ao aprofundamento das desigualdades regionais e a uma maior concentração de renda que só fazia aumentar a pobreza urbana. A mudança é problematizada aí, em todas as vertentes de pensamento, sobre o plano de referência do deslocamento de relações estruturais capazes de articular campos de experiência e horizontes de expectativa acerca dos rumos do país. Tais mudanças são apresentadas como reordenamentos radicais ora na experiência vivida e nos conflitos e alianças novos que aí teriam lugar, ora nas formas da produção, nos níveis de emprego e renda, na relação com outras nações, na inscrição jurídica e política de novos interesses que se formavam – todas estas alterações referenciadas ao horizonte de modernidade esperado numa sociedade periférica marcada pelo desenvolvimento tardio de suas instituições.

Este trabalho, embora talvez sem a competência necessária a fazer justiça ao legado desta geração de estudos, quer também inscrever-se no campo dos dilemas da mudança social, em especial, da mudança política. Trata-se, no entanto, de uma perspectiva de tipo diverso daquelas já consagradas nas mais notáveis linhagens de nossas ciências sociais. Às limitações do autor veio convergir, para minha sorte, uma profunda crise dos sistemas de coordenadas que sustentavam o quadro interpretativo anterior. Numa inversão dos planos do problema, a mundialização econômica deu ocasião a uma 'falsa brecha' na história brasileira: nós, que contávamos nosso devir nas sociedades modernas desenvolvidas (fossem elas cifradas como as sociedades do antagonismo de classes ou da disciplinarização salarial) e aguardávamos a tempestade que iria varrer definitivamente o atraso de nossa 'má formação', sem que mudássemos de posição no sistema dos Estados nacionais, viemos a

representar o destino distópico destas sociedades – as formas de nosso atavismo histórico finalmente convertidas nas cifras de nosso *aggiornamento* ao concerto das nações⁴. Uma névoa densa interrompeu as querelas da crítica sobre os sentidos do empuxo modernizante, rarefez o ar das apostas, conjurou as mudanças estruturais e escasseou as promessas na 'parlamentação das modernizações' e suas crises endêmicas. O estudo que aqui segue não teve, portanto, muita ocasião de partilhar de grandes narrativas explicativas, modelos causais interpretativos, quadros epistemológicos assentados da mudança social. Defrontou-se, antes, com a desintegração dos planos de referência daquelas grandes narrativas da modernização, uma vez que já não parece haver mais promessas do progresso a arrebatam a sociedade brasileira. Ainda que hesitante, no entanto, este estudo seguiu a direção dos indícios lentamente insinuados de uma mudança em curso. Menos por vontade que por inaptidão, mas sobretudo para sustentar o compromisso obstinado do pensamento com sua própria matéria, procurou-se seguir a mudança social ainda aquém das voragens da história, no detalhe de seus ínfimos vestígios.

A emergência da classe trabalhadora como nova condição da política

O surgimento de novas classes sociais no país foi parte central das reflexões sobre a modernização. No período de trinta anos que vai da instalação das grandes indústrias multinacionais automobilísticas (década de 1950) até os anos do milagre econômico, na década de 70, a emergência de quadros empresariais urbanos, altos funcionários de empresas estatais e multinacionais que lideravam o desenvolvimento econômico, a formação de um salariado rural, de novas classes médias de funcionários urbanos e, sobretudo, de um amplo contingente de operários nas grandes cidades constituíram matéria sólida e inédita para o trabalho das ciências humanas. As circunstâncias em que se dá a ação política, as negociações, os enfrentamentos, as acomodações entre os grupos de interesse e, enfim, das novas configurações de classe foi objeto de primeira grandeza para a sociologia. Parte significativa das ciências sociais elaborava a convicção de que os arranjos políticos institucionais internos forneciam a forma da inserção do país no curso do sistema internacional, a forma das opções disponíveis para lograr o desenvolvimento e o enfrentamento dos seus dilemas históricos: a desigualdade social, a pobreza, o subdesenvolvimento. Daí a centralidade do tema da mudança política fortemente articulado ao da mudança social.

No final do regime militar, sob o signo do imbricamento entre situações sociais novas e o truncamento institucional incapaz de traduzir no plano político a nova estrutura de classes⁵, a

⁴ Vera Telles. "A 'Nova Questão Social' Brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de modernidade" **in:** TELLES, V. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo, Editora 34, 2001.

⁵ Francisco de Oliveira. "Política numa Era de Indeterminação: opacidade e reencantamento." **in:** SILVA, Fernando

sociologia foi tomada de assalto pelo retorno das grandes greves de massa que, nos estertores do governo autoritário, fizeram ressurgir o movimento operário. A movimentação operária dos últimos anos da década de 70 tinha seu epicentro na região do ABC paulista, onde estavam instaladas as mais modernas plantas fabris do país – as multinacionais do setor automobilístico –, mas atingia fortemente também outros centros urbanos e outras categorias profissionais de trabalhadores no Brasil. A eclosão das greves surpreendia as análises das ciências sociais que até então concentravam sua reflexão nas recomposições de forças no Congresso Nacional (com o crescimento do partido de oposição), nos diversos alinhamentos e rupturas de alianças dos setores militares que ainda dominavam o Executivo, enfim, no jogo de forças da política institucional. Mas a grande invenção política do período não se dava mais nestes espaços. O *locus* a partir do qual se desdobraria uma outra formulação política havia se deslocado para o entorno periférico dos grandes centros industriais brasileiros, e não menos na capital paulista.

Em São Paulo, a principal aglomeração de indústrias metalúrgicas estava na região sul, nas imediações do Distrito de Santo Amaro. O município sediava indústrias de médio e pequeno porte e com capital majoritariamente nacional. Ao contrário do que acontecia no ABC, o sindicato dos metalúrgicos da capital era dominado por lideranças leais ao regime e, portanto, opositoras do espírito do novo sindicalismo autônomo que florescia em São Bernardo do Campo. O renascimento político em curso não deixou, contudo, de deitar raízes no solo das periferias paulistanas. Justamente porque ali enfrentavam a oposição até mesmo da estrutura de organização formalmente reconhecida – o sindicato –, os operários combativos criavam suas próprias formas de organização, as comissões de fábrica, e uma forma de articulação política que tinha no 'chão de fábrica' o alicerce de suas lutas. Estas encontravam suas bandeiras no cotidiano do trabalho fabril: reivindicações por alimentação de melhor qualidade nos refeitórios, pela readmissão de colegas, pelo direito de ir ao banheiro mais vezes ao dia, contra o arbítrio das chefias – em suma, essas lutas reivindicavam não apenas uma melhoria dos salários ou o envolvimento dos trabalhadores em grandes campanhas nacionais (como se organizara o movimento operário até os anos 50), mas incorporavam anseios de justiça e dignidade nas práticas cotidianas do trabalho, valores que, em termos atuais, poderíamos referenciar como 'imateriais'. Tais reivindicações (que visavam não só maior benefício econômico para os trabalhadores como seu reconhecimento simbólico como sujeitos políticos) agremiavam-se nos fóruns do que ficou conhecido como a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. A grande efervescência política do momento, no entanto, não se resumia às agitações no interior das fábricas. É também nos principais bairros operários da cidade que surgem o que a literatura sociológica da

Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMIOTTI, Virginia C. (Org.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2003, v. 1, p. 191-217.

década de 80 hagiografou sob o nome de movimentos sociais.

As agitações populares nas periferias tinham seus principais centros irradiadores nos distritos contíguos às regiões industriais – logo, predominavam na zona sul, em distritos como o Jardim São Luiz (na divisa de Santo Amaro), mas também na zona leste, onde residia grande parte das famílias de operários do ABC. Esses movimentos organizavam-se a partir de uma malha capilar de associações de base similares às comissões de fábrica, mas tinham como unidade elementar de organização o bairro, como espaço de vivência e articulação de demandas da população. Com forte apoio das pastorais da Igreja Católica, associações de moradores, comunidades eclesiais de base, clubes de mães (agremiações de mulheres) organizavam movimentos de luta por moradia, pela urbanização dos assentamentos precários, campanhas por saúde pública de qualidade, pela extensão das redes de educação e transporte públicos, pela arrecadação de fundos de greve e organizavam protestos em órgãos públicos, passeatas, piquetes, ocupações e jornadas de luta – como a legendária Campanha do Custo de Vida⁶. As reivindicações destes movimentos estavam em grande parte ligadas à extensão de serviços públicos às regiões de moradia das famílias operárias: por uma política de habitação que abrangisse famílias com níveis de renda mais baixos, pela regularização de loteamentos clandestinos, expansão da cobertura das redes de asfaltamento, energia elétrica, transporte, água e saneamento, pela instalação de postos de saúde, escolas e creches próximos aos locais de moradia. Os movimentos populares das periferias estavam transformando uma situação de carência e de inserção precária e subordinada na vida urbana numa pauta de reivindicações políticas capazes de alterar o planejamento estatal dos jogos e acomodações de interesses entre os grupos até então reconhecidos como interlocutores no jogo político. Alteravam assim o sentido político da modernização em curso.

Jornalistas, artistas, intelectuais, políticos profissionais, estudantes, militantes da esquerda clandestina, profissionais liberais e democratas dos mais variados matizes acorreram para os comícios de São Bernardo e para as reuniões nos salões paroquiais de fundo de igreja nas periferias paulistanas. A política deslocara-se dos acordos palacianos de portas fechadas para os espaços de vivência das classes populares que passavam, desde então, a uma tentativa de reinventá-la segundo seus próprios interesses. Um tal acontecimento não deixou de catalizar os esforços explicativos das ciências sociais. Muitos eram os sociólogos e cientistas políticos que observavam, acompanhavam e freqüentemente engajavam-se nos acontecimentos. Fato é que, na mais notória das análises do

⁶ A Campanha do Custo de Vida foi uma ampla mobilização popular que, partindo de pesquisas sobre o preço dos alimentos e comparando-os com os níveis de salário, conseguiu derrotar a política fraudulenta dos órgãos oficiais encarregados de definir os índices de inflação e estabelecer os níveis de correção salarial nos dissídios.

período⁷, a mudança social era mais uma vez tematizada, mas, agora, decididamente como uma mudança política sem precedentes – era a própria ação política que se alterava pela entrada em cena de novos personagens que deslocavam aquilo mesmo que a política poderia ser. O cotidiano, as duras condições de trabalho e de vida de uma classe trabalhadora formada pelo extraordinário surto de desenvolvimento econômico (que vinha desde a década de 50) rompiam a jaula de ferro das vidas privadas, deixavam seu terreno de origem – o das carências, da pura necessidade na sobrevivência – e atingiam as arenas do debate público, esta irrupção reconfigurando-o, polarizando o espectro político, numa operação que fazia do mero resíduo, da vida de todos os dias (aquilo que justamente na tradição clássica é o não-político por excelência), o tema pertinente das discussões que atravessavam a sociedade em todas as suas classes e abriam perspectivas outras em todas as direções.

Um novo mundo sensível descortinado por esta emergência fazia escapar por todos os lados a política das objetivações até então estabelecidas e partilhadas pela administração dos negócios públicos⁸. O velho campo dos atores políticos foi extrapolado pela emergência de novos personagens que, portadores de reivindicações calcadas em outra vivência, arrebatavam as tenazes do diagrama político anterior: a representação de interesses partilhada entre setores empresariais exportadores, empresários nacionalistas, latifundiários, militares de esquerda e direita, classe média radicalizada ou conservadora. O próprio espectro político de esquerda sofria as consequências da mudança: a estratégia passava dos setores militares e intelectuais radicalizados da classe média (incluindo poucos operários que compunham as direções sindicais e partidárias) para o cotidiano da imensa massa de trabalhadores formada no período de modernização. O deslocamento do foco de ação política é patente nas palavras de uma liderança operária que se tornou signo emblemático desta mudança: numa alusão aos debates sobre a anistia dos exilados, já estava na hora de se “começar a pensar na anistia da classe trabalhadora brasileira”⁹. Esta, até então, verdadeiramente exilada em seu próprio país.

Na década de 80, a esperança numa renovação da política calcava-se na emergência destes personagens novos que finalmente atingiam a esfera das decisões relevantes sobre o futuro do país e reconfiguravam a pauta dos assuntos pertinentes à deliberação coletiva da nação. A grande inovação dos chamados movimentos sociais foi traduzir no plano da representação política os interesses populares desde sempre alijados da 'concertação dos interesses nacionais' – e que, até então, merecia o epíteto de 'pacto das elites'. Sob a forma da ampliação dos direitos sociais, os novos

⁷ Eder Sáder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

⁸ Jacques Rancière. *O Desentendimento*. São Paulo, Editora 34, 1996.

⁹ Entrevista de Luís Inácio Lula da Silva ao *Pasquim*, 1978.

interesses estavam assentados sobre as vivências cotidianas dos trabalhadores pobres das periferias urbanas. O espaço político que se abria então era o espaço de expressão destas experiências e manifestação dos interesses que lhes eram correspondentes como questão pertinente a todos – e uma tal intervenção do 'povo' capaz de alterar a pauta dos assuntos pertinentes ao debate da 'sociedade' trazia a promessa de uma nova formação social que, pela ascensão da classe trabalhadora auto-organizada, finalmente atingia os patamares civilizatórios da modernidade –, a abertura para os possíveis da transformação social de uma revolução que já posfaciava o consagrado livro de Sérgio Buarque de Holanda¹⁰. Era a classe trabalhadora que, por suas formas próprias de organização, heterogêneas e autônomas, passava a falar por si e a elocução desta fala tinha na periferia de São Paulo um importante *locus* de irradiação.

Passados já mais de vinte anos, este trabalho pretende puxar o fio das mudanças que desde então sucederam neste mesmo espaço político das periferias de São Paulo. Porque o teatro desta mudança operada na década de 80 já está em tudo alterado, estamos mais uma vez sobre o solo incerto da indeterminação e da contingência histórica. Os anos 90 inauguraram mais um capítulo na epopéia da mudança social e política no país. A indigência social em que foram novamente submersos aqueles que vivem do trabalho, sob as condições atuais do desemprego, do subemprego e do trabalho precário, é um resultado da dissolução dos laços e das representações forjadas no período de grandes invenções políticas das décadas anteriores e que culminaram na irrupção dos anos 80¹¹.

A 'exceção brasileira' como regra mundial

Em 1989, o então senador Mário Covas, no discurso de lançamento de sua candidatura à Presidência da República, lançava a plataforma de um programa de mudanças radicais na experiência política do país. Do plenário do Senado, exortava à necessidade de um “choque de capitalismo”, que devastasse as formas arcaizantes que faziam recalcitrar o Estado e a sociedade brasileira sob o jugo do patrimonialismo das elites: “*Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. O Brasil não precisa apenas de um choque fiscal precisa também de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios.*” Covas era o principal nome de uma então pequena agremiação partidária, o PSDB, resultante de dissidências do partido de 'oposição consentida' ao regime militar, o PMDB. Formada por lideranças da institucionalidade política, intelectuais, setores da elite

¹⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

¹¹ Francisco de Oliveira. “Passagem na Neblina” in: *Classes Sociais em Luta pelo Socialismo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

'democrática e progressista', contava também com bases empresariais minoritárias nos órgãos representativos oficiais e que constituíam uma insubordinação às formas da representação dos interesses empresariais instituídas pelo dispositivo tutelar getulista. Setores que, aglutinados sob a insígnia do novo partido, davam corpo aos enunciados que ainda uma vez mais preconizavam a modernização do país, sua inserção cosmopolita na ordem econômica internacional. Diferentemente do período que ficou conhecido como 'modernização autoritária' (e que atingiu seu ápice nas décadas do milagre econômico), este novo empuxo modernizante se daria na direção oposta do que fora realizado até então. As linhas de fuga para a modernização do país já não se imaginavam no pesado investimento estatal em infra-estrutura, na forte compressão salarial capaz de financiar este investimento, nas instituições encarregadas do estrito controle estatal sobre as negociações entre capital e trabalho, mas justamente naquilo que era oposto a este arcabouço institucional. O cancelamento do mecanismo inflacionário de autofinanciamento do Estado, um rígido controle sobre o câmbio e os juros que garantisse menor oscilação no valor da moeda e nos preços, permitindo alguma previsibilidade de cálculo para os investimentos externos de curto prazo; a redução de barreiras alfandegárias, viabilizando o afluxo de mercadorias importadas em condições de concorrência com seus similares nacionais; a quebra de barreiras legais – inclusive, constitucionais – que instituíam o monopólio estatal e/ou nacional de investimento e controle sobre áreas estratégicas; em resumo, criando condições gerais para a internacionalização da economia brasileira.

Covas, como se sabe, não chegou ao segundo turno das eleições de 1989. Mas o programa do 'choque de capitalismo' foi já em grande parte implementado pelo vitorioso presidente Fernando Collor. Os contratempos que enfrentou seu governo não permitiram a Collor, no entanto, consolidar o programa, só efetivamente logrado quando do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República. Sob o governo de FHC, ao programa político e econômico implementado sobreviria evidentemente um programa societário. Este fora cifrado numa fala do Presidente da República que, em seminário internacional sobre relações de trabalho, investido da 'visada objetiva' que lhe conferia a autoridade de sociólogo dos sociólogos, criava o neologismo 'inempregáveis' – parcela 'retardatária' da população e da força de trabalho que, embora disponível e cada vez mais disponibilizada pelo avanço irreversível das novas tecnologias de produção, encontrava-se incapaz de 'requalificar-se' à altura das mudanças prometidas pela nova modernização: *“O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente 'inempregáveis', por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las.”*¹²

¹²“Economia cria 'inempregáveis', diz FHC”. FSP, 08/04/1997.

De fato, a década de 90 apresentara mudanças profundas na estrutura do mercado de trabalho não apenas no Brasil, mas em todo o mundo; pela introdução de novas técnicas de organização do trabalho na produção (reestruturação produtiva), o incremento tecnológico das unidades produtivas (revolução micro-eletrônica) e a crescente financeirização da economia. Sob o impacto destes três fatores, assiste-se no país ao encolhimento progressivo das ocupações formais (empregos com 'carteira assinada'), à expansão continuada das ocupações informais e do desemprego, à crescente informalização das relações de trabalho – condições sob as quais já vivem mais da metade da população economicamente ativa –, processos, em suma, de precarização das condições de trabalho e vida. O programa do 'choque modernizante' vinha sobretudo adequar a economia e a sociedade brasileiras às condicionantes internacionais que alteravam decisivamente as formas de organização da acumulação capitalista. Nas palavras de Francisco de Oliveira, “a reestruturação produtiva enxuga os quadros no interior do próprio emprego industrial. Uma certa proporção desse enxugamento deve-se ao que a literatura chama de 'reengenharia', ou mudanças nas formas organizacionais da produção. Tudo isso leva a que, mesmo com crescimento econômico, tanto em números absolutos como em proporção, o emprego industrial esteja francamente declinante no mundo todo. Mesmo nos serviços, que apareceram inicialmente como uma desindustrialização e como uma contrafação do emprego industrial, a tendência é declinante: basta citar o exemplo da categoria dos bancários, reduzida, na região de São Paulo, a menos de um terço do que era há apenas uma década e meia. (...) Uma poderosa mudança nos processos de trabalho está em curso, exemplificada, por excelência, na revolução da micro-eletrônica. Ela tanto enxuga os quadros do trabalho em geral como redefine funções, lugares, hierarquias, relações, transitando do que se chamou de regras tayloristas-fordistas, do trabalho em posição fixa, em cadeia, para o trabalho chamado flexível, polivalente, autônomo, móvel, resumido no que já é denominado de paradigma molecular-digital, cujas formações disciplinares-produtivas são a célula e a equipe, e não mais o trabalhador isolado em funções prescritas e fixas.”¹³

Francisco de Oliveira traduz, em termos de uma análise marxista, o que significa a revolução micro-eletrônica (ou molecular-digital) para os prognósticos de modernização do país: “Avassalada pela terceira revolução industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato. Em sua dupla constituição, as formas concretas e a 'essência' abstrata, o consumo das forças de trabalho vivas encontrava obstáculos, a porosidade entre o tempo de trabalho total e o tempo de trabalho da produção. Todo o crescimento da produtividade do trabalho é a luta do capital

¹³ Francisco de Oliveira. “Passagem na Neblina” in: *Classes Sociais em Luta pelo Socialismo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 10.

para encurtar a distância entre essas duas grandezas.”¹⁴ Ainda em seus termos, o que está em jogo neste incrível salto de produtividade é a transformação de todo o tempo de trabalho em tempo de trabalho não-pago, numa quase fusão entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa: “absoluta porque o capital usa o trabalhador quando necessita dele, relativa porque isso é possível somente devido à enorme produtividade. A contradição: a jornada da mais-valia relativa deveria ser de diminuição do trabalho não-pago, mas é o seu contrário. Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de produção.”¹⁵ O truque, que o autor acusa como uma radicalização do fetiche, da feitiçaria da acumulação, efetiva-se, numa economia de serviços, pelo sortilégio que faz passar uma atividade de trabalho por experiência de consumo, é o que ele chama 'trabalho abstrato virtual'. Sua unidade elementar é a 'mercadoria-informação', denominador comum dos processos de automação que permitira a socialização do trabalho ao nível de operações simples e dispersas: “Os serviços são o lugar da divisão social do trabalho onde essa ruptura já aparece com clareza. Cria-se uma espécie de 'trabalho abstrato virtual'. As formas 'exóticas' desse trabalho abstrato virtual estão ali onde o trabalho aparece como diversão, entretenimento, comunidade entre trabalhadores e consumidores: nos *shoppings centers*. Mas é na informação que reside o trabalho abstrato virtual. O trabalho mais pesado, mais primitivo, é também lugar do trabalho abstrato virtual. Sua forma, uma fantasmagoria, um não-lugar, um não-tempo, que é igual a tempo total. Pense-se em alguém em sua casa, acessando sua conta bancária pelo seu computador, fazendo o trabalho que antes cabia a um bancário: de que trabalho se trata? Por isso, conceitos como formal e informal já não têm força explicativa.”¹⁶ O horizonte de universalização do contrato de trabalho por tempo indeterminado, tipo jurídico que enquadra a situação social do pleno emprego em um mercado formal de trabalho, vai desvanecer frente às possibilidades inéditas da extração capitalista inauguradas pela micro-eletrônica. A tão almejada constituição de uma sociedade salarial plena no Brasil tornar-se-á uma quimera, sem qualquer lugar no presente, no passado, ou no futuro: “O subdesenvolvimento pareceria ser uma evolução às avessas: as classes dominantes, inseridas numa divisão do trabalho que opunha produtores de matérias-primas a produtores de bens de capital, optavam por uma forma da divisão de trabalho interna que preservasse a dominação: 'consciência' e não acaso. Ficava aberta a porta da transformação. Hoje, o ornitorrinco [leia-se o Brasil] perdeu a capacidade de escolha, de 'seleção', e por isso é uma evolução truncada: como sugere a literatura da economia da tecnologia, o progresso técnico é incremental; tal literatura é evolucionista, neo-schumpeteriana. Sendo incremental, ele depende fundamentalmente da acumulação científico-tecnológica anterior. Enquanto o progresso técnico da Segunda Revolução Industrial permitia saltar à frente, operando

¹⁴ Francisco de Oliveira. “O Ornitorrinco”. São Paulo, 2004, p. 9, (mimeo).

¹⁵ *Idem*, p. 9.

¹⁶ *Ibidem*, p. 9.

por rupturas sem prévia acumulação técnico-científica, por se tratar de conhecimento difuso e universal, o novo conhecimento técnico-científico está trancado nas patentes, e não está disponível nas prateleiras do supermercado das inovações. E ele é descartável, efêmero, como sugere Derrida, apud Laymert Garcia dos Santos.¹⁷ Essa combinação de descartabilidade, efemeridade e progresso incremental corta o passo às economias e sociedades que permanecem na rabeira do conhecimento técnico-científico.”¹⁸

Passo cortado pela revolução micro-eletrônica às economias periféricas no caminho do desenvolvimento, o Brasil torna-se o paradigma de uma sociedade truncada que, sem completar o quadro societário da segunda revolução industrial – a generalização do assalariamento com garantias legais –, é lançado pelo empuxo modernizante na rabeira de uma terceira revolução que não pode acompanhar, já que não dispõe da capacidade de investimento que exige a inversão permanente em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico que caracteriza as economias mais avançadas da matriz produtiva molecular-digital. “Do ponto de vista da acumulação de capital, isto tem fundas conseqüências. A primeira e mais óbvia é que os países ou sistemas capitalistas subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica. Uma espécie de eterna corrida contra o relógio. A segunda, menos óbvia, é que a acumulação que se realiza em termos de cópia do descartável, também entra em obsolescência acelerada, e nada sobra dela, ao contrário da acumulação baseada na Segunda Revolução Industrial. Isto exige um esforço de investimento sempre além do limite das forças internas de acumulação, o que reitera os mecanismos de dependência financeira externa. Mas o resultado fica sempre aquém do esforço: as taxas de acumulação, medidas pelo coeficiente da inversão sobre o PIB, são declinantes, e declinantes também as taxas de crescimento.”¹⁹

Os efeitos da corrida para o desenvolvimento pela acumulação molecular-digital seriam, por um lado, a condição permanente de dependência financeira externa e, por outro, a desarticulação completa das regulações sobre o mercado de trabalho. “Aterrisando na periferia, o efeito desse espantoso aumento da produtividade do trabalho, desse trabalho abstrato virtual, não pode ser menos que devastador. Aproveitando a enorme reserva criada pela própria industrialização, como “informal”, a acumulação molecular-digital não necessitou desfazer drasticamente as formas concreto-abstratas do trabalho, senão em seus reduzidos nichos fordistas. Realiza, então, o trabalho de extração de mais-valia sem nenhuma resistência, sem nenhuma das porosidades que entravavam

¹⁷ Laymert Garcia dos Santos, “Biotecnologia, biodiversidade: passagem para o molecular global”. Relatório de pesquisa subprojeto 9. Projeto temático Fapesp “Cidadania e Democracia: as rupturas no pensamento da política”. São Paulo, Cenedic, FFLCH-USP, 2002.

¹⁸ Francisco de Oliveira. “O Ornitórrinco”. São Paulo, 2004, p. 9-10, (mimeo).

¹⁹ *Idem*, p. 10.

a completa exploração. A tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos oitenta, e expandiu-se o que ainda é impropriamente chamado de trabalho informal. Entroncando com a chamada reestruturação produtiva, assiste-se ao que Castel chama a “desfiliação”, isto é, à desconstrução da relação salarial.²⁰ Que se dá em todos os níveis e setores. Terceirização, precarização, flexibilização, desemprego à taxas de 20,6 % na Grande São Paulo – dados para abril de 2003, pesquisa Seade-Dieese para São Paulo (FSP, 29/5/2003) –, e não tão contraditoriamente como se pensa, ocupação – e não mais emprego: grupos de jovens nos cruzamentos vendendo qualquer coisa, entregando propaganda de novos apartamentos, lavando-sujando vidros de carros, ambulantes por todos os lugares – os leitos das tradicionais e bancárias e banqueiras ruas Quinze e Boa Vista, em São Paulo, transformaram-se em tapetes de quinquilharias –, o entorno do formoso e iluminadíssimo Teatro Municipal de São Paulo – não mais formoso que o Municipal do Rio, anote-se – exhibe o teatro de uma sociedade derrotada, um bazar multiforme onde a cópia pobre do bem de consumo de alto nível é horrivelmente *kitsch*, milhares de vendedores de coca-cola, guaraná, cerveja, água mineral, nas portas dos estádios, duas vezes por semana. Pasmemos teoricamente: trata-se de trabalho abstrato virtual. Políticas piedosas tentam 'treinar' e 'qualificar' essa mão-de-obra, num 'trabalho de Sísifo', jogando água em cesto, acreditando que o velho e bom trabalho com carteira voltará quando o ciclo de negócios se reativar.²¹ Será o contrário: quando se reativar, e isto ocorrerá de forma intermitente, sem sustentabilidade previsível, então em cada novo período de crescimento o trabalho abstrato virtual se instalará mais fundamente.”²²

Os efeitos do novo empuxo modernizante são, portanto, devastadores, ao menos na acepção desta sociologia política do trabalho – que é como o próprio autor situa sua abordagem crítica. Aí, não se trata inclusive de qualquer modernização no horizonte ou em ato, mas justamente da impossibilidade de lográ-la. O crescimento econômico, incrementando-se pela inovação tecnológica – e 'azeitado' por ela –, parece dispensar força de trabalho, mas, de fato, vai criar a disponibilidade permanente de um estoque humano sujeito ao agenciamento ocasional para a extração de mais-valia absoluta numa proporção jamais vista porque numa escala nunca imaginada. É isto que Oliveira assinala quando demonstra que a revolução molecular-digital permite incorporar à cadeia de realização do valor mesmo o trabalho intermitente, ocasional, precário, o “trabalho abstrato virtual” tido anteriormente como trabalho improdutivo, já que este novo patamar da acumulação permite a apropriação capitalista modular de cada uma das unidades decompostas no nível da molécula e da informação codificada, no nível mesmo do mais ínfimo gesto para lograr a subsistência humana,

²⁰ Robert Castel. *As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, Vozes, 1998.

²¹ Em todos os cursos dessas “requalificações”, treinam-se trabalhadores em informática, o “ai Jesus” do novo trabalhador polivalente: não há nada tão trágico, pois ensina-se a própria matriz da descartabilidade.

²² Francisco de Oliveira. “O Ornitórrinco”. São Paulo, 2004, p. 12-13, (mimeo).

codificado e conectado eletronicamente aos mais altos circuitos da valorização. A financeirização econômica é condição de acesso às franjas destes circuitos tanto pelas bordas da força de trabalho desqualificada e disponibilizada, quanto pelo mercado produtor e consumidor de artefatos tecnológicos como bens de consumo finais, os '*gadgets* eletrônicos' encontráveis desde as lojas mais chiques dos *shoppings centers* até os corredores de ambulantes em regiões de circulação intensa – também *shoppings*, já que se trata de um consumo modular de produtos similares para diferentes níveis de poder aquisitivo, mas *shoppings* populares, é bom que se recorde. No que se refere à produção, esta, tragicamente, só alcança tais circuitos da valorização em suas formas mais descartáveis de objetos tecnológicos de consumo, mas nunca de bens de produção, uma vez que não há capacidade de investimento para sustentar os laboratórios de pesquisa permanente em tecnologia. A financeirização dos orçamentos públicos é o selo desta subordinação perpetuada, ela imobiliza o investimento estatal, bloqueia qualquer tentativa de crescimento em outra direção e contingencia os recursos públicos para a garantia de direitos sociais.

O resultado desta evolução truncada do “Ornitorrinco” é a naturalização de um estado de coisas em que tudo escapa não só aos mecanismos institucionais de arbitragem política das decisões que competem aos rumos do país, mas à própria configuração nacional dos interesses das classes sociais. Francisco de Oliveira descreve o percurso histórico nacional vertido numa história natural; de uma singularidade histórica passou-se a uma evolução, ademais truncada, que chegara a seu termo; o Brasil que desperdiçara as oportunidades para ultrapassar as circunstâncias históricas do subdesenvolvimento²³ converteu-se no “Ornitorrinco”, e seu destino fora selado pelo estado de exceção em que mergulhamos todos: “Trata-se de um Estado de Exceção, na medida justa da teoria schmittiana, pois o soberano é o que decide a exceção: quem é o soberano? O mercado, não como

²³ “A singularidade do subdesenvolvimento poderia ser resolvida não-evolucionisticamente a partir de suas próprias contradições, à condição que a vontade das classes soubesse aproveitar a 'riqueza da iniquidade' de ser periferia. A inserção na divisão internacional do trabalho capitalista, reiterado por cada ciclo de modernização, propiciaria os meios técnicos modernos, capazes de fazer “queimar etapas”, como os períodos Vargas e Kubistchek mostraram. O crescimento da organização dos trabalhadores poderia levar à liquidação da alta exploração propiciada pelo custo rebaixado da força de trabalho. A reforma agrária poderia liquidar tanto com a fonte fornecedora do “exército de reserva” das cidades, quanto com o poder patrimonialista. Mas faltou o outro lado, isto é, que o projeto emancipador fôsse compartilhado pela burguesia nacional, o que não se deu. Ao contrário, esta voltou as costas à aliança com as classes subordinadas, ela mesma já bastante enfraquecida pela invasão de seu reduto de poder de classe pela crescente internacionalização da propriedade industrial, sobretudo nos ramos novíssimos. O golpe de estado de 1964, contemporâneo dos outros na maioria dos países latinoamericanos, derrotou a possibilidade aberta. A longa ditadura militar de 1964 a 1984 prosseguiu, agora nitidamente, com a 'via prussiana': fortíssima repressão política, mão de ferro sobre os sindicatos, coerção estatal no mais alto grau, aumentando o grau de presença de empresas estatais numa proporção que nenhum nacionalista do período anterior havia sonhado, abertura ao capital estrangeiro, industrialização a 'marcha forçada' – a expressão é de Antônio Barros de Castro –, e nenhum esforço para liquidar com o patrimonialismo nem resolver o agudo problema do financiamento interno da expansão do capital, que já havia se mostrado como o 'calcanhar de Aquiles' da anterior configuração de forças. O endividamento externo apareceu então como a 'solução' e por esse lado abriu as portas à financeirização da economia e das contas do Estado brasileiro, que ficou patente no último governo militar da ditadura, sob o mesmo *czar* das finanças que havia imperado no período do “milagre brasileiro” que, talvez por ter Antônio no nome fosse considerado milagreiro. Revelou-se um enorme farsante.” *Idem*, p. 6-7.

abstração, mas precisamente o que coloca 41% abaixo da linha da pobreza. Pensemos: o subdesenvolvimento não era a exceção, era uma singularidade histórica, que assinalava precisamente que ele havia sido produzido pelo capitalismo em expansão o qual, montando-se sobre sociedades criadas ou apropriadas para produzir o excedente que na verdade criou o capitalismo mercantil, não poderia, jamais, reproduzir o original. (...) O Ornitórrinco é a exceção permanente, porque já não é singularidade: ele contém todos os elementos do original desenvolvido, já não há espaços pré-capitalistas, já não há fronteiras de expansão do capital. O alto desemprego – quase 30% em São Paulo – não é sinal de desocupação de fatores – obrigado, neoclássicos – por insuficiência de capital, mas o contrário, por excesso de capitalização. É a cópia do original que causa o desemprego e a péssima distribuição de renda, que se agravará na medida em que o desenvolvimento é retomado, e o será, de forma intermitente, mas sem sustentabilidade.”²⁴

Oliveira aponta a emergência de políticas específicas cujo foco é a administração das situações de exceção: “as políticas chamadas de emprego e renda são a exceção do desemprego; elas aprofundam o desemprego, ou o mantêm, com o propósito de combatê-lo. As políticas de mutirões para satisfazer a demanda por habitação são a cidade como exceção; é a desmercantilização da força de trabalho sob a forma de trabalho virtual que prepara o enorme exército 'informal' — utilizo o termo apenas porque é do nosso jargão, para economizar, mas ele já não tem poder explicativo — para as portas dos estádios de futebol, ou os arredores dos formosos teatros, ou as bancárias e banqueiras ruas dos centros de nossas cidades. O Fome Zero é o *marketing* como política. (...) A síntese é a dependência financeira externa do Estado, que come 9% do PIB como serviço da dívida, equivalente a mais da metade do coeficiente de inversão. É a exceção do Estado ou o Estado como exceção.”²⁵

O 'estado de exceção' faz pairar sobre os prognósticos de uma sociedade brasileira a ser integrada pela generalização das relações contratuais – tanto quanto pela universalização de direitos que lhe correspondam – a sombra de uma desigualdade social não só persistente, mas acelerada e transformada por tendências mundiais de polarização social²⁶. Vera Telles acusa: “Não por acaso o tema da dualização da sociedade vem ganhando espaço no debate atual, um novo tipo de dualismo, que nada tem a ver com a velha e já ultrapassada dicotomia tradicional-moderno e que tampouco

²⁴ Francisco de Oliveira. “O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção?” (mimeo) Preparado como base para a conferência de abertura da Reunião Anual da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belo Horizonte, 2003, p. 2.

²⁵ Idem, p. 4.

²⁶ Sobre o problema da tendência de dualização social em países do mundo desenvolvido que elegem o Brasil como modelo distópico – e a correspondente resposta nacional a estas projeções, ver: Paulo Eduardo Arantes. “A Fratura Brasileira do Mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização”, in: ARANTES, P. *Zero à Esquerda*. São Paulo, Conrad, 2004.

corresponde às formas tradicionais de marginalização, tão debatidas nos anos 60. Trata-se de um novo dualismo, que traduz uma ordem social segmentada, que produz um novo tipo de exclusão social, em que à integração precária no mercado se sobrepõe o bloqueio de perspectivas de futuro e a perda de um sentido de pertinência à vida social. É isso o que caracteriza a chamada nova pobreza, que escapa às soluções conhecidas e formuladas nos termos de políticas distributivas e compensatórias, pois estas têm por suposto exatamente o que parece estar deixando de ser plausível, ou seja, a possibilidade de uma integração regular no mercado de trabalho.”²⁷ Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso acusou o 'estado de exceção' como o inexorável caminho do país para a modernização – e ele realmente o fez ao anunciar a existência absoluta dos 'inempregáveis' da nova ordem do mundo – este a quem já fora adstrita a alcunha de príncipe, apenas vocalizava, no entanto, um 'ato soberano' de alhures. Apenas naturalizava a condição inarredável das sociedades periféricas em sua conformação ao receituário de um 'fantasmático' Consenso de Washington – e suas organizações correlatas de policiamento sócio-econômico internacional – que instituía a agenda dentro da qual deveriam mobilizar-se, daí em diante, os fatores inscritos na nova ordem das coisas e, para além da qual, grassaria o fracasso e a miséria das sociedades e das populações. A instituição de uma parcela da população que não teria mais lugar no curso do projeto de integração nacional não é evidentemente obra de um 'presidente-demiurgo', mas das condições econômicas apresentadas pela nova circunstância da acumulação capitalista já assinalada aqui. Sua fala, de qualquer forma, pretendia fechar questão sobre as possibilidades de uma integração da sociedade no curso do desenvolvimento econômico. À parcela retardária da população, não se garantia nenhuma participação nos resultados do crescimento da economia e a admissão pública disto como uma situação de fato era uma tentativa de obstruir qualquer interpelação dos rumos da modernização do país pelos efeitos disruptivos causados por este modo de inserção na ordem mundial. Ao problema da pobreza, o governo apresentava apenas uma solução técnica: a administração de políticas focalizadas dirigidas a segmentos populacionais em situações específicas de extrema pobreza. Uma tal administração dos 'mínimos vitais' das populações empobrecidas fora implantada e celebrada pelo Programa Comunidade Solidária, uma das primeiras criações de seu governo. A fala do presidente tornava manifesta, daí em diante, uma decisão política que operadores como o programa federal tornavam uma situação de fato: a separação do problema da desigualdade social – reduzida ao problema da pobreza – dos assuntos pertinentes à inserção do país na ordem econômica mundial.

A invenção dos excluídos

O 'estado de exceção', entretanto, não é apenas um poder da destituição e do desmanche

²⁷ Vera da Silva Telles. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo, Editora 34, 2001, p. 91-92.

institucional e societário. É também uma ordem produtiva de outras relações – sobretudo mercantis. O estado de exceção como estado de emergência social e econômico vai também produzir formas de administração das populações; pode muito bem ser – e parece sê-lo – uma ordem produtiva de novos dispositivos de gerenciamento e intervenção sobre a vida dos povos, de maneira a torná-los disponíveis, mobilizáveis, ajustáveis às condicionantes da exploração econômica²⁸. A força elocucionária da declaração dos 'inempregáveis' produz, sobre a realidade da desestruturação do mercado de trabalho decorrente da modernização econômica, a realidade dos 'excluídos' como condição inexorável e sem remissão de uma parcela da população que não mais fará parte dos rumos da nação (excedentes que delimitam o conjunto dos nacionais) – já que as intervenções do progresso na nova ordem não parecem alcançá-los. Mas esta mesma 'força' vai, no entanto, autorizá-los como população disponibilizada a agenciamentos de toda a sorte – sendo a forma predominante ainda a mobilização eventual para fins de mercado – na figura demandante do excluído, esta figura que é tanto sujeito da exclusão quanto objeto da inclusão e vice-versa, posto que aí formas de objetivação são também modos de sujeição e subjetivação da sujeição²⁹. É a opção pela aceleração tecnológica da produção e pela financeirização como forma privilegiada da acumulação – tornada possível apenas por esta mesma aceleração –, que pode constituir um ato discricionário investido de soberania, lei soberana internacional – quiçá imperial – posta em prática por programas e projetos de governos e organismos multilaterais que recomendam, nas cartilhas da boa governança mundial, esta separação entre o problema social e os imperativos econômicos.

Se, no Brasil, coube ao presidente da república vocalizar a 'lei' que criava os descartáveis da nova ordem e, por meio de operadores como o programa Comunidade Solidária, constituir o campo do 'social' como espaço de produção das intervenções legítimas sobre o problema da pobreza, não faltavam aqui também os 'atores sociais' capazes de fazer reinvestir o poder desta lei, ao vocalizarem uma crítica que se fazia por uma exigência de inclusão social e que, nos termos de um consenso logrado sobre os caminhos do desenvolvimento, permitiria justamente mobilizar contingentes para os ajustamentos necessários – governo e oposição numa espantosa confluência de projetos políticos crispada na nova ordem do estado de exceção.

Isto porque, na via paralela deste programa societário dos 'tucanos' no poder, corriam evidentemente os atores sociais da esquerda política, capitaneada pelo PT. O Partido dos Trabalhadores, tão jovem quanto o 'tucano' PSDB, formara-se no enalço dos movimentos populares das décadas de 70 e 80. Constituíam também uma confrontação com o velho padrão brasileiro da 'modernização autoritária',

²⁸ Michel Foucault. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France 1978-1979*. Paris, Gallimard, 2004.

²⁹ Cf. Pierre Bourdieu. *Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 109-111, e, numa outra acepção, Michel Foucault. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

que financiara o crescimento econômico à base do endividamento externo de longo prazo (em situação de liquidez favorável no mercado internacional de capitais) e sob forte repressão dos trabalhadores. O partido propunha-se como a voz da própria classe oprimida que, até então, ficara alijada dos 'louros' do progresso econômico e que exigia finalmente a participação dos trabalhadores na riqueza social produzida, a supressão dos entraves institucionais à sua livre organização e à livre negociação entre o capital e o trabalho. Derrisão objetiva, o momento desta emergência de novos atores na empoeirada cena política brasileira coincide com o esgotamento do padrão de modernização que desembocara na crise dos anos 80 e o fim do período desenvolvimentista. À classe trabalhadora, desde sempre alijada da concertação de interesses nacionais, e seu partido cabia, portanto, a construção de um programa que permitisse a retomada do crescimento, mesmo desafio diante do qual estavam seus adversários do PSDB. O acento marcadamente petista em uma proposta de retomada do crescimento estava na participação ativa da população trabalhadora na concertação dos interesses nacionais, a 'inclusão' da classe trabalhadora num projeto societário ainda não delimitado, uma aposta nas possibilidades abertas de partilhar de sua construção num momento de indeterminação sobre os rumos do país. É desta indeterminação que alimentava-se uma promessa petista para o Brasil. Promessa que, no entanto, não parece ter frutificado, já que o esgotamento do padrão de modernização autoritária, ao mesmo tempo em que extrovertia os centros de decisão da economia brasileira, erodia as formações de base da classe trabalhadora, principal instrumento da representação de interesses consubstanciada na política petista. Daí um possível encapsulamento da política petista no formalismo de uma proposta de participação dos trabalhadores, uma disposição formal para a 'inclusão', mas sem a capacidade de formular um projeto de desenvolvimento econômico e societário alternativo ao da agenda internacional implementada pelo governo do PSDB. O PT e suas formas de organização de base já em progressiva desagregação reivindicavam a 'inclusão' de boa parte daqueles que, sob os auspícios da modernização em curso, seriam convertidos nos contingentes 'inempregáveis' do 'príncipe' que chegara ao poder antes da esquerda.

Chegara ao poder e lograra o consenso. Uma vez enfraquecidas as possibilidades de uma proposta que, a partir do interesse dos trabalhadores, pudesse vir a alterar a direção do empuxo modernizante, o programa societário do PSDB no poder estabeleceu os termos a partir dos quais as confrontações se dariam justamente no campo do 'social', em torno da participação ou não-participação dos 'excluídos' nos destinos da modernização cosmopolita em curso. Modernização que, como já assinalado, se dava nos termos da subsunção às novas condições do mercado internacionalizado. No que diz respeito ao trabalho, estas condições se traduziam na polivalência funcional, na vigência de contratos temporários de prestação de serviços, na subcontratação, na terceirização, na supressão

progressiva dos 'encargos trabalhistas', em resumo, em procedimentos cifrados na efigie de uma nova ética do empreendedorismo – a disposição, em geral, assumida pelo estado de prontidão permanente da força de trabalho em sua forma abstrata-virtual – em oposição aos privilégios corporativos de matriz tutelar sobre os quais estariam assentadas as parcelas politicamente mais ativas e organizadas da classe trabalhadora. As mudanças não eram apenas semânticas, mas, como já alertou Francisco de Oliveira, deslocavam a própria sintaxe das experiências e práticas da classe trabalhadora no país: “As forças do trabalho já não têm 'força' social, erosionada pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e 'força' política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe. Embora, na linha thompsoniana, trabalhador não seja apenas um lugar na produção, inegavelmente, há que concordar com Perry Anderson: sem esse lugar, ninguém é trabalhador, operário. A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se.”³⁰

Em que pese a conversão das “capas mais altas do antigo proletariado” em administradores de fundos de previdência complementar – conversão muito bem marcada por Oliveira no texto “Ornitorrinco”, aqui citado, e que teria gerado, na visão do autor, a formação de uma nova classe de gestores do sistema financeiro, fazendo convergir a proposta política de petistas e 'tucanos' –, a dissolução da classe trabalhadora promovida por esta financeirização da economia, conectada, como já vimos, à reestruturação produtiva e à revolução molecular-digital, produziu também este excedente de força de trabalho, os 'excluídos' que, daí em diante, passavam à condição de 'alvo' de todas as propostas alinhadas tanto ao campo da esquerda como ao da direita. A oposição ao governo de FHC passava da representação de interesses dos trabalhadores organizados à denúncia da exclusão social. O PT vai deixando de ser 'dos trabalhadores' e, mesmo em seus estratos não alinhados à gestão financeira, torna-se uma organização que visa os interesses sem-forma dos excluídos. Excluídos justamente do mundo empreendedor '*self made*' engendrado pela nova ordem lograda e, no qual, precisavam ser reinseridos³¹. O programa para os excluídos era evidentemente o da inclusão social, cuja agenda, à semelhança da agenda inversa (a da exclusão), tampouco foi invenção original do 'gênio da raça'. As mesmas agências multilaterais que impulsionaram o programa econômico liberalizante, aí pelo mesmo momento, 'despertaram para a autoconsciência', começaram a avaliar o fracasso do receituário e passaram a pautar a necessidade de políticas específicas que corrigissem os equívocos de uma aposta cega em um mercado que já não promoveria a integração social por si só. Era preciso haver políticas específicas para o

³⁰ Francisco de Oliveira. “O Ornitorrinco”. São Paulo, 2004, p. 15, (mimeo).

³¹ Para uma discussão sobre a nova ética do empreendedorismo que, a partir do modo de vida dos executivos das transnacionais, tende a generalizar-se para toda a sociedade sob a forma do 'capital humano', cf. Osvaldo López-Ruiz. *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Tese de doutorado, IFCH-Unicamp, 2004.

enfrentamento dos resíduos do modelo econômico e a administração destes resíduos sob a forma da conversão dos 'contingentes residuais' a uma disposição empreendedora era ainda uma oportunidade de instrumentalização deste resíduo para as formas 'virtuais' da exploração do trabalho.³² É sob esta injunção que ganha expressividade o clamor pela participação dos 'inempregáveis' excluídos. A ele, sobrevém a resposta da inclusão social, políticas para a produção de modos de subjetivação afinados com o *ethos* empreendedor, nova condição inexorável dos incluídos na ordem econômica; inclusão no terreno deste mesmo *ethos* que instalara a fronteira para além da qual os indivíduos estão proscritos à condição 'inempregável' da exclusão social.

Como se tentou mostrar aqui, uma resposta tal não é prerrogativa exclusiva daqueles que são o *establishment* da nova ordem, mas é também o resultado do engajamento de seus críticos. A resposta à esquerda e à direita para o problema de uma cisão entre 'empreendedores incluídos' e 'inempregáveis excluídos' é monocórdica em ambas as polaridades do espectro político: valer-se da própria cisão para aí fazer proliferar, nos mais variados matizes da filiação política, as iniciativas, programas, projetos, grupos de intervenção, empreendimentos com vistas a uma recondução dos excluídos ao campo da inclusão que, paradoxalmente, sem os excluídos não existiria. Uma tal identidade, em que todos nos defrontamos capturados, acaba por dissolver aquilo mesmo que se poderia chamar por espectro político que só pode ser efetivo sob a representação política de interesses distintos de classes sociais distintas. É fato que se pode observar uma profunda crise dos modos de reprodução social da classe trabalhadora, ainda que de sua desarticulação como classe não resulte senão uma reiterada concentração de riqueza. Os interesses, de toda forma, crescentemente convergentes entre esquerda e direita vão verter um vasto mercado de trabalho e serviços que tem sua razão na profunda desigualdade, agora, sem remissão³³; deve sua existência à exclusão; tem seu valor de uso na insígnia da promessa de valores 'imateriais' como a solidariedade e a comiseração; seu método e sua prática numa reforma de consciências e disposições para o empreendedorismo, um re-engajamento permanente dos descartados nas relações mercantis de que foram alijados, fazendo-os pairar no limiar da nova ordem societária, num espaço que não se sabe dentro ou fora das novas prerrogativas, mas, sobretudo, lugar ideal de um objeto demandante de urgentes intervenções, no mesmo passo eternizado pela posição liminar que ocupa e onde incidem os agenciamentos da reintegração perpétua em um sistema de relações que justamente se define por suas forças de expulsão. Num tal campo de forças, toda a oposição parece reinvestir o dispositivo

³² Para esta nova tomada de posição das organizações multilaterais que, do desenvolvimento econômico prometido, passaram a promoção do 'desenvolvimento humano', cf. Tatiana Maranhão. "O administrável mundo novo: a emergência de uma nova gramática sob o signo da responsabilidade social empresarial". Projeto de doutorado, FFLCH-USP, 2004.

³³ Sobre a geração de uma nova economia de serviços pelas condições da crescente dualização social cf. Márcio Pochmann. "Sobre a nova condição de agregado social no Brasil: algumas considerações" (mimeo), 2004.

que introduz a partilha identitária exclusão-inclusão, sem qualquer resto.

Uma vez logrados os termos da 'partilha soberana', o espaço político da contestação é em tudo reconvertido. O PT chega finalmente ao poder federal, mas já não é mais que sintoma dos movimentos tectônicos da nova episteme, para se falar aqui com Michel Foucault. O partido e a classe que ele pretendia organizar e representar estão ambos distantes da promessa que portavam quando de sua emergência na cena política. Este trabalho voltou, na atualidade, aos lugares de inscrição da promessa política da década de 80 e encontrou os indícios de um terreno revirado por novos vetores da mudança. O que aqui se convencionou chamar 'a indignação social dos trabalhadores' não é fenômeno apenas análogo, mas correspondente direto da deriva dos sistemas interpretativos de uma certa ciência social que persistiu no enfrentamento das questões suscitadas pelas coordenadas do plano de referência anterior³⁴. Optou-se aqui, portanto, por descer às filigranas da descrição de cada uma das mediações que atravessaram histórias de vida agenciadas por um dispositivo de poder em mudança. Este dispositivo altera o jogo das identidades políticas; faz emergir vínculos novos entre aqueles personagens da cartografia dos anos 80 e outras identidades que, de início, lhes eram heterogêneas porque provenientes de lugares que lhes eram estranhos; produz novas objetivações, estratégias e constelações de interesses ainda que não inteiramente cristalizadas. A opção feita aqui é a de uma investigação dos contornos que este dispositivo assume quando faz valer suas prerrogativas de distribuição dos papéis sociais e das objetivações identitárias no jogo político das periferias. Seguimos, pelos percursos de nossos personagens, a disjunção das perspectivas e prognósticos de outrora, bem como as recomposições em curso. A direção que tomamos é a de fornecer indícios para pesquisas futuras que possam empreender a tarefa de isolar estas estratégias e, objetivando o próprio dispositivo, apreender o sentido das mudanças em voga. Segue-se aqui o fio das narrativas de personagens que singularizam outros diagramas de relações descortinadas no presente. Parte deles tiveram papel ativo na construção da promessa popular de outrora e sua própria história é um relato das mudanças em curso; outros são personas novas na arena das inflexões e reconversões políticas da qual este texto não pode pretender mais que dar notícia. Todos parecem ser parte da vertigem que faz das opções políticas de hoje um oxímoro. Seus percursos são prismas a partir dos quais se pode apreender parte das derivas possíveis da promessa decomposta. Os fenômenos aqui estudados são indícios da consolidação de novos dispositivos de poder. Estes parecem operar uma extirpação do que ainda pudera remeter a uma 'representação política do povo' e substituí-la em definitivo por uma governamentalização das populações.

³⁴ Vera Telles. "Pontos e Linhas de um Debate", in: TELLES, V. e CABANES, Robert (org.). *Nas Tramas da Cidade*. São Paulo, Humanitas, 2006.

Capítulo 1

A produção da vida urbana pelos caminhos da esquerda

Vida Nova, 1981: na origem, a estratégia política das ocupações

O Vida Nova Cidade Juarez é um conjunto habitacional construído pelo BNH, em colaboração com a prefeitura municipal, no Distrito do Jardim São Luiz, zona sul de São Paulo, em 1981. Mesmo comparado aos que se espalham como verdadeiras cidadelas pela zona leste da cidade, o Vida Nova não é um conjunto pequeno, contempla mais de duas mil famílias. Traz as marcas de parte considerável da história dos movimentos sociais urbanos dos anos 80 e também de suas derivas na década seguinte. O conjunto teve origem na ocupação de um terreno da TV Record, no Parque Europa, contíguo ao bairro Piraporinha, nas imediações. O movimento ficou conhecido como a 'ocupação da torre da Record'. Era o ano de 1981. A ocupação esteve no epicentro dos movimentos de moradia que estavam se articulando no período e que iriam se ampliar e se desdobrar no correr da década: “Das ocupações da Fazenda Itupu e dos *terrenos da Record*, do acampamento em frente à Cohab, da urbanização da favela Recanto da Alegria, do projeto para a AMAI (Associação de Moradia Arco-Íris), dos processos de negociação para o Parque Fernanda, Valo Velho e Adventistas o movimento extrai o vigor que o caracterizará neste período.”³⁵

Foi uma 'ocupação organizada' e coordenada com outras nas quatro regiões da cidade. No seu comando estiveram presentes alguns personagens conhecidos do então 'território vermelho' da zona sul. Tempos das comunidades de base da Igreja Católica, gravitando em torno de paróquias que acolhiam militantes da Pastoral Operária, gente ligada à esquerda clandestina e grupos operários então engajados na Oposição Sindical Metalúrgica. Uma das lideranças da ocupação nos dá a indicação de que se tratava de um acontecimento orientado por uma estratégia política de largo fôlego: “*A torre da Record... as discussões começaram pelos partidos de esquerda, porque já faziam parte. E as discussões eram dentro da igreja. E foi indo, já tinha uma discussão de se criar um novo partido, que era o PT. Tudo veio junto. Daí, as ocupações aconteceram nas quatro regiões de uma vez só, como os sem-terra fazem. (...) O governador ficou doido.*” As ocupações do período não só davam forma política à expressiva escassez de moradia para as populações trabalhadoras, mas inscreviam-se numa estratégia de confrontação das políticas públicas restritivas postas em prática pelos governos constituídos.

No terreno ocupado, em poucos meses, havia cerca de 700 famílias já empenhadas em levantar suas

casas. Eram, na sua maioria, trabalhadores pobres em busca de alternativas de moradia. A ordem judicial de reintegração de posse chegou três meses depois. No ambiente contencioso do período de declínio do regime militar, a desocupação foi violenta: tratores passando por cima das casas, cerco policial com cães, cavalaria e bombas de gás lacrimogêneo; mas a movimentação política também foi grande: cobertura da imprensa, políticos, representantes da Arquidiocese de São Paulo e o bispo da região sul, comissários da Anistia Internacional e da Comissão dos Direitos Humanos – todos acompanharam os acontecimentos, tentaram a mediação com as forças policiais e jogaram seus respectivos prestígios para a abertura das negociações com o governo. Uma comissão de negociação foi formada e, ao final, o governo assumiu o compromisso de construir um conjunto habitacional para a instalação definitiva dos moradores. Parte das famílias foi alojada provisoriamente em uma escola municipal da região. Quanto às outras, receberam o equivalente a três meses de aluguel e foram incentivadas a buscar acolhida em casas de parentes enquanto esperavam a solução definitiva da situação. A essa altura, o movimento já havia se ampliado com a incorporação de outras 500 famílias igualmente desalojadas de uma área próxima à primeira. Além da presença diária de vereadores, de lideranças e padres da então famosa Paróquia de Vila Remo, assistentes sociais da prefeitura entram em cena para ajudar as famílias nas precárias instalações da escola em que estavam alojadas. Entre elas, Luiza Erundina (que, mais tarde, seria prefeita de São Paulo pelo PT) e Telma de Souza (futura prefeita de Santos, também pelo PT).

Seis a oito meses depois do acordo, os primeiros embriões foram entregues. No final de 1981, as famílias já estavam instaladas em suas novas moradias. No correr da década, a movimentação continuou intensa: pavimentação, saneamento, escola, creche estiveram no alcance das reivindicações e não faltaram as amplas assembleias de moradores e manifestações coletivas na frente dos órgãos públicos no centro da cidade. Conforme o relato de uma liderança local, o Vida Nova foi um dos primeiros conjuntos a conseguir a taxa mínima de energia elétrica que, depois, generalizou-se por todas ou quase todas as moradias coletivas, e também pelas favelas.

Outra paisagem urbana e política: os vários sinais da virada dos tempos

Próximo à Estrada de Itapecerica da Serra, o Vida Nova está situado à margem esquerda da Avenida Cidade Juarez. É uma avenida estreita, não mais do que uma longa rua pavimentada que faz a ligação entre dois eixos importantes de circulação no Distrito do Jardim São Luiz. Nos terrenos próximos ao Vida Nova, espalha-se uma ampla zona de favelamento que, estendida em arco, contempla três das mais conhecidas favelas do distrito: Flamengo, Joanhina e Cidade Juarez. Esta última é contígua ao Vida Nova, do outro lado da avenida que leva o mesmo nome. O

complexo de favelas separa o Vida Nova de outros conjuntos habitacionais mais recentemente instalados na região. Em um destes conjuntos construídos pela CDHU, 'reina' seu Lopes no comando do bem equipado centro comunitário, com suas promissoras 'parcerias' com o Senac e empresas privadas – Microsoft, Cênsul, Telefônica – e seus bem-sucedidos convênios com o governo do Estado em torno de projetos sociais, cursos profissionalizantes, de informática, entre outros. A história de Lopes confunde-se com as histórias da favela Parque das Luzes que, espalhando-se pelo bairro do Parque São Joaquim, foi desalojada em 1994, dando lugar ao Cingapura construído na gestão Maluf na Prefeitura de São Paulo. Morador dessa mesma favela, anos mais tarde, seu Lopes alcançou projeção midiática a partir do centro comunitário que terminou por se impôr como referência do chamado 'empreendedorismo social' na região. Em 2003, chegava às páginas de uma reportagem da revista *Exame* sob o sugestivo título “O Líder Social” (edição de 28 de maio de 2003). Não somente uma marca estampada na imprensa dirigida ao público empresarial, o centro comunitário presidido por Lopes opera como um ponto de gravitação de inúmeras outras associações e 'entidades sociais' que atuam na região, aí incluído o Centro Comunitário do Vida Nova. Com suas oficinas bem equipadas, pisos e azulejos novos, instalações bem embutidas e cadeiras estofadas – resultado das modernas e promissoras parcerias – é visto por muitos como exemplo a ser seguido, exemplo da eficácia e eficiência do 'empreendedorismo social', conduto do assim chamado terceiro setor, a face 'luminosa' dos programas sociais. Incrustado no ponto de junção entre o Vida Nova, a extensa área de favelas e o pauperizado e mal-afamado Parque São Joaquim, o 'domínio' de seu Lopes mais parece um enclave fechado, porém com poderosas antenas conectadas com um amplo circuito de fontes de recursos e poder.

O Centro Comunitário do Vida Nova ainda não acedeu a tão 'promissoras relações' com grandes empresas. O amplo terreno em que está instalado contempla uma quadra pequena de futebol e um galpão mal acabado. Em um salão cheio de cadeiras plásticas, acontece a maioria dos cadastramentos para os mais diversos programas, em geral, conveniados com o poder público estadual: a seleção dos contingentes locais para o recebimento de cotas de leite, de cestas-básicas, bem como os credenciados aos cursos de computação, manicure e outras 'habilidades capacitadoras para o mercado de trabalho'. Em torno do centro, as ruas estreitas, de asfalto esburacado, com as casas que já foram embriões e que hoje se expandiram, construções sobre a laje, muitas delas sem acabamento, só o concreto e o bloco, dando o tom cinza-avermelhado que predomina em todo o conjunto. O comércio é desordenado na Avenida Cidade Juarez – meio terra, meio asfalto – com botecos em garagens de casas, pontas de terreno que viraram favelas de três ou quatro barracos, pessoas transitando nas meias-calçadas de terra. Perto dali, está a Casa da Juventude, antiga e tradicionalíssima entidade filantrópica ao velho estilo, atuante na região há várias décadas e que,

nos anos mais recentes, desde meados da década de 1990, vem passando por mudanças importantes – a rigor, vem também convertendo-se à pragmática do chamado empreendedorismo social. Em seu comando, 'técnicos sociais' com competência para colocar em ação um novo perfil de programas sociais habilitam a entidade a disputar recursos e prêmios junto a fundações empresariais.

As 'entidades sociais' na economia dos tempos políticos da cidade

As organizações populares de base – centros comunitários, associações de moradores –, em sua origem, foram as vias de entrada da população pauperizada das periferias na militância política, esteios da construção de instituições novas (tais como o maior partido político de base popular do país), pontos nodais da articulação de movimentos populares capazes de arrancar da mera paisagem os assujeitados da tragédia social brasileira. Tais organizações, convertidas ao léxico do empreendedorismo social, desde meados dos anos 90, passaram a ser mais conhecidas como 'entidades sociais'. *Topos* de convergência de muitos personagens do ativismo político que, ao longo de décadas, haviam mobilizado a população em torno de reivindicações comuns; ora no embate direto com o poder econômico nas jornadas de luta sindical e das oposições sindicais, suas greves e ocupações, seus piquetes, seu poder efetivo de obstruir as principais cadeias de produção da indústria brasileira; ora nas frentes de luta que exigiam do Estado a extensão da cobertura de seus serviços para as periferias, são elas que, mais uma vez, podem fornecer chaves de compreensão das mudanças políticas do presente.

As entidades sociais, hoje, em sua maior parte, transformadas em pequenas organizações não-governamentais que dirigem projetos sociais para as populações residentes do entorno (público-alvo de suas ações), são as marcas indelévels das ambivalências contemporâneas nas dinâmicas políticas locais. Recentemente, proliferam sob as mais diversas formas por todos os lugares, fazem a intermediação entre as demandas locais e os poderes públicos para a implementação de programas sociais. E é também por meio delas que o dito terceiro setor passa a compor a paisagem local e sobretudo a gramática política das lideranças populares. Parcerias e convênios, gestão de projetos e capacitação técnica, já são termos feitos moeda corrente entre os agentes sociais. Gramática política que diz muito dos tempos que correm, mas que, vista pelo ângulo dos movimentos sociais, sugere um peculiar deslocamento do que já foi uma ampla movimentação travejada pela perspectiva universalista dos direitos sociais para o seu encapsulamento nas formas contemporâneas de gestão da pobreza.

À despeito do clima celebratório que a todos parece imposto desde há quinze anos pelo advento da

difusa responsabilidade social e do associativismo civil proliferante, o Vida Nova nos adverte contra essa espécie de idílio que corre solto por aí, associando a 'democracia local' ou as 'alternativas locais' a uma suposta virtude que lhes seria inerente, supostamente plena de promessas emancipatórias. A vida política muito ativa do Vida Nova, mas também de outras entidades do entorno, vai fornecendo os indícios da 'reconversão política' em curso que, no entanto, em muito escapa de suas conformações locais. Não é demais situar esta microfísica da mudança no âmbito de suas mediações de maior alcance.

Os descaminhos do 'protagonismo das ações locais'

Uma primeira inflexão se dá no próprio caráter destas organizações e foi um dos caminhos possíveis que desdobrou de seus embates com o poder constituído. Seguindo as disposições constitucionais aprovadas em 1988, a municipalização dos programas sociais, genuína reivindicação das associações de base incorporada à carta constitucional, redefiniu por inteiro as relações dos poderes públicos municipais com as populações da cidade, disseminando e dando novas configurações à prática dos conveniamentos para a implementação de programas sociais. É neste cenário que ganham novos contornos a vasta, fragmentada e multifacetada malha tecida por inúmeras organizações comunitárias e filantrópicas espalhadas pela periferia e, no seu rastro, começam também a gravitar as associações criadas no bojo dos movimentos sociais. Assim foi, ao que parece, o Grupo Boa Promessa, associação comunitária criada em 1982 no Vida Nova e que, na sua origem, articulava um conjunto de mulheres no trabalho social e solidário. Promoviam distribuição de cestas-básicas e organizavam arrecadação de doações e fundos a serem distribuídos para as famílias consideradas 'carentes'. Djanira, uma de nossas entrevistadas, participa do Boa Promessa desde sua formação e, depois que a associação foi registrada, passou a fazer parte da diretoria. Ela mesma conta que a entidade foi registrada, em 1988, a pretexto de ampliar o raio de suas atividades e, sobretudo, para permitir o credenciamento para a obtenção de recursos via convênios e parcerias junto ao poder público, empresas privadas e organizações internacionais.

Nos anos que se seguiram, contudo, Djanira afastou-se deste trabalho, descontente com os rumos que as coisas tomaram: as relações com a prefeitura passavam por 'vias escusas', tornou-se recorrente a prática de fraude na listagem das famílias beneficiadas e, ademais, nos oito anos de gestão malufista na Prefeitura de São Paulo, o 'programa do leite' e a distribuição de cestas-básicas tornaram-se poderosos instrumentos de tutela, clientelismo e controle político local. A listagem das famílias inscritas no programa não é divulgada; nem mesmo Djanira, que é secretária da entidade, consegue ter acesso a ela. Ambos os programas parecem ser o instrumento principal de

agenciamento e controle local³⁵: o credenciamento ou desligamento das famílias deslizou rapidamente para o arbítrio de duas ou três mulheres que detêm a direção da entidade e preparam as listagem de beneficiários de acordo com suas conveniências de interesse e, sobretudo, segundo o apoio e lealdade de cada família beneficiada no jogo das disputas locais.

As atividades do Boa Promessa, a partir de certo momento, passam a estar intimamente articuladas com o Centro Comunitário do Vida Nova. Foi a afinidade de longa data das lideranças de ambas as entidades, todas anteriormente engajadas na 'ocupação da Record' e nas lutas pela urbanização do conjunto, que permitiu a conversão do combativo centro comunitário em outro entreposto do novo clientelismo local – e, sob o signo da gestão descentralizada dos programas sociais, faz-se a distribuição das clientela de beneficiários. Além da distribuição do leite, os programas de alfabetização de adultos também passaram à mesma contabilidade política. Mas também à corrupção explícita. Em 1995, Djanira deu aulas neste programa. O programa era sustentado com doações da Arquidiocese de São Paulo, mas, depois de encampado pela prefeitura, passou a ser custeado por recursos públicos. Eram os tempos de Maluf e todas as formas possíveis para fraudar as listagens de alunos inscritos (listas de salas de aula inexistentes) foram acionadas para gerar recursos excedentes, o 'superávit' tinha destinações igualmente obscuras.

Não se está aqui a tratar, contudo, de mais um mero capítulo da corrupção endêmica que acompanha o caminho sinuoso dos agenciamentos políticos. O que neste relato surpreende é que os personagens em cena são militantes genuínos dos movimentos de moradia, mulheres que chegaram ao Vida Nova junto com as demais famílias, participaram da ocupação e foram lideranças importantes nos embates que levaram à instalação de equipamentos públicos e aos melhoramentos urbanos do bairro. Os personagens que Djanira põe em cena em seu relato participaram do movimento que deu origem ao Vida Nova desde os primeiros momentos, foram partes de uma invernada coletiva e seus percursos confundem-se com a história de todos – suas famílias estão lá desde o início, partilham de uma experiência comum. O momento de inflexão parece ter sido a

³⁵ O programa de distribuição de leite para famílias de baixa renda, convênio entre as entidades locais e a Secretaria Estadual de Abastecimento, é antigo e, obviamente, não consta de suas atribuições a formação de clientela políticas locais. Conforme relatado por uma liderança local, teve origem nas ações de prevenção à desnutrição infantil: *“Começou a se discutir a situação da desnutrição infantil e, daí, a gente levou essa reivindicação à prefeitura e ao governo do Estado. Mas era também uma coisa federal. Não era só aqui, era no Brasil inteiro. E no governo Sarney... o Ministério da Saúde deu OK, o problema era no país e não de um Estado. Foi quando se criou esse programa do leite.”* O programa foi suspenso no governo Collor, já sob a suspeição de que havia fraude na distribuição dos vales e, ainda, que estes eram trocados nas padarias e supermercados por outros produtos. Foi retomado em âmbito estadual durante o governo Covas. O ex-governador parece ter sido personagem de relevância no novo agenciamento das entidades sociais. Valeu-se de uma gestão de corte popular durante seu mandato como prefeito para construir uma alternativa de base ao petismo na capital. O 'programa do leite' vige desde então. A distribuição de cestas-básicas é efetivada por convênio com um programa municipal. Não raro, as mesmas famílias – consideradas as mais necessitadas – são contempladas por ambos os programas.

virada dos anos 90 e os fios dessa história talvez possam esclarecer algo das ambivalências que desorganizam o espectro das polarizações entre as práticas políticas de esquerda e de direita, fazem ver os expedientes mobilizados pela administração dos problemas sociais no que diz respeito à gestão das vidas no limiar da mera reprodução, na distribuição mais eficaz dos estoques humanos e suas provisões para a aferição do mais alto rendimento político. Tais práticas perpassam os programas sociais promovidos pelos poderes municipais e talvez nos dêem um prisma que decomponha os matizes da deriva ideológica e da indigência política em que estamos imersos. Nessa confusão das referências políticas, as identidades retornam como espectros, máscaras que deambulam entre a esquerda e a direita para consumo geral e variado. Um mercado de identidades e idéias a disposição do mais astuto artilheiro. Ecos heróicos de outro tempo ressoados mil vezes quanto mais não haja.

No Vida Nova, todos esses caminhos fluidos da indistinção levam à poderosa Herculana. Nos vinte anos de existência do Vida Nova, Herculana mantém-se, impávida, na direção do Centro Comunitário, tendo perdido as eleições realizadas no conjunto apenas uma única vez. Foi na época da gestão Erundina na Prefeitura de São Paulo. Nas suas palavras, entrou um pessoal *“que não sabia administrar porque não tinha dinheiro em lugar nenhum”*. Falando da creche comunitária do local, diz que, com a outra direção, não havia recursos e tampouco competência para a sua administração. Herculana retorna ao centro comunitário na eleição de 1994 e, desde então, mantém firme o seu domínio. Nas eleições de 2001, a disputa pela direção do centro comunitário foi acirrada, os petistas do pedaço bem que tentaram desbancar o 'reinado' de Herculana, mas fracassaram.

Esta alagoana de 49 anos, professora de uma escola estadual desde 1984, chegou a São Paulo em 1972. Tinha então 17 anos e a experiência de cursos de alfabetização pelo rádio em sua cidade natal. Os cursos eram também um pretexto para a mobilização: *“A gente auxiliava as famílias dos pescadores que não sabiam ler e a gente escrevia as cartas, fazia para eles as contas das vendas para o mercado. Me convidavam para somar as contas e, daí, percebi que, ao invés de somar, eu tinha que ensinar. Aí, nós começamos o movimento de alfabetização e, aos 14 anos, eu já dava aula pelo rádio. A alfabetização pelo rádio chamava Escola R. Fame. No nordeste, onde eu morava, no Bairro do Niterói, chamado Fernão Dias, em Maceió, era um bairro que não tinha luz. Eles estudavam pelo rádio de pilha e ia acompanhando, escrevendo na lousa, tipo telecurso hoje. A partir disso, começou as reivindicações. Não tinha luz por quê? Comecei a mobilizar o pessoal. Fui me envolvendo com esses grupos de reivindicação, melhorar o bairro, até vir para São Paulo.”* Em São Paulo, logo, engajou-se nos quadros da esquerda clandestina. Trabalhou numa fábrica de

aparelhos de TV na região sul e, ali, em contato com militantes do PCdoB, transformou-se em 'quadro de partido'. Foi nessa condição que participou da 'ocupação da Record', esteve na liderança das reivindicações urbanas que se seguiram nos anos 80, participou ativamente no trabalho comunitário local ('clube de mães' e as atividades assistenciais do Boa Promessa) e, já nos primeiros anos, ganhou a direção do centro comunitário. Transitou uns tempos pela militância petista, aproximou-se, depois, do PSDB e, agora, não fica muito clara a natureza de suas relações com partidos e governos. Não faltam sobre ela suspeitas de corrupção e acusações de manipulação, clientelismo e tutelagem.

Fato é que o poder de Herculana é inegável. Sua influência local é grande. Para Sônia, outra de nossas entrevistadas, *“tudo o que você precisa, ela consegue”*. Sônia tem 20 anos e dois filhos pequenos, recebe cesta-básica e frequenta regularmente as atividades do centro comunitário. É assim que comenta as atividades de Herculana: *“Eu recebo cesta-básica de uma senhora aqui que ajuda muito, que faz projeto aqui... Tem cesta-básica porque tenho criança pequena... É a Herculana, é a presidente daqui. Sempre faz projeto. Fez projeto das crianças, da terceira e quarta série. Tinha muita criança de terceira e quarta que não sabia ler. Pede ajuda da secretaria do Estado e vem as professoras para dar aulas no centro comunitário para as crianças mais deficitárias. Também fiz o curso de cidadania – muito bom; fiz o curso de computação, o básico; também o curso de direitos humanos. É a Herculana que consegue. (...) Ela pede ajuda da Secretaria do Estado, mas tem várias firmas investindo. A LBV, por exemplo: fomos fazer o curso lá longe. (...) Demorava mais de uma hora, uma hora e meia. Dois meses de curso. Depois, mudamos aqui para a creche e fomos aprender sobre direitos humanos, outras coisas. Ela dá leite. Ela é muito legal. Faz muitas coisas. (...) O meu pai frequenta muito lá. Tudo o que você precisa, ela consegue: remédio, o que você precisar. Ela ajuda todo mundo. Quando a pessoa sai para arrumar emprego, não consegue nada e fica sem dinheiro para ir de novo procurar, ela dá um jeito, ajuda, dá um jeito para arrumar alguma coisa. O meu pai trabalha com ela, fica lá direto. Todo mundo é ligado a ela.”*

Sônia é personagem reveladora de quanto as conexões do clientelismo político estão ancoradas nas dimensões as mais prosaicas – e contraditórias – da vida cotidiana: a gestão da vida doméstica entre as cestas básicas distribuídas pelo centro comunitário, o jogo dos favores e proteções para colocar os filhos na creche e, ainda, a lealdade com as 'entidades' que promovem mutirões e prometem a casa própria: *“eu estou no movimento de moradia há quatro anos, já conseguimos o terreno e um pouco de verba...”* É de um mutirão que ela está falando, dirigido por um chamado 'Movimento do M'Boi Mirim'. Sua própria tia está no comando deste movimento e é ela quem toca esse tal mutirão

pelas vias tortas do clientelismo político: “conseguiamos o terreno através do vereador Milton Leite (PMDB). Ele conseguiu pra gente... Eu estava trabalhando com ele. Ele veio na associação, gostou e falou que ia ajudar. O terreno já conseguimos, com certeza a verba sai no ano que vem.” A tia de Sônia “era daqui, sempre participou, faz vinte anos que participa disso, conseguiu a casa dela no Paranapanema... e, agora, fica ajudando as pessoas”. Quando nasceu a primeira filha de Sônia, “ela me disse para entrar no movimento: ‘se você entrar você consegue... você vem uma vez por semana e consegue’. Eu fui. Estou indo até hoje”. Os pais de Sônia são muito ligados a Herculana e estão também envolvidos nas tramas da suspeita arbitragem política local. O pai é pedreiro, autônomo. E a mãe trabalha na creche do Vida Nova. Sônia trabalhou por alguns meses na Câmara Municipal, no escritório de um vereador malufista: “ele, agora, mudou de cargo... Vi na televisão que era corrupto, estava pegando verba”. Ela conseguiu o emprego através de um secretário do vereador, amigo de seu pai: “ele pediu para arrumar emprego para mim, ele arrumou”. O secretário morava no Vida Nova, veio junto com o pessoal da 'ocupação da Record' e, atualmente, mora no luxuoso bairro do Morumbi; ele contratou o pai de Sônia para fazer um serviço no seu apartamento e “ele falou que eu estava querendo... três dias depois que o meu pai falou, me chamaram”. O tal vereador não foi reeleito e Sônia perdeu o emprego. Depois disso, ganhou alguns trocados fazendo campanha eleitoral para Milton Leite (PMDB). Agora, Sônia dedica-se ao cuidado dos filhos, mas gostaria de voltar a trabalhar. E continua acreditando em sua estrela: “Falei com o secretário do Milton Leite. Ele terminou o curso de advocacia. Disse que vai abrir um escritório de advocacia e disse que vai me chamar... A filha dele mora aqui. Disse que vai abrir e que vai arrumar pra mim”.

Essa adesão entusiasmada ao 'reinado' de Herculana e aos expedientes duvidosos dos favores políticos deve ser motivo de fundo desgosto do sogro de Sônia. É o militante Osvaldo. Ex-metalúrgico, foi uma liderança de primeira ordem da Oposição Sindical que marcou presença na cidade de São Paulo e, em particular, na zona sul, durante os anos 80. A militância operária de Osvaldo cruza-se com a história do Vida Nova. Em 1980, junto com outros metalúrgicos que moravam no mesmo bairro e eram companheiros de militância, resolve participar da 'ocupação da Record' e, a partir daí, participa ativamente de toda a movimentação que deu origem ao Vida Nova. Se sua trajetória ocupacional foi toda ela regida pela militância – sempre metido na agitação operária, infiltrando nas fábricas para organizar comissões de base e greves, era frequentemente demitido –, assim também transcorreu sua história habitacional. A ocupação e depois a transferência para o Vida Nova foi, desde o início e sempre, marcada pela expectativa de participar e interferir num movimento que estava, então, no centro das disputas políticas na região sul da cidade. Na virada dos tempos na década de 90, o facho da militância se mantém aceso, porém agora voltado para as circunstâncias locais da disputa política interna ao Vida Nova, fraco eco e de restrita

ressonância do que já foi um amplo e promissor movimento de moradia.

Oswaldo é um desses personagens para quem a vida privada não existe como valor e pólo de investimento subjetivo. O epicentro de sua vida é outro: ele se manteve e se mantém fiel ao ideário radical da esquerda operária dos anos 80 e, até recentemente, junto com o lado petista do pedaço, disputava palmo a palmo com Herculana, sua arqui-inimiga, o comando do centro comunitário. As disputas que agitam o cotidiano do conjunto estão mobilizando duas versões de uma mesma herança mítica. O Vida Nova é o lugar em que se inscreve a lenda de uma das primeiras conquistas do movimento organizado de moradia em São Paulo. Em 2003, no entanto, na impossibilidade patente de vencer Herculana, o grupo ligado à Oswaldo desiste da eterna disputa pelo centro comunitário e deixa de participar de sua eleição. Os membros do grupo continuam, contudo, reunindo-se. Estão muito ativamente engajados na formação de uma organização não-governamental, o Centro Visão e Ação. Embora denominado por seus próprios membros como uma ONG, o centro não possui financiadores, não desenvolve projetos, utiliza como sede o salão paroquial de uma pequena igreja, orienta suas atividades para a reivindicação de espaços e equipamentos públicos no interior do conjunto, utiliza a tática da pressão política mesmo sobre um governo municipal petista (partido com que se identificam todos os membros da ONG). A ONG conseguiu inclusive a construção da maior escola do conjunto, com salas de aula para 1o e 2o graus. Tudo ao velho estilo, não fosse por algumas formalidades agregadas a rotina das mobilizações: Oswaldo, presidente da Visão e Ação, está atualmente preocupado em localizar estudantes universitários com habilidade para desenvolver projetos para sua entidade; e, talvez, o mais determinante aí é que o engajamento do grupo petista na construção da nova entidade é ao mesmo tempo um desengajamento na disputa eleitoral pelo centro comunitário. A liderança de Herculana que já era indelével, graças ao papel que cumprira na ocupação e na organização dos moradores, é, a partir da desistência de Oswaldo, inconteste. Graças aos expedientes da classificação para os programas sociais, o mandato de Herculana a frente do centro comunitário é, agora, inamovível pelos meios democrático-eleitorais. Não resta outro caminho ao esquerdista Oswaldo que conseguir seus recursos (políticos e financeiros) por seus próprios meios e 'fundar uma entidade para si', já que a associação 'ficou para a Herculana'. Ainda que persista a disputa entre os dois grupos, esta já não se dá mais em torno da representação dos moradores junto às instâncias de poder, mas na concorrência entre as entidades pela legitimidade de executar projetos de interesse de seus públicos-alvos. Oswaldo e Herculana, que eram adversários, são, agora, concorrentes. Encerrado o capítulo de uma disputa entre duas 'facções do povo' – quiçá 'da classe' –, tem lugar uma concorrência para monopolizar o 'público' e, com isso, aportar mais recursos que garantirão a sustentabilidade das entidades.³⁶

³⁶ Deslocamento que parece atualizar, ainda que sob outras constelações, o acento tragicômico no vaticínio mordaz de

Nunca foi coisa fácil tirar Herculana do centro do palco. Ademais, agora, a força de ambos – Herculana e Osvaldo – cresce conforme vão se expandindo as redes de programas assistenciais e, com eles, as entidades sociais que, autorizadas à assumir a execução desses programas, vêm se proliferando com variações de procedimento, de qualidade ou quantidade dos produtos e serviços oferecidos conforme as competências mobilizadas para a circunscrição de seus públicos-alvos, os recortes, segmentações e discriminações definidos pelos programas disponibilizados, as demandas locais averiguadas, os valores aferidos pelos descritores, indicadores e índices, além dos inconfessáveis expedientes politicamente mais rentosos, ao sabor das mudanças de governo de sempre. O resultado invariável de todo o aparato criado e mobilizado para recortar e delimitar os diferentes 'públicos-alvos' é a provisão de condições elementares de subsistência. As condições que habilitam o acesso à cesta-básica são, em geral, critérios para a segmentação destes públicos. É a pioneira Herculana quem dá o tom monocórdico da conversão das associações de moradores em organizações para a execução desta segmentação: *A gente abria o cadastramento, mas não era só a gente. Tinha um monte de entidade. Acho que, aqui, na época (início dos 90), tinha umas 30 associações, só aqui. E a gente tinha que identificar pelo histórico familiar. A gente fazia algumas visitas porque não dava pra fazer todas. (...) A família vem pra cá e a gente procura encaminhar pra tudo que é programa do governo. Desde curso de capacitação, até o médico, tirar documento, pôr as crianças na escola... e faz levantamento pra ver se a criança tá indo na escola... e tinha o FAT que vinha complementar também, os cursos de capacitação do FAT. E isso dura um ano, depois, tem que trocar. Se for o caso, se na família tiver deficientes, ou alguém com problema mental, a gente faz um relatório pra ficar dois anos. (...) Mas você tem que verificar tudo. Se tem alguém aposentado, recebendo o INSS, você tem que acompanhar tudo da família. É um trabalho sério e é assim que tem que ser. Pra gente, tem importância, se não der certo, não foi atingido o objetivo... a gente procurar fazer até mais... (...) (A família recebe cesta-básica) todo mês. Agora tem um cartão magnético pra receber... Ela vem na reunião. Tem que vir na reunião. A gente discute alguns temas que são necessários naquele momento. Depois, faz um levantamento da família pra ver se alguém arrumou um emprego, aquelas coisas. Aí, eles assinam a presença e vão pro posto, que é aqui na outra quadra, onde eles retiram a cesta. O cartão fica com eles. Vão lá, apresentam o cartão... (...) (Agora, 2004) nossa região deve ter umas 5 mil famílias sendo atendidas. Eu atendo, aqui, 200 famílias. Aqui, a gente atende o Movimento das Moradias e a União dos Moradores... São duas entidades. O Movimento é uma entidade só pra trabalhar com mutirões e tem a União dos Moradores que é a associação do bairro. Então, eu atendo umas 200 famílias, a Regina ali do começo da quadra atende mais 100, aí tem a outra Regina Mara que atende mais 100... a Reinado da Paz atende mais 100. A Casa da Juventude atende mais 100.*

Lima Barreto quando da transição para a República: “o Brasil não tem povo, tem público”.

Então, tem um monte de gente que atende, aqui, na região... no Distrito de São Luiz...”

Segundo Herculana, desde 2002, apesar da progressão acelerada em que se multiplicam as entidades sociais, a demanda por cestas-básicas tem ultrapassado em muito a oferta de atendimentos. Não só de pessoas que moram no Vida Nova, mas também vindas de outras paragens do entorno, nem sempre do entorno imediato. E o que era para ser apenas uma ajuda complementar nos expedientes de sobrevivência passa a estruturar as vidas de famílias às voltas com o desemprego e mais todas as mazelas de uma situação de pauperização: *“A gente percebe na procura. Antes, tinha uma lista de espera de cem, duzentos... hoje, a lista de espera tem oitocentos e, todos os dias, as pessoas procuram, falam pra ir na casa delas: 'a gente não tem nada, não tem feijão...' Essas histórias não aconteciam antes. (...) Essas cestas eram mais complemento de renda, não eram pra matar a fome de ninguém. Antes, as pessoas trocavam: a cesta custa 50. Então, eu compro carne, verdura, fruta. Hoje, não. Junto com isso, o que eu percebi também, além de ter aumentado a demanda, as pessoas que têm fome, também aumentou a demanda de mulheres agredidas, os filhos na rua porque o marido bateu, expulsou. E, antes, há uns dois ou três anos, a gente não percebia isso. Isso não aparecia. Dou um trabalho pro Conselho Tutelar... (ri). Porque, numa situação dessas, a gente tem que primeiro socorrer as crianças. A mãe já é grandinha. Então, o Conselho Tutelar fica louco!”*

Autonomia popular em transe

Um segundo ponto de inflexão (não necessariamente em ordem cronológica) se deu pela prática dos mutirões disseminada nos tempos da gestão Erundina (PT) na prefeitura de São Paulo, sob os auspícios de soluções progressistas e democráticas para o drama da escassez de moradia popular. Para a gestão dos recursos repassados pelos órgãos públicos e para o acompanhamento da construção das moradias, entram em cena as 'entidades' que, no correr dos anos, foram aos poucos fazendo de sua posição de intermediação com os órgãos públicos um recurso de poder que, logo, se transformou em moeda política, abrindo as trilhas para práticas as mais variadas, à esquerda e à direita, de novas formas (ou formas recicladas) de clientelismo local, tutelagem política e também de corrupção. Algumas das mais conhecidas lideranças dos movimentos de moradia da região sul transformaram-se em verdadeiros 'empresários de ocupações', capitaneando as poderosas entidades que recebem os recursos, gerenciam os contratos com empresas prestadoras de serviços, arregimentam os mutirantes para o trabalho voluntário e controlam a inscrição das famílias candidatas às novas moradias. Foi nesse cenário que cresceu o poder de personagens como o todopoderoso Lopes do Parque São Joaquim. E também de Herculana, que capitalizou a herança

militante espectral do Vida Nova para tornar-se figura de destaque nos mutirões que agitaram a região no início dos anos 90. Ela articulou ainda programas de mutirão com o governo estadual mesmo nas gestões tucanas e, depois, participou na reativação dos mutirões com a nova gestão petista na prefeitura de São Paulo (2001-2004).

Com a entrada de Maluf na prefeitura de São Paulo, a maioria dos mutirões foi interrompida. Mas foi no correr dos oito anos de gestão malufista (primeiro Maluf e, depois, Pitta) que o poder dessas entidades e dos personagens que as capitaneiam aumentou enormemente. A interdição dos programas com a prefeitura abriu a oportunidade de uma articulação com a CDHU que assumiu o repasse, em nível estadual, dos recursos a serem geridos pelas entidades. Durante o governo Covas, os contratos firmados com a CDHU permitiram a extensão do raio de influência das entidades para além do município. Assim como seu Lopes, do Parque São Joaquim, Herculana está na cabeça de várias entidades que atuam na região sul da cidade, promovendo ocupações e tratando de garantir a gestão dos mutirões que se formaram no período. A ampliação do raio de sua atuação na região sul da cidade começou em meados da década de 90, estimulada pela pressão por alternativas de moradia por parte dos filhos da primeira geração do Vida Nova que, então, já estavam em idade de constituir novas famílias e que, gratos pelo benefício, lhe garantiam ainda maior respaldo como liderança dentro e fora do conjunto – os votos deste 'segmento' (e, em grande medida, de seus pais) eram conta certa de Herculana nas eleições: “(...) *eu comecei o movimento aqui onde eu morava. Em 94, as pessoas começaram a me pedir que retomasse o movimento das moradias. Porque as crianças foram crescendo, o pessoal casando e não houve interesse do governo em investir em moradia... o pessoal ficava me chamando. 'Vamos ver, vamos ver.'* Quando teve a primeira reunião, já tinha mais de 200 pessoas (...). E, quando a gente começou a discutir, o que calhou? O Mário Covas ia concorrer ao governo do Estado e ele tinha a proposta de mutirão... então, retomamos o movimento das moradias. Chegamos a discutir com ele antes da eleição. Então, quando ele entrou, já abriu cadastramento pra CDHU pra entidade que quisesse.”

Herculana passa a compor uma 'federação de entidades' constituídas (ou reconhecidas) para gerenciar os empreendimentos, ou seja: administrar verbas e recursos repassados pela CDHU, que compra o terreno e elabora o projeto. Como diz Herculana, “*nós fomos escolhidos, tinha tudo, um histórico da entidade, um histórico bom, nós fomos um dos primeiros mutirões*”. Poderosa e influente, e certamente muito eficaz em seus agenciamentos, Herculana passa a atuar para além das fronteiras do Jardim São Luiz e mesmo do município: “*depois, dentro da federação, a gente pôde encaminhar também lá para zona leste, Guaianazes, Sapopemba, São Miguel Paulista, Ferraz de Vasconcelos...*” Data deste período a aproximação entre Herculana e o PSDB. O governo Covas

estava literalmente lançando as bases de sua legitimação política como uma via intermediária entre a opção malufista e a petista que polarizavam a política em São Paulo e, para isso, firmava compromisso com os mutirões autogeridos, mas procurava uma desvinculação das organizações de corte mais esquerdista oriundas do tempo da gestão Erundina no município tais como aquelas agremiadas sob a insígnia da União dos Movimentos de Moradia, a UMM. O movimento que Herculana organizava vinha a calhar com as diretrizes do novo governo e possibilitavam ampliar a projeção de lideranças sociais reconhecidas, enquanto proporcionava ao governo o verniz democrático-cidadão para duvidosos expedientes que vinham, segundo relatos, 'incrementar' o orçamento da companhia de habitação.³⁷ As velhas formas da corrupção restauradas sob a roupagem da alternativa popular para as políticas públicas.

A vocação do social

O terceiro ponto de inflexão dos tempos políticos tem lugar na segunda metade dos anos 90, quando os traçados desenhados nesses percursos imbricam-se em outro feixe de relações e configuram outros campos de força. No cenário já marcado por imperativos de contenção do investimento público (a presumida crise fiscal) e aumento crescente da pobreza³⁸, as atividades comunitárias e os

³⁷ O relatório de uma ONG que prestava assessoria técnica para os programas de mutirões desde a época de Erundina traz uma descrição sugestiva das relações que, na gestão Covas, se estabeleciam entre a CDHU e 'movimentos de moradia' como este dirigido por Herculana: "Mário Covas chega, então, ao governo do Estado. Uma opção ao obscurantismo anti-autogestionário malufista. Covas afirmar-se-ia o 'pai dos mutirões', fazendo referência ao período em que governara o município e que autorizara a realização de alguns mutirões na cidade. Aprova novos projetos por decreto e assegura, por intermédio de Goro Hama, Edson Marques e todo o primeiro escalão da CDHU, que o Estado investirá maciçamente em mutirões autogeridos. Mas, que a União dos Movimentos de Moradia não pense que é o único movimento de moradia da cidade! Há que se repartir o bolo. Assim, o Programa UMM de Mutirões passará a se chamar Programa Paulista de Mutirões, uma estratégia bem acabada de cooptação de movimentos e de suas lideranças, organizando no varejo as demandas para colher no atacado a composição de uma extensa base domesticada pelo sorteio de uma vaga nos mutirões. (...) O que estava em curso era justamente uma apropriação indébita e adulteração interessada do programa anterior, transformando antigos argumentos nossos e do movimento em pretextos úteis às engenharias de arrecadação de fundos 'menos contingenciados'. Nesse caso, na verdade, trata-se de discutir como a idéia de autogestão se desloca dos processos de produção de moradia por ajuda mútua, permitindo apropriações mais graves e determinantes que aquelas apenas semânticas. Rebaixa, em tons de cinza, o princípio da autonomia e da livre organização popular, cedendo lugar a um processo – sutil, num primeiro momento – de incorporação das bandeiras de luta: 'menos mutirão – mais autogestão', por exemplo, justificou, nos anos Covas, o ingresso das empreiteiras executando fundações e superestrutura (...), 'liberando' os mutirantes do tão propalado 'sobretabalho'. O detalhe é que esta tarefa consumia 60% dos recursos previstos para a construção de toda a unidade habitacional – contra os tradicionais, no máximo, 30%. E mais: quem contratava as empreiteiras, sem nenhum processo licitatório e por indicação da própria CDHU, eram as associações que se prestavam a testas-de-ferro, úteis para a tal engenharia que sugeri." (cf. João Marcos Lopes. "Das Utopias sem Lugar aos Lugares sem Utopias". Usina, 2004, mimeo, p. 42-43) O governo do PSDB passa, desta forma, a funcionalizar as 'entidades sociais' para expedientes políticos que mobilizam muito mais que o corte popular propalado (sem, no entanto, prescindir de mobilizá-lo).

³⁸ Carmelita Yazbeck mostra os números decrescentes do investimento público federal na área da assistência social: "Estudo desenvolvido por Ferreira (1993) sobre a prática assistencial desenvolvida pela LBA entre os anos 1989 e 1991 demonstra os cortes tanto nos recursos como no número de beneficiários de um ano para outro. Assim em 1989, 7.981.617 pessoas foram atendidas em programas do órgão e em 1991, com a manutenção dos mesmos programas,

programas sociais se transformam em vetores das formas contemporâneas de gestão privada das populações pobres. Entramos na 'era dos projetos' e das parcerias. É a linguagem do terceiro setor que ocupa o espaço da ação e dá visibilidade às iniciativas das periferias. Faz passar pelo crivo da eficiência e da eficácia o emprego, a 'cidadania' e as políticas públicas. Desautoriza as organizações de base como representação de interesses para instrumentalizá-las na gestão contingente dos projetos sociais – a repartição das demandas em um contexto de escassez. Nas palavras de Herculana: *“Passamos a buscar parcerias porque nós somos uma sociedade de amigos de bairro, e isso não significa nada, embora seja de grande valor, mas o pessoal lá fora não enxerga. Enxerga, mas quase nada. Sociedade amiga? Uma união de moradores? Eles querem saber de organizações que tenham técnicos, que produzam projetos. Nós não sabemos fazer isso, mas a gente ia buscar quem sabe e que tinha projeto. A gente nunca teve convênio direto, não sabia fazer projeto e colocar o projeto em ação. A gente só tinha prática. Então, ia atrás de quem tinha. (...) A gente pode fazer um projeto comunidade solidária, um projeto para jovem, um projeto para idosos. Temos que ter um corpo técnico, um assistente social, uma psicóloga, um gestor de projetos e é caro um profissional desses. Dentro da comunidade, não tem. A gente sente muita falta. Se tivesse, seria muito maior e faria muito mais... (...) ...nós temos que fazer o projeto. Por exemplo: a secretaria do emprego e geração de trabalho, todo ano, no mês de março, a gente pode apresentar um projeto de qualquer coisa, desde que tenha curso profissionalizante também e, quando chega no mês de julho, agosto, o projeto, sendo aprovado, a entidade gerencia, contrata. A gente acaba perdendo o jogo porque não sabemos fazer, não sabemos colocar no papel. Tem toda essa fase do objetivo, do que se quer alcançar, justificativas, todo esse estresse que a gente não sabe como colocar e acaba perdendo o jogo que a gente tem. (...) ...tem uma época certa (para entregar os projetos de convênio com a secretaria do emprego), eles dão uma planilha que contém os cursos da secretaria oferecidos naquele ano e você tem que montar o projeto em cima daquilo. Além da profissionalização você tem que montar o projeto pensando também na cidadania. Nós temos que montar, mandar para a secretaria para que ela mande a verba e você administrar, arrumar pessoal, os cursos, comprar o lanche que eles têm direito, o vale transporte que eles têm direito. Todas essas coisas.”*

forma atendidas apenas 2.261.609 pessoas (52% do total atendido em 1989). O percentual de redução dos recursos é igualmente impressionante: o orçamento que era de 220 milhões de dólares em 1989, passa, em 1991, para 117 milhões, o que significa uma redução de 46,8% em relação a 1989 (em tempos de grave inflação!) (...) Assim sendo, a política de redução dos gastos públicos vem contribuindo para uma redução quantitativa e qualitativa dos serviços sociais públicos, num momento em que a população empobrecida recorre cada vez mais aos serviços públicos e gratuitos para enfrentar a sobrevivência.” Maria Carmelita Yazbeck. “A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social” in: *Cadernos Abong*. São Paulo, 1995, p. 12. Não é demais lembrar que embora os recursos e os programas para a assistência sejam majoritariamente federais, a execução dos programas se dá em âmbito estadual ou municipal. A lógica pela qual o Estado reduz o investimento na área ao mesmo tempo em que garante o acesso universal das 'populações carentes' ao benefício (por força da Constituição de 88), populações que vão aumentando na medida em que se esfacela o mercado de trabalho, é mesmo muito apropriada ao surgimento de novos serviços não-governamentais privados de assistência social.

O 'universo' dos projetos sociais demanda qualificações técnicas dificilmente encontráveis entre nossos 'líderes sociais' das periferias. Por vias desta 'deficiência', abre-se também um mercado para as consultorias-ONGs da área social. É nesta malha de novos expedientes da gestão local dos públicos-alvos que, novamente, cruzam-se as histórias de Herculana e Lopes. Não são claras as relações entre ambos. Mas o que importa é a direção que cada um imprime nas relações que estabelecem em suas atuais atividades. Toda reserva é pouca quando se ouve seu Lopes falar de seus projetos, nunca se sabe o que é verdade e até onde vão a auto-celebração e a fantasia de suas ambições. Mas, mais adiantado nos contatos com a porção empresarial do terceiro setor que sua concorrente Herculana, Lopes fala de seu empenho em agregar mais de cem entidades atuantes na região para montar algo como uma supra-entidade capaz de captar recursos, mobilizar competências técnicas e gerir projetos. A história de Lopes, maranhense de 60 anos, é bastante nebulosa. Figura conhecida nos circuitos do terceiro setor, é referência constante entre moradores que chegaram na região em meados dos anos 1970, e que, como ele ou junto com ele, participaram das primeiras articulações dos movimentos de moradia da região sul. Como ele diz, *“logo no começo, eram 28 núcleos de favela que a gente lutava por água, luz, asfalto. Faz muito tempo, foi na saída do regime militar... Eu já invadi muitas terras dos outros. Estava morando na beira do barranco, tinha a área da prefeitura, a gente ia lá e invadia. Fizemos muita bobagem, mas foi a coisa certa...”*

Lopes chegou a São Paulo em 1976 e, logo depois, já estava instalado no bairro do Parque São Joaquim, em um barraco na favela Parque das Luzes. Tocou por uns tempos um pequeno bar e morava nos fundos. A coisa parece não ter dado certo. Mas não fica claro, na verdade nada claro, seus expedientes de vida e sobrevivência. As histórias que correm são várias, de corrupção, de clientelismo e ligações conspícuas com os subterrâneos da vida. Mas também tudo é dito com meias palavras e com base em referências vagas, e isso sempre em meio a conversas paralelas com moradores ou outras lideranças locais no próprio Parque São Joaquim e bairros próximos. Fato é que o próprio Lopes diz e reconhece que sempre teve ligações com partidos, passando pelo PMDB, também pelo PT, mas com aproximações claras com a 'turma do Maluf'. Sempre esteve envolvido com entidades e tentativas de conseguir melhorias locais. Certamente, foi isso que o projetou ao centro das negociações com o governo Maluf por ocasião do desalojamento dos moradores da favela para dar lugar à construção de um Cingapura. Como ele diz, mas não explica, *“nós estávamos desmanchando a favela, aí eu ganhei 160 apartamentos do CDHU para a gente tirar uma parte das famílias...”* Ao que parece, havia uma disputa de poder e por recursos entre as entidades que se apresentavam como mediadoras nos procedimentos para a instalação dos moradores desalojados. Parte deles foi para o Cingapura, outros tantos para o CDHU construído ao lado. Lopes conta que tudo aconteceu pela intermediação de uma pessoa amiga recém galgada para

uma secretaria da prefeitura. A negociação lhe valeu a 'direção régia' do centro comunitário do conjunto da CDHU, mais conhecido como Casa de Cultura São Luís. Alguns anos depois, a Casa de Cultura comandada por seu Lopes haveria de ganhar notoriedade por sua excelência no chamado empreendedorismo social. Diz ele que existem 43 entidades atuando nesse conjunto habitacional e que sua tentativa é de articular todas elas junto com outras tantas (150) na cidade de São Paulo: *“hoje (2001) estamos criando uma ONG, já fizemos uma reunião, juntamos 12 entidades de todas essas 150. (...) ...é um negócio de união mesmo, de troca de experiência e fazer projeto... Vamos juntar todas, criar uma ONG para captar recursos e fazer projeto para todas. (...) ...a gente oferece união, troca de experiência e isso vai se acreditando, vai vendo que tem que caminhar junto. Por exemplo: se a Casa de Cultura precisa de uma lata de tinta para pintar essa sala, eu vou lá na fábrica e digo: 'eu preciso de uma lata de tinta para pintar uma sala da Casa de Cultura'. O sujeito nem me atende. Mas se eu chegar lá e disser: 'eu tenho uma rede com 25 entidades e preciso de um caminhão de tinta', ele dá um caminhão de tinta, mas não me dá uma lata de tinta. E está certo isso porque, quando se fala em muitas entidades... Por exemplo, ontem, na televisão, um sujeito ia dar uma entrevista e ele falando: 'um sujeito chegou para uma entrevista, veio para falar comigo e não dava tempo de falar com o sujeito; mas, quando ele falou que era uma liderança e que tinha mais 15 entidades junto com ele, não teve jeito'. Disse que tinha que atender. É um peso. E esta ONG que nós queremos criar, queremos criar um projeto para 2 milhões de pessoas.”*

No momento da entrevista, em 2001, Lopes jactava-se de seu muito bem-sucedido empreendimento. A Casa de Cultura conseguiu computadores da Microsoft, telefones cedidos pela Telefônica que, de quebra, ainda ofereceu acesso livre e gratuito ao provedor Terra de *internet*. Diz ter firmado uma parceria com a Cônsul, com a Cáritas, o Centro Cerâmico do Brasil, o Senac. Tudo isso em nome de viabilizar sua oferta de projetos sociais, cursos de formação, de profissionalização, de informática. Projetos de inclusão social, como usualmente se diz.

Herculana tem uma visão menos ufanista de tudo isso. Também parceira de entidades empresariais de financiamento de projetos, ela enfatiza, sempre, as dificuldades que as entidades e associações comunitárias vêm passando desde que o terceiro setor entrou em cena. Antes, diz ela, era tudo mais fácil, bastava um 'parlamentar' para fazer o contato com os poderes públicos e abrir as sendas para apoio e recursos. Agora, é preciso formatar projetos, ter formação e 'investimento em si próprio', contar com uma equipe de pesquisa, fazer cursos. É preciso correr atrás de instituições que se disponham a formar parcerias. Mobilizar e agregar 'capital social e humano'. Mas é também tudo muito contingente, projetos e parcerias com data certa para terminar, os recursos não são garantidos, é tudo descontínuo e incerto quanto ao futuro das atividades sociais no local: *“a gente tem um*

trabalho amplo, um trabalho comunitário não só aqui, abrange toda a região sul, mas o movimento comunitário também está começando a se acabar, começando a morrer. Antes, as pessoas estavam acostumadas a trabalhar só com apoio do governo. Mas, agora, com o terceiro setor, você tem que ter formação, você tem que investir em você e em todas as pessoas, senão você fica para trás... investir em cursos... Como você vai formatar seus projetos? Você tem que ter cursos, uma equipe de pesquisa e, aí, o movimento, acostumado a só receber apoio do governo, vai morrer também. (...) Antes, era assim, me lembro muito bem: acho que 80% das associações eram assim... Geralmente, você tinha um parlamentar que acompanhava e te dava toda assessoria. Você era o presidente da entidade... aí, alguém chegava: 'ah, tô com fome...' Você chegava pro parlamentar e ele te dava uma cartinha. Aí, você ia pro Fundo Social da Prefeitura, algo assim, e eles davam comida. Era assim. 'Na minha rua tá sem asfalto...' Não era você, era o parlamentar que fazia. O pessoal acostumou com isso, acomodou. Então, quando chegou o momento de reivindicar, o momento de juntar as pessoas, de conscientizar: 'você é mais que tudo isso aí!', o pessoal não sabia como fazer. Então, as entidades foram se acabando. (...) Eu mesmo não tenho projeto nenhum, só idéia. Precisa colocar no papel... Aí, eu vou atrás de parceiros: o Instituto Motiva é um, o Sindicato dos Contabilistas é nosso, a Creche Mamãe... (...) (O sindicato foi parceiro) nos cursos de capacitações, qualificação e requalificação. Depois do sindicato, a gente pegou o Instituto Motiva. É um instituto de projetos, eles buscam recursos... Então, a gente começou a sobreviver através desses parceiros... [E essas coisas não são permanentes?] Não. Quando o FAT era voltado para qualificação, a gente tinha duas vezes ao ano. Todo ano. No ano passado, tinha sobrado uma verba de 2002, mas não veio mais.”

Em meio aos projetos e parcerias que começam e acabam, não têm continuidade e onde nada é garantido, o que resta mesmo de permanente são os programas assistenciais, os de sempre: “o que restou foi o programa do leite, as cestas-básicas”. Estes parecem ser os verdadeiros lastros do mercado de escassez em que se transformou a política ao rés da pura sobrevivência. Nos percursos de vida dos moradores do Vida Nova estão objetivadas as marcações da história política militante, aí imbricadas com aquelas da história urbana. Se as histórias do Vida Nova e suas adjacências no Parque São Joaquim são as cifras pelas quais apreendemos uma desterritorialização das estratégias políticas vinculadas ao campo da esquerda e sua reterritorialização nas malhas de um clientelismo político de novo tipo – sob o verniz movimentista e de acordo com os imperativos de eficiência na gestão das demandas –, sempre no limiar da corrupção, tampouco a velha e notória estratégia política da direita parece ter resistido à reconversão em curso.

Capítulo 2

A mão direita da urbanização às avessas

A meio caminho entre o Vida Nova e os conjuntos habitacionais do Parque São Joaquim estão três das mais conhecidas favelas do Distrito do Jardim São Luís. A menor delas é a favela Flamengo. Ocupação antiga que não passou pela organização de movimentos de moradia, é o resultado, por um lado, da diminuição do investimento em políticas públicas de habitação e por outro do processo de esgotamento das terras urbanas disponíveis, face e verso da urbanização por expansão de periferias que tem nos conjuntos habitacionais e nos loteamentos clandestinos sua face mais pública. É também o pólo oposto do espectro desta articulação entre história urbana e estratégia política de acesso aos serviços públicos. Na origem do Vida Nova, há uma muito peculiar conjugação entre o 'sonho da casa própria', o tempo da expansão das políticas públicas para as periferias e todo um campo de forças em torno do qual gravitaram as comunidades de base, a 'ala progressista' da Igreja Católica, a esquerda clandestina e, depois, o PT. E é toda essa constelação de relações que é desestabilizada – no mínimo redefinida – no correr dos anos 90. Na favela Flamengo, o diagrama das relações é outro, simultâneo ao primeiro, não menos estruturador de nossa história recente, mas passa pelo emaranhado de todas as ilegalidades e irregularidades de que, desde sempre, é feita a vida interna de uma favela e as intrincadas redes de clientelismo político que daí se alimentam o tempo todo. No entanto, tampouco a inscrição da favela Flamengo numa história de longa duração das práticas sociais que, desde sempre, das sombras mobilizaram os expedientes da 'troca de favores', impediu que as relações políticas locais fossem atingidas pelas mudanças em curso. Aí é o próprio sistema clientelista assentado sobre as velhas relações de apadrinhamento que entrou em colapso. A história da Flamengo dá a medida das novas dependências que estão sendo construídas pelo dispositivo de poder em mudança.

A favela Flamengo é antiga. Um de seus primeiros moradores é seu Jair, que chegou em 1971. Hoje, pelo direito de usucapião, ele tem a posse legal do terreno onde mora. É um terreno grande em uma das extremidades da favela. Durante todos esses anos, seu Jair ocupou parte deste terreno com um barracão onde funcionava um negócio de reforma e venda de móveis usados. O restante era coberto por pés de fruta e outras plantas. Derrubou tudo, agora, recentemente. Uma construtora quer a área para levantar um prédio de apartamentos – coisa popular, apartamentos de 40 metros quadrados. A história é confusa: ao que parece, a construtora lhe ofereceu seis apartamentos em troca do terreno; o negócio, contudo, não foi adiante porque o alvará da prefeitura custa muito caro e seu Jair não tem o dinheiro. Mas, a essas alturas, já há quem esteja de olho no terreno para fazer

ele próprio o negócio. É Lino, um personagem quase onipresente nas histórias da favela. Atua como uma espécie de árbitro na compra e venda dos terrenos, quando não opera como um verdadeiro grileiro local. É poderoso. Ou, pelo menos, era, até que ruiu sua longa 'regência' à frente da associação de moradores. Antes, o poder que tinha lhe valeu o epíteto de 'xerife da Flamengo': além dos assuntos de posse, era ele quem arbitrava a distribuição das ligações clandestinas de água e energia elétrica, mantinha o controle da distribuição das cestas-básicas e era o conduto que ligava o poder institucional às redes do clientelismo político local. Tudo passava por ele. E o seu poder no local crescia conforme crescia a própria favela.

O crescimento da Flamengo acelerou-se muito entre o final dos anos 70 e começo da década de 80. E um tal crescimento não se fez sem litígios de terra com os vizinhos do entorno. Num dos extremos da favela, na região mais alta, uma pequena fábrica local achou por bem ampliar seus domínios e avançou sobre a rua, ameaçando ainda parte das casas. Ou seja: invadiu uma área que, a rigor, não existia oficialmente e tampouco constava dos mapas oficiais na época. Queriam ocupar toda uma área da favela. Planejavam construir um muro que iria deixar as casas da frente praticamente emparedadas. Na prática, isso iria simplesmente acabar com a própria rua, que era, essa sim, legal, com existência registrada em mapa desde a década de 40 ou 50. A rua que dá acesso à favela iria desaparecer. A briga foi feia – *“eles queriam fechar essa rua, era um metro e meio de rua. Foi uma briga! Eles faziam de dia e, à noite, nós derrubávamos”*. Além das casas que seriam derrubadas ou emparedadas, ainda havia o problema da água. A fábrica fica no alto da rua e a favela vai se espalhando ladeira a baixo, seguindo o traçado íngreme da área. Na época de chuvas fortes, havia sempre o risco de uma verdadeira torrente de água represada romper o muro da fábrica, que estava sendo construído de uma maneira precária e descuidada. Quem relata o episódio é Zé Pedro que, na época, trabalhava numa destas pequenas fábricas da rua de cima: *“Eu disse: 'Está na cara que isso vai dar um desastre a qualquer hora. Esse muro está todo rachado. Quando chove, a água cai toda no meio da rua.' A porta de casa era onde, hoje, tem o vitró. Por causa desse muro, entrou água na minha casa, queimou minha geladeira, queimou um monte de coisas. Eu precisei fechar por causa da minha irmã. Quando estourou o muro, a água entrou na casa de todo mundo. Subiu mais de um metro de altura. Estragou tudo: sofá, cama, um monte de coisa, as compras do mês, colchão, roupas. Tudo estragado. Nós brigamos por causa disso aí.”*

O problema foi resolvido com a intermediação da Administração Regional da prefeitura, depois de muita pressão e alguma mobilização. Era o ano de 1989, início da gestão Erundina (PT). A fábrica foi impedida de dar seqüência a seus planos. Zé Pedro então participava da associação de moradores presidida pelo xerife Lino, mas seu envolvimento maior na vida social da favela era como

presidente do time de futebol local. O time foi formado em 1982. E foi muito ativo até meados da década de 1990. Zé Pedro, conhecido na várzea como 'Zezinho da Flamengo', foi um de seus iniciadores e também um de seus jogadores mais empenhados. Tornou-se presidente do time e foi pelas vias do futebol que chegou a participar da associação, como secretário de esporte. Pela associação, ele *“corria atrás, ia na Secretaria Municipal de Esporte, Secretaria de Turismo”*. Promovia festas no salão comunitário, com baile, churrasco e o melhor jogador ganhava medalha, tinha troféu. O time movimentava o bairro, mas nunca conseguiu arrumar um campo na própria favela. Promessas de políticos locais não faltaram, mas nunca foram cumpridas. E para conseguir um campo para os jogos, as dificuldades só aumentaram com o correr dos anos – *“a única área que a gente conseguiu foi aqui na Caloy, mas num domingo de manhã, quando chegamos lá, estava cheio de terra – aterraram sem falar nada para ninguém”*. Os campos foram, aos poucos, um por um, desativados à medida que se expandiam os empreendimentos imobiliários para a região. Deram lugar às construções de edifícios. *“E assim foi indo até acabar... essas áreas eram todas vazias, hoje não tem mais lugar.”* O time, que chegou a ter alguma importância nos campeonatos de várzea, também acabou. Jogar só no campo dos outros times começou a ser uma atividade de risco. Muitas histórias de ameaça a mão armada quando ganhava em território alheio. A violência grassou, mas não foi o único motivo pelo qual o time acabou. Os jogadores e outros apoiadores do time na favela, aos poucos, foram deixando de contribuir com suas cotizações para pagar transporte e os prêmios. Grassava também o desemprego que os impedia de colaborar. Ao fim e ao cabo, não era mais possível sustentar o lazer dos finais de semana. O envolvimento com o time e a associação, de toda maneira, projetou Zé Pedro na arena das disputas políticas locais. Seu nome passou a ser objeto dos agenciamentos que constituíam ora uma facção, ora outra, na disputa pela associação de moradores.

Veredas sinuosas do progresso urbano

A favela Flamengo tinha, em 2000, cerca de 3 mil famílias vivendo em cômodos de alvenaria. Fato não usual é que as vielas que cortam internamente a favela estão todas cobertas de cimento. Cimento velho. Coisa do xerife, que, através de um 'acerto', conseguiu que o cimento quase estragado de uma construtora fosse jogado na favela. Em 1982, chegaram as redes de água e energia elétrica. Junto com ambas, armou-se uma intrincada teia de várias ilegalidades, irregularidades, no mínimo. As redes públicas vão, por suas vias de distribuição, engendrando as teias dos micropoderes locais. A presença do Estado dobra-se na face interna da favela para lançar o traçado das ilegalidades que seguem o fluxo das ligações clandestinas de água e luz. Aí vai se desenhando o diagrama das relações e hierarquias de poder no interior da favela, segundo as disposições pessoais de conceder um 'ponto de luz' ou um 'bico de água' das casas que são cobertas pelas redes e dispõem

de relógios de medição. As redes propriamente públicas só foram instaladas nas casas que dão para a rua principal. É a única rua regular que separa a fachada da favela do bairro do Capelinha. As ligações oficiais não chegam até as outras moradias. As instalações clandestinas de eletricidade, as 'gambiarras' ou 'gatos', atravessam toda a favela e passam, aliás como tudo que chega à Flamengo, pelo xerife, que repassa a maior parte das ligações a partir de sua própria casa, arbitrando a distribuição interna à favela e controlando o pagamento das contas. O controle do pagamento é coisa complicada: sempre há os que não pagam e a conta fica para os demais. É um foco constante de tensão interna aos moradores. E, além do mais, a própria medição não é coisa simples. No caso da água, o abastecimento é irregular, o fluxo de água é desigual e descontínuo, conforme a localização das moradias na parte mais alta ou mais baixa da favela. Há também problemas com a Sabesp: não é rara a ocorrência de contas de consumo desmesuradas e, pela averiguação dos técnicos da Sabesp, nunca é possível comprovar inteiramente a suspeita de vazamento ou uso exagerado ou indevido que fica no ar.

Com tantas complicações, o 'direito de pagar os impostos' é, hoje, uma demanda de muitos dos moradores da Flamengo. Como diz Lurdes, *“tirar escritura aqui é difícil, para tirar o usucapião, demora muito e tem que arrumar advogado”*. O medidor individual de água, além de resolver o problema sempre presente de 'quem paga-quem não paga', é também uma espécie de comprovante de posse, já que conseguir o título de propriedade não é trivial mesmo para os que já teriam o direito de acionar o instrumento jurídico do usucapião. Mais ainda: é uma medida de igualdade, diz Zé Pedro: *“... se cada um tivesse um medidor, um relóginho de água, não dependia de ninguém para ser discriminado. A terra é para todos viverem iguais. Tem uma classe que é discriminada em certas partes. Quantas pessoas, cidadãos da sociedade, não passam aqui e falam a mesma coisa: 'esses caras numa boa e nós pagando por eles'? Então, se cada um tivesse o seu medidor certinho não seria discriminado assim. (...) Eu pagava contente, satisfeito. Só não quero ser discriminado.”* Daí o imenso poder concentrado nas mãos de Lino, um dos poucos que, até então, possuía relógios de medição em sua casa.

Resolver o complicado problema do medidor de água, mais do que uma vaga aspiração, é um dos principais motes da atuação da associação dos moradores. Criada em 1984, esteve por todos esses anos sob o comando do xerife Lino. Quer dizer: até 2001, quando ele perdeu as eleições para um grupo de moradores alinhado (embora não muito convictamente) com o PT. O xerife é malufista. Se não é por convicção, é por interesse. Lino é cabo eleitoral, muitas vezes, contratado. Mas seus interesses vão muito além da recompensa em dinheiro. Ele não perdia nenhuma oportunidade para aproveitar (e se aproveitar) das redes de proteção e 'ajuda' acionadas junto às máquinas partidárias,

políticos locais e 'conhecidos' dentro da própria máquina estatal municipal e estadual. Foi o principal articulador dos moradores com os poderes públicos para a solução de litígios em torno das redes urbanas de serviços. Esteve sempre no meio das conversações e negociações em torno da controvertida taxa mínima da Sabesp. E os programas sociais promovidos pela prefeitura também passavam por ele, até porque são implementados através da associação de moradores. Sempre controlou o credenciamento das famílias para o programa de distribuição de leite e, recentemente, quando perdeu as eleições, um de seus trunfos para desestabilizar a nova diretoria foi boicotar informações para inviabilizar a continuidade do programa e paralisar a associação.

A associação dos moradores ganhou impulso na época da briga com a fábrica que pretendia se apropriar de uma parte da favela. Foi nessa ocasião que Jorginho começou a se interessar pela política local da favela Flamengo. Foi ele quem acionou o administrador regional da prefeitura e acompanhou todos os lances dessa história. Na época, havia – é Jorginho quem conta – uma rede razoavelmente estruturada de trabalho comunitário, articulada a partir de uma igreja na região. Padres e voluntários atuavam na favela, principalmente em torno de programas sociais junto às crianças. No período da gestão Erundina, receberam apoio da prefeitura – havia recursos e as assistentes sociais estavam sempre por lá. Tudo isso foi desativado na gestão Maluf. Os programas sociais da prefeitura foram suspensos sob a alegação de que eram ilegais. Nessa mesma época, o padre que atuava na região foi embora do país, os voluntários se dispersaram e os outros foram se afastando. Jorginho também se afastou: *“aí ficou Lino... e ele foi ficando sozinho... Então, o que ele fazia, estava feito e ninguém procurava nada”*.

Em 2000, a cobrança judicial de IPTU atrasado agitou novamente a favela. Ao que parece, a proprietária da área resolveu se mexer. Ninguém sabe se chegará a entrar com um pedido de reintegração de posse. Mas fato é que, durante trinta anos, nunca pagou os impostos da prefeitura, tampouco tomou qualquer providência para evitar a ocupação de seus terrenos. É uma situação muito confusa, provavelmente resultante de grilagens sucessivas. O IPTU veio em nome de três supostos proprietários que teriam comprado, sabe-se lá quando, parte das terras em que hoje está a favela Flamengo. Poucos acreditam que a situação chegue ao extremo de um processo de reintegração de posse. Já estão lá há muito tempo e alguns têm o direito de posse por usucapião. Mas a insegurança é grande. Os moradores começaram a se mobilizar. E Jorginho volta a tomar a iniciativa. Aciona antigos conhecidos e agentes comunitários ou voluntários ligados ao PT que atuavam na época, mexe daqui e dali, e terminou por disputar as eleições da associação dos moradores. Contou com o apoio de Zé Pedro, o presidente do extinto time de futebol da Flamengo. Ganharam a eleição com uma chapa formada por vários moradores, mobilizados como ele em torno

do assunto do direito de posse. Lino, o xerife, montou uma outra chapa. Jorginho diz que, dessa vez, ele ficou sozinho – “*ele montou a chapa, foi todo o pessoal dele mesmo: a sogra, cunhada*”. Perdeu.

A nova diretoria da associação logo tratou de definir planos e estratégias para resolver o problema da posse da área, também interessada em desenvolver projetos sociais e outras atividades. Mas o xerife também seguiu com seus planos: um ano depois, montou outra associação – uma mistura de grilagem com movimento de moradia. Lino tratava de identificar áreas que poderiam ser loteadas, fazia o levantamento de todas as irregularidades do pedaço e ocupava. Ao menos, é o que ele dizia que pretendia fazer. O xerife sempre foi bem relacionado com a polícia. E, na época, fazia parte do Conselho de Segurança, o Conseg. Com isso, acreditava conseguir o respaldo necessário para suas operações, evitando complicações. A ocupação acabaria sendo uma grande encenação que terminaria com a venda do terreno a um preço muito mais baixo que o de mercado. Dessa forma, Lino conseguiria os terrenos e, de quebra, o apoio dos futuros moradores. Os planos do xerife? Candidatar-se a vereador a partir da base de apoio que esperava construir com seus 'condomínios de periferia'.

O xerife da Flamengo

Lino, o xerife, tem 53 anos. Mora na região mais interna da favela, com a esposa Romilda e a sogra. Seus dois filhos casaram e moram por perto. Geraldo mora com a esposa ao lado da casa de Lino. O filho mais novo, Reinaldo mora em uma favela ao lado da Flamengo, com a mulher e filhos. A casa de Lino tem todo o jeito de um barraco de favela: sala e cozinha compõem um único cômodo e o banheiro fica do lado de fora, compartilhado por quatro pessoas que ocupam dois cômodos contíguos. À vista de todos, um aparelho novo de DVD, uma TV de tela plana de 29 polegadas e um aparelho de som de modelo recente.

Romilda é arrumadeira de um motel em Santo Amaro. Nos seus primeiros tempos em São Paulo, já casada com Lino (ambos nasceram e se casaram no Ceará), passou pelo emprego industrial, inclusive pela fábrica de bicicletas Monark, por onde, sem exceção, passaram todos os personagens elencados nesta história da Flamengo e, ainda, muitos outros moradores. Romilda é malufista 'roxa' e acompanha o marido nas campanhas eleitorais. Profissionalmente eclética, já fez boca de urna para Orestes Quércia, Arthur Alves Pinto, Romeu Tuma. E, claro, Maluf – sempre.

Lino nasceu no Iguatu, interior do Ceará, e chegou em São Paulo em 1977. Tinha então 28 anos.

“*Lá onde a gente morava não tinha como sobreviver*”, diz. Mas tinha também outros motivos: veio fugido da vingança pela morte de um conterrâneo numa briga pesada que relata com detalhes. Chegando em São Paulo, quatro dias depois, começou a trabalhar na metalúrgica *Fama*, onde ficou por quatro anos. Lino segue depois um percurso operário nas indústrias da região de Santo Amaro: Fevap (dois anos), Standard (três anos), Monark (três anos), uma das pequenas fábricas ao lado da favela (três anos) e, finalmente, a Villares (cinco anos). Entrou na Villares em 1986 e saiu em 1991 por problemas de saúde. Trabalhava na pintura, sem proteção, e acabou adquirindo problemas respiratórios sérios. Foi demitido. Lino entrou com um processo contra a empresa. Estava de licença médica e não poderia ter sido demitido. Ganhou a primeira causa, mas o litígio se prolongou até os dias recentes: brigava na justiça pelo reconhecimento de sua condição de funcionário da empresa e pela sua reintegração na função. Lino sabia que, na prática, dificilmente seria reintegrado, até porque já era considerado incapacitado para exercer este tipo de trabalho. Mas ele sabia muito bem fazer as contas de quantos salários atrasados a *Villares* lhe devia. Uma quantia grande, muito grande – salários e encargos trabalhistas correspondentes a nove anos e quatro meses. A principal dificuldade era que a *Villares* já não existia mais, fora dividida em três outras empresas e, durante muito tempo, não fora possível saber qual delas, se é que alguma, herdara o patrimônio e as dívidas trabalhistas. Recentemente, Lino foi reintegrado à *Atlas Elevadores*. Bate cartão todos os dias, mas, incapacitado, diz não fazer absolutamente nada na empresa. Lino suscita a ira dos colegas porque, além de passar os dias à brisa, ostenta um salário – que voltou a receber – maior do que a média dos funcionários. Aguarda, agora, a indenização pelos nove anos em que ficou fora da empresa. Os recursos desta indenização entram nos planos atuais de Lino. É com este dinheiro que imagina comprar o extenso terreno de seu Jair, o pioneiro da favela, entrar no negócio da construção de um prédio de apartamentos na área e, de quebra, montar uma oficina mecânica.

A história recente de Lino é cheia de veredas tortuosas. Quando ganhou a primeira causa contra a *Villares*, por demissão indevida, ainda em 1991, recebeu uma boa indenização. Mas pulverizou o dinheiro na compra de um carro, com gastos excessivos e mais 21 dias de viagem para o estado de origem, soltando o dinheiro farto com os familiares – “*o tempo que eu passei lá, eles não passaram necessidade*”. Em pouco tempo o dinheiro acabou. Depois, não conseguiu mais emprego em indústria. Tentou, mas não passava pelo exame médico, além de ficar 'marcado' pelo processo contra a *Villares*. O processo, que constava de sua documentação, tornava quase imediata a recusa dos empregadores. Enquanto a situação não se resolvia, Lino não podia ter emprego registrado em carteira de trabalho, sob pena de perder os direitos pelos quais estava brigando. Caiu, então, na malha dos 'bicos': trabalhou algum tempo como zelador em um prédio de apartamentos próximo à favela. Era uma cooperativa que contava com o extraordinário contingente de 2 mil membros – “*a*

gente se inscreve como sócio contribuinte. A gente paga aquela taxa e arruma emprego. Ai, no primeiro salário, desconta os 15 reais e os 36 reais de INSS. Do segundo salário em diante, eles só descontam o INSS e, quando a gente sai, a gente recebe o que a gente pagou corrigido. Pode passar 5, 6 anos que a gente recebe, corrige”. A cooperativa existia já há dois anos – “foi a lei que eles lançaram para acabar com o direito do trabalhador”. Prestava serviço terceirizado para “tudo”: limpeza, segurança, manutenção, portaria.

Na verdade, com toda a confusão da *Villares* e a intermitência dos trabalhos pela cooperativa, Lino tinha tempo de sobra para se dedicar aos assuntos da associação de moradores. Ia se virando com bicos e trabalhos temporários, muitas vezes, nas redes do clientelismo político. As histórias de Lino são confusas, as datas sempre muito imprecisas e há um tanto de bravata em tudo quanto conta. Mas os nomes de políticos conhecidos comparecem freqüentes em suas histórias. Desde os tempos em que fundou a associação, em 1984, as relações com personagens da cena política paulista parecem compor as redes de poder e influência que construiu na favela Flamengo. As estratégias de favorecimento pessoal e práticas clientelistas são constitutivas da maneira como Lino encaminhava a política local. É por estas relações que administrava a distribuição de cestas-básicas, distribuía presentes de Natal e doações que chegavam para a associação, além de agenciar seus apadrinhados para bicos em campanhas eleitorais.

Lino é um dos fundadores da Associação Comunitária. A primeira eleição da associação é cheia de histórias confusas, ameaças daqui e dali, dinheiro vindo sabe-se lá de onde. A segunda eleição acontece apenas em 2000, quando, conforme já se sabe, Lino, pela primeira vez, viu o seu poder desafiado. Até então, mantinha-se praticamente incontestado na liderança da associação e da favela. Os esforços para as melhorias urbanas terminaram por se transformar em um espaço de agenciamento pessoal de Lino sobre os moradores. A começar, como já se disse, de sua própria casa, espécie de sede de seu poder pessoal: era de lá que muitos moradores puxavam as ligações clandestinas e é para ele que pagavam as contas de água e luz. Todos os eventos que marcaram a história da favela, desde o cimento nas ruas, passando pela briga com a fábrica da rua de cima (em que também se envolveu), até a chegada das redes de água e energia, trazem as marcas do poder do xerife Lino, suas redes de influência, suas conexões com construtoras, vereadores, gente das máquinas políticas partidárias e mesmo estatal.

É sempre difícil saber o que é ficção e bravata, e o que é real nas histórias que conta. Fato é que, em 2000, Lino tornou-se membro do Conseg – o Conselho de Segurança, órgão de representação local, espaço de participação democrática e cidadã, como se diz, para a co-gestão das políticas de

segurança pública e vinculado ao governo do Estado. É com essa rede de apoios e proteções que ele conta para se lançar no novo empreendimento da compra e venda de terras, o que, em outras palavras é pura grilagem, sob o recurso às ocupações. E a partir daí, lançar-se como vereador nas próximas eleições.

Há algo mesmo de fascinante na história desse cearense que foi morar na favela, que se transformou em operário metalúrgico de uma grande empresa paulista, que conhece muito bem e briga pelos seus direitos, que, apesar disso, se embrenhou fundo nas tramas do clientelismo político, que transita o tempo todo entre o legal e o ilegal, que foi 'representante da sociedade civil' no Conselho de Segurança estadual, que pretende, agora, tornar-se simultaneamente grileiro e dirigente de um movimento de moradia, e quer se lançar como vereador, representante político local. Mas não há nisso nada de anedótico. Pois o que aí se tem é um personagem que faz ver todas as cerzaduras de que é feita a vida social. Entre o direito, a bravata e o favor trocado, Lino põe em cena parte dos expedientes híbridos que organizam a experiência social nos dias atuais e atravessam a vida interna da favela Flamengo.

Clientelismo em 'crise de paradigmas'

Pela história do que sucedeu à associação de moradores na vigência da diretoria de Jorginho e Zé Pedro, após a derrota do xerife Lino, é possível apreender quais forças atuaram para uma crise desta conjugação particular entre concentração urbana por favelamento, redes públicas e clientelismo político. Mesmo toda a astúcia de Lino em transitar por caminhos de permeio não foi suficiente para sustentá-lo no comando da associação e a ambição do xerife teve de enveredar por outra estratégia – também nos interstícios da ilegalidade – de sustentação para sua figura de líder político. Também tenta, hoje, habilitar-se para os caminhos do empresariamento urbano – evidentemente, nos estratos de baixa renda sobre os quais já detém certo *know how*.

O tempo não foi menos diligente na Flamengo que alhures. Zé Pedro que, em 2000, pela primeira vez, compunha uma chapa de oposição a Lino, justifica a queda do xerife por motivos que não são sua incompetência em dar conta das tarefas que se propunha, mas a necessidade de uma atuação de outro tipo, em tudo distante daquela que Lino era capaz de levar a cabo: “*Ele concorria... a eleição que teve, a anterior dessa que a gente foi eleito, foi eu e meu irmão que concorreremos com ele. Ele montou uma chapa e a gente montou outra. Mas só para ter eleição. Então, ele ganhou da gente por um voto. Nem eu votei na gente, nem meu irmão. Votamos para ele e ele se elegeu por um voto. (...) Antes, a gente não disputava porque era o seguinte: sabe, você não está por dentro de uma*

coisa, então, você não dava muita atenção para aquilo. Aí, a gente viu que todas associação estava crescendo, estava tendo benfeitoria e a nossa já não tinha.” As benfeitorias com que Zé sonhava eram já os sinais da emergência de uma outra constelação de relações que viria, aos poucos, deslocar o campo das mediações sociais e atribuir à auto-organização popular um outro *status* quanto menos seu papel fosse o de arbitrar melhoramentos locais junto ao poder público.

O terceiro setor chegou à Flamengo. Foi a nova gramática política da gestão dos programas sociais e suas parcerias que fez tremer o terreno em que o xerife sabia tão bem transitar. No que aqui interessam os influxos da história política recente, desdobrados na recomposição interna das relações de força que atravessam a associação de moradores, esta não pôde alhear-se dos agenciamentos estabelecidos pelo envolvimento de novos grupos politicamente interessados na questão social e no problema da pobreza. A viravolta que atingiu os sistemas de representação e as oposições modernamente constituídas em polaridades do espectro político também encontrou aí um terreno fértil de reconversão. Também o novíssimo tecido social das organizações não-governamentais e daquelas para-empresariais do terceiro setor veio tomar seu lugar nas relações que constituem os alinhamentos políticos, as conformações de grupos e interesses envolvidos na vida da favela Flamengo. Os deslocamentos produzidos pela entrada em cena desta nova mediação imprimem as marcas do atual numa configuração particular, diluem as já tênues oposições, mas podem vir a situar novos conflitos.

Fato é que, em 2004, Lino já não era o xerife da Flamengo. Ao menos, sua presença política já era bastante relativizada mesmo para aqueles que outrora não podiam prescindir de sua interlocução com os circuitos do poder. A primeira entrevista com Zé Pedro, em 2001, foi acompanhada por Lino, que, como fiador da palavra alheia, desempenhava seus eventuais adendos e correções. À época, ainda presidente da associação, desenvolvia a bom termo sua figura de mediador entre os moradores da Flamengo – suas descrições e narrações da vida cotidianamente vivida e das instituições sociais vigentes no lugar – e os elementos exógenos ali interessados nesta descrição – os pesquisadores.

Nos quatro anos transcorridos desde a derrota de Lino, em 2000, o jogo das relações internas à favela alterou-se e o campo político que construiu a força e o poder do xerife foi igualmente redefinido. Se a marca de suas conquistas pessoais através dos tempos ainda é constitutiva dos espaços da favela, ele parece já não ser capaz de polarizar os descontentes e mobilizar energias pelos expedientes do favorecimento pessoal de outrora. Seus planos iniciais para inviabilizar o mandato da nova diretoria da associação – que incluíam a tentativa de descredenciá-la dos

programas de distribuição de leite e cestas-básicas, pontos de sustentação da entidade até aí – foram contornados: os novos diretores terminaram por criar uma nova associação, com nova identidade jurídica – golpe de misericórdia na já combatida estratégia do xerife. A atitude da nova direção da associação é mais uma pista para o fenômeno que aqui interessa dar relevo: o surgimento de novas entidades sociais nas periferias, proliferando em decorrência de contendas políticas que se fazem cada vez menos pela disputa interna às associações e mais pela fundação de outras organizações concorrentes, em franca competição por recursos e canais institucionais para a viabilização de seus projetos. O dispositivo político que esta proliferação de entidades sociais opera é uma segmentação rigorosa da população (ou dos públicos-alvos): cada uma das entidades se define pela vinculação à gestão de programas sociais específicos, definidos, por sua vez, por um recorte de público, um perfil, uma marca ou simplesmente o nome de uma marca (o nome da própria entidade ou dos projetos gerenciados) que lhe atribui uma identidade. Como diz uma outra entrevistada, trata-se de uma verdadeira epidemia de 'novas identidades' em concorrência, uma “disputa de identidades”. Este jogo de relações e mediações parecia ainda não fazer parte do repertório de recursos de método dos antigos agenciamentos políticos de Lino.

Descartada a persona do xerife – que, à despeito dos planos, voltava à rabugem do apenas Lino – Jorginho segue presidente da associação, secundado por Zé Pedro, seu tesoureiro, mas o grupo de apoio montado pela chapa, em 2000, dissolveu-se. Os apoiadores externos à favela: uma ex-freira que realizara trabalho comunitário na região e o assessor de um deputado estadual petista – então ardorosos prepostos da candidatura vitoriosa do PT à prefeitura de São Paulo e adversários contumazes das práticas políticas viciadas de Lino – davam suporte político à chapa de Jorginho e prometiam o desenvolvimento de projetos da prefeitura em conjunto com a associação em caso de vitória de ambos. A Irmã Neusa e o assessor simplesmente desapareceram pouco tempo depois das eleições municipais. Sem qualquer ponte direta com o poder institucional, Zé Pedro e Jorginho, dois anos depois, foram procurar um antigo conhecido que morara na favela e fora colega do Zé na direção do time de futebol da Flamengo. Toninho, ex-diretor do time, tornara-se assessor político da bancada do PSDB na Câmara Municipal. *“A gente precisava de uma pessoa de mais explosão, uma pessoa que fosse mais entendida, que tinha mais conhecimento fora. E ele era um cara, assessor do PSDB há 10 anos já, estava sempre trabalhando nesse tipo de mutirão do PSDB, de construção, uma coisa e outra, e reunião para lá, reunião para cá. Aí, eu falei pro Jorginho: 'vamos trazer ele, para a gente ter uma segurança maior. Porque você não pode sair porque tem o seu trabalho, eu tenho o meu'. A gente não tinha conhecimento nenhum nessas coisas e ele já tem um conhecimento bom. (...) Ele é um cara que tem faculdade, 'vamos colocar ele como diretor de patrimônio'.”* Toninho foi nomeado diretor da associação da Flamengo. Por intermédio dele, os demais diretores

conheceram outro assessor do PSDB que trabalhava na Fundação Ioschpe. A fundação é ligada ao GIFE (Grupo de Instituições, Fundações e Empresas), uma espécie de federação de organizações empresariais do terceiro setor, financia projetos e apóia iniciativas locais no âmbito do empreendedorismo social. Em 2004, o assessor ligado à fundação empresarial realizou um 'curso de cidadania' na associação. Neste curso, os diretores foram informados da organização de um fórum de entidades sociais da zona sul capitaneado pela Fundação Ioschpe.

O fórum tem o objetivo de permitir a troca de experiências entre as entidades e veio ao encontro dos sonhos de Zé Pedro que, agora, inspirado pela experiência de outras entidades sociais da zona sul conglomeradas no fórum, está envolvido na busca de canais de financiamento para construir uma nova sede para a associação e desenvolver cursos. *“Realmente o Lino não tinha nada. Tinha a sede levantada, quatro paredes de madeirite só e mais nada. Uma associação não é feita só de quatro parede levantada, um salão. Que nem: a planta que o engenheiro fez para nós, em cima dessa laje do salão, é composta de dez salas. Tem sala para academia, tem sala para computação, é sala para vários projetos”*. Zé Pedro vê a favela já de um outro prisma, outro plano de referência das relações que têm no próprio espaço físico da sede da entidade sua inscrição definitiva. Por não se dar conta de que o trabalho do xerife estava justamente nos pontos de conexão das redes de serviços estatais com as tramas informais do favorecimento pessoal, faz passar o xerife de outrora pelo crivo do atual. Os agenciamentos políticos de Lino pertencem à história pretérita do clientelismo tradicional, já superado pelos imperativos de eficácia demonstrativa na gestão de serviços para a população. É a ruptura entre dois dispositivos que é assinalada aí. Lino prescindia do espaço físico da sede; seu poder estava cristalizado em sua casa, nas relações que estabelecia com políticos profissionais, em geral, malufistas e quercistas, objetivadas ainda nas campanhas eleitorais e nos relógios de medição de água e luz que monopolizava no interior da favela. Embora a nova diretoria não prescindia das relações institucionais, as formas pelas quais elas se objetivam são outras, distante do espaço doméstico, o espaço físico da sede abre possibilidades de reconhecimento, pelos financiadores e contratantes públicos ou privados, da qualidade dos serviços oferecidos. Passa-se aí de uma 'política das sombras' para uma 'política da visibilidade'. É a necessidade de vender projetos que faz da sede da entidade o 'cartão de visitas', o *marketing* proeminente desta nova política.

Os planos ambiciosos de Zé Pedro, representante eleito dos moradores da Flamengo, vislumbram ainda a auto-sustentabilidade da associação, com a remuneração e profissionalização de sua diretoria e seus quadros que, atualmente, em suas próprias palavras, são apenas 'voluntários': *“tem que estar batalhando, todo mundo trabalhando voluntário, um trabalha hoje, outro trabalha amanhã para a gente se reerguer, para a gente conseguir uma verba, um padrinho bom, aí*

modifica, né? A gente trazer uns cursos bons que a gente tenha algum retorno”. Neste mesmo léxico que, aos poucos, se vai espraiando pela favela, o estatuto da nova associação que tiveram de fundar prevê um abstruso mandato de diretoria por tempo indeterminado: “*Eu falei para o Jorginho: ‘a gente não vai colocar, entrar, para concluir as obras e, depois das obras tiverem prontas, a gente fazer nova eleição, a pessoa que não trabalhou nada pegar aí e não dar andamento mais, só pegar e deixar parado. Então, vamos colocar por tempo indeterminado que, assim, a gente vê os projetos que a gente vai querer fazer.’ E, daí, a gente visita muito lugar, vai aqui na favela Paraisópolis. Ali, a associação é muito bem desenvolvida, você vê as técnicas que tem ali dentro, muito desenvolvidas. Que nem eu falei pra você: no Grajaú, tem gente que tem salário de 700 reais por mês dentro da associação. (...) Aqui, tem que trabalhar voluntário. Não tem verba. Eles lá já tem verba adquirida de vários lugar, eles também colocaram em prática muitos projetos, eles têm projeto de reciclagem mesmo lá, que dá um dinheiro enorme. (...) Eles têm d'aonde que tirar as verbas deles lá. Tem diretor que está com salário de 700 reais por mês, é um salário bom. A gente tá querendo fazer a mesma coisa aqui. Mas só que, com pouco braço assim, não dá para a gente desenvolver, a gente trabalha só os fins de semana.*” Na prática, o projeto de Zé Pedro vai transformar uma associação de representação dos moradores numa ONG gestora de projetos locais.

As novas idéias de Zé Pedro, provavelmente, não seriam concebidas sem o intercâmbio entre associações e ONGs promovido pelo fórum 'animado' (no jargão do terceiro setor) pela Fundação Ioschpe. Nas reuniões semanais deste fórum – onde a presença das associações é classificatória para a obtenção de financiamento para o desenvolvimento de projetos – os diretores da associação da Flamengo conheceram Regina Mara, presidente de uma ostentosa ONG da região, a Reinado da Paz. Regina Mara tinha planos para a Flamengo: expandir para lá suas atividades já desenvolvidas em outras favelas próximas. Ela queria o apoio da associação para a instalação de uma padaria comunitária na favela e, para isso, já contava com o apoio do poderoso Grupo Empresarial Votorantim, que cedia material e mão-de-obra para a construção do prédio da padaria. De quebra, a Votorantim ainda oferecia cursos profissionalizantes: os pedreiros da construção seriam 'aprendizes' da 'comunidade' treinados pela corporação – jovens construtores de 14 ou 15 anos de idade, pagos a 60 reais mais uma cesta-básica por mês – e os padeiros e confeitores também seriam treinados por estes cursos. Animados pela possibilidade desta 'parceria', os diretores da associação apoiaram o projeto. A Reinado da Paz adquiriu dois barracos na favela e iniciou a construção.

Em 2004, o prédio de dois andares já estava de pé, faltando apenas o acabamento. Sobre o bloco aparente, na parede da frente da construção, o cartaz de propaganda de uma das marcas da

Votorantim é capcioso: “**VotoMassa**, a argamassa da Votorantim”. Trocadilhos à parte, as relações entre a Reinado da Paz e a associação, no entanto, já não eram tão engastadas quanto antes – a 'disputa de identidades' já se instalara: “a verba que ia ser pedido, ia ser só no nome da Reinado da Paz. Então, ela podia investir só lá em cima, na Reinado da Paz. A nossa associação, aqui, ficava de fora. Então, onde que nós não aceitamos. A gente discutiu todo os planos que ia ser traçado. Então, a gente não aceitou por isso: que as verbas que ia vim de fora, só vinha no nome a Reinado da Paz. Aí, ela que ia distribuir as verbas aqui para a gente. (...) Se ela quisesse ajudar aqui dentro, ela falava: 'eu vou colocar uma padaria comunitária lá, mas vai ser em nome da associação da Flamengo. Não vai ser em nome da Reinado da Paz.' A briga que nós tivemos com ela foi que ela mandou fazer um jornalzinho com a Reinado da Paz na Flamengo. Não existe esta Reinado da Paz na Flamengo. Com 15 mil pessoas! Olha como que ela cresceu: 15 mil pessoas cadastradas numa associação, dentro da Flamengo! (...) Dentro da Flamengo e a Reinado da Paz com 15 mil associado! Aí, ela vai adquirir verba para a Reinado da Paz dela até no Japão. 'Poxa, uma associação com 15 mil associados, pô, dentro da Flamengo!' Ela não está me ajudando! (...) Já pensou? Associação com 15 mil associados? Nossa Senhora! O que é projeto que ia acontecer aqui dentro! Você não vê os projetos que a Rocinha tem lá? A Rocinha tem 200 mil moradores. Eu tenho, no Rio, uma amiga e fui numa entidade dela lá, várias tem lá dentro, não sei quantos associados tem. Por que tem tantos projeto lá na Rocinha? Porque é forte, é conhecida. Agora, a Regina Mara me coloca, no jornalzinho aí da Reinado da Paz, a Reinado da Paz dentro da Flamengo com 15 mil associados! Pera lá! (...) Ela está fazendo propaganda da associação dela, está crescendo a associação dela, mas o nosso não, está sendo desconhecido aqui. Porque, se você pega um jornalzinho da Regina Mara: 'Flamengo, 15 mil sócios na Reinado da Paz.' 'E essa outra entidade aqui, associação dos moradores da Flamengo, onde que fica?' Não tem como.”

A concorrência entre os diretores da associação e a ONG Reinado da Paz, ambos disputando recursos dos financiadores e o 'público' formado pelos moradores da favela Flamengo, é um indício do que trazem os ventos da governamentalização das populações pobres nas periferias. Sob as injunções do estado de emergência pelo qual as condições precárias da existência interpelam a todos, as formas que tal dispositivo assume ao reduzir a si as diversas expressões da política – sob o crivo da eficácia das ações – e ao fazer convergir para si o que fôra a esquerda e a direita no campo do associativismo popular, estão erosionando as próprias referências pelas quais pensar e agir na política. Formam novos campos de gravitação em que ONGs e fundações empresariais do terceiro setor produzem os atuais termos da parolagem sobre as estratégias de enfrentamento da desigualdade, reduzida à pobreza; o ajuste das intervenções; as desdiferenciações entre a filantropia e a política; o *marketing* e a visibilidade pública; os movimentos sociais e o empresariamento

urbano; o protagonismo político e o empreendedorismo social; a autonomia popular, a privatização dos serviços e a terceirização das responsabilidades públicas; a participação popular e a reforma do Estado nos moldes da 'governança' neoliberal.

Capítulo 3

As entidades sociais na 'concorrência das identidades'

Para uma observação mais acurada daquilo que está em questão nesta desconcertante reconversão que faz das associações entrepostos avançados do terceiro setor nas periferias, optou-se aqui por descrever os percursos de uma organização que, desde sua origem, se define pelo atendimento de demandas da população e não pela representação de interesses. É para o modelo de organizações como estas – agora, 'turbinadas' por parceiros empresariais e prêmios de excelência em projetos sociais – que parecem estar convergindo todas as demais associações das periferias. Nelas, é possível apreender a emergência das técnicas de administração da pobreza, a mobilização permanente dos contingentes a serem atendidos e, em nome dos quais, arma-se a concorrência entre as entidades sociais pela execução de projetos, a captação de recursos de financiamento, os prêmios que dão visibilidade às iniciativas. Como se pôde ver até aqui, a concorrência entre o centro comunitário do Vida Nova e a ONG Ação e Visão ou entre a associação de moradores da favela Flamengo e a ONG Reinado da Paz foi produzida à medida que as associações locais foram sendo permeadas pelas práticas e discursos vigentes no campo do terceiro setor. Essas práticas e discursos foram mais rapidamente assimilados nas organizações já previamente definidas pelo perfil de atendimento à população. As tendências de concorrência entre estas organizações são, portanto, mais evidentes.

A própria ONG Reinado da Paz, atuante principalmente na favela Cidade Juarez, e que, por força da expansão de suas atividades, entrara em concorrência direta com a associação de moradores da favela Flamengo, teve origem numa dissidência de outra organização não-governamental. Numa briga cujas circunstâncias não foram bem esclarecidas, Regina Mara, segundo nome na hierarquia da Casa da Juventude, afastou-se de sua amiga de longa data, Iraci, coordenadora da Casa, e desligou-se da entidade, fundando a sua própria. Regina Mara discordava de Iraci na condução de uma parceria entre a Casa da Juventude e outra entidade, o Instituto Civitas. Para Iraci, a saída de Regina Mara da Casa teve como pano de fundo uma “disputa de identidades” e a briga sobre a parceria serviu também como pretexto. Embora Iraci não saiba definir com precisão o que vem a ser o termo que criou, é dela a expressão aqui usada para descrever os movimentos que a cada dia parecem também antagonizar antigos aliados ao ritmo em que prolifera o tecido das entidades sociais. A história da Casa da Juventude é elucidativa das mudanças que atravessaram as instituições desde sempre voltadas ao atendimento das demandas da população, para onde, na atualidade, sob o emblema das 'entidades sociais', convergiram inclusive as associações de

representação de interesses de moradores.

Do confinamento à participação

Originalmente, a Casa da Juventude foi um orfanato. Surgiu, em 1958, da iniciativa beneficente de 'senhoras caridosas da alta sociedade' para abrigar jovens órfãos de baixa renda. A instituição foi fundada com o nome de Casa da Juventude, em 1962, quando a necessidade de contemplar o aumento de demanda obrigou a transferência da sua sede do Itaim Bibi para um terreno doado no Jardim São Luiz. Ali é construído, também com recursos doados, o prédio do orfanato, no terreno onde a instituição funciona até os dias atuais. O orfanato era um lugar de internamento em regime fechado para meninos órfãos e foi gerido segundo os princípios da filantropia tradicional até fins da década de 70. Por volta de 1978, foi fechado, depois de denúncias de práticas usuais em instituições de confinamento: sofrimentos, maus-tratos, agressões, violações da integridade física e moral dos internados.

A Casa da Juventude foi reaberta, nos primeiros anos da década de 80, ainda sob o mesmo quadro administrativo, mas já recusando a prática do internamento. A entidade ressurgiu como um externato. Na Casa, eram desenvolvidos alguns cursos profissionalizantes com recursos do governo estadual voltados aos adolescentes do entorno. Apesar da imprecisão dos registros, há indícios de que o primeiro convênio com a prefeitura fora firmado em 1982. A entidade passou a desenvolver, com recursos do município, um projeto denominado OSEM (Orientação Sócio-Educativa do Menor) e chegava a atender 120 crianças da região. Com a vitória de Luiza Erundina na prefeitura paulistana, em 1989, a entidade é acossada pelos ventos da mudança. *“E, aí, começa a surgir alguma coisa de movimento, algumas pessoas acho que foram saindo e eles tentaram introduzir pessoas da comunidade que assumisse a diretoria”*, diz Iraci. A nova administração municipal exigia que a diretoria da entidade fosse composta por moradores do entorno. As antigas senhoras filantropas são convidadas a se afastar da direção. *“Parece que, assim, a forma que foi colocado, essa coisa mais voluntária, mais participativa, mais comunidade, parece que não agradou muito alguém que tava. E, aí, eles falaram: ‘ó, fica com isso aí porque nós vamos embora’.* Acho que algo mais ou menos assim. Tem uma insatisfação com a prefeitura, alguma coisa assim.”

A iniciativa da prefeitura, entretanto, parece ter malogrado cedo. Logo que findo o mandato da prefeita, a diretoria composta por membros da comunidade local, que não conseguira alterar substancialmente o perfil das atividades da entidade, se desfez. No começo dos anos 90, *“o bicho pegou, né, porque ninguém queria assumir”*. A diretoria da Casa foi então loteada entre outras

instituições de perfil parecido no entorno. *“Então, assim, o pessoal da Associação Morro Branco tinha um diretor aqui, o pessoal da Fundação Julita tinha um diretor.”* Na primeira metade da década, já pululavam outras entidades na região, mas o loteamento da direção da Casa da Juventude entre coordenadores de outras entidades próximas obviamente era uma solução provisória para evitar o fechamento e, apesar da manutenção do convênio com a prefeitura, também não significou uma alteração das atividades. A contratação de Iraci foi o último recurso da prefeitura para manter o único convênio que permitia que a entidade continuasse funcionando. Iraci era a promessa de modernização e *aggiornamento* daquela instituição ao tempo das organizações que deveriam executar uma política de outra extração. Política orientada para uma 'produção de sujeitos' conforme uma linha pedagógica, fora dos ditames do confinamento e da interdição, que tivesse como 'alvo' das ações não apenas os jovens atendidos, mas também as famílias, os monitores e outros atores do entorno.

O empreendedor social entre a vocação e a profissão

Iraci ingressa na Casa da Juventude, em 1995, aos 35 anos de idade. Ela mesma é personagem nova no diagrama de relações tradicionais da filantropia e fora trazida ali pelos ares da mudança que reconvertia as entidades sociais com o velho perfil da Casa da Juventude. Seu percurso de trabalho, que passa inclusive pela formação superior, se inicia na administração de equipamentos públicos na área social e culmina numa posição de destaque na passagem por diversas instituições do terceiro setor. Com origem na classe média da zona sul, sua participação na vida política não está vinculada aos movimentos urbanos de periferia, mas se dá a partir das agitações que marcaram 'a retomada' do movimento estudantil no final da década de 70. Cursava, então, a faculdade de psicologia na OSEC (atual UNISA – Universidade de Santo Amaro). E, embora não estivesse no epicentro da 'retomada' - *“escola particular, o pessoal todo pagava uma baita de uma grana, né, lá tinha medicina, tinha aquele pessoal super reacionário, aquelas histórias todas”* –, as relações que construiu a partir do diretório acadêmico colocaram-na em contato com estudantes da PUC-SP e da USP mobilizados na rearticulação do movimento estudantil. *“E, aí, eu fui participar da diretoria do diretório acadêmico e foi muito gostoso. Aí, você começa a fazer um monte de tipo de articulação de movimento militante na faculdade. E, aí, participei de algumas histórias, assim, não sei se vocês já ouviram falar, mas a gente derrubou todos os portões da OSEC no braço. Uma revolução lá dentro! Aí, teve vários, assim, que foram pro DOPS. Aí, a coisa ficou muito preta pro nosso lado. O meu não chegou a ir, não. Mas meus amigos, quase todos foram.”*

Iraci, ao contrário de outros personagens aqui, não estava, contudo, na linha de frente do

movimento e, no terceiro ano da faculdade, teve sua primeira experiência como profissional da área social. Após passar por um curso de um mês na APAE, foi contratada como estagiária numa escola de educação especial recém-inaugurada em Osasco. Muito interessada na sua profissão, dedicou-se a cursos de especialização ainda durante a faculdade: *“No período que eu tava na faculdade, o que tinha de palestra, tudo, eu ia, né? Fiz, depois, um período de especialização na USP com crianças portadoras de deficiência. Foi de dois anos, na psicologia. Trabalhei muito. Fiz também uma especialização em psicodrama.”* Daí em diante, Iraci não deixou mais o filão. Trabalhou como estagiária por dois anos. Depois de formar-se em psicologia, foi contratada para assumir a direção de um parque infantil também em Osasco, onde ficou por três anos. No parque infantil (atualmente, EMEI), Iraci já firmava sua posição de empreendedora de mudanças: *“E, aí, fui pro parque infantil. Então, lá, assim, primeira coisa: mudei tudo. Fiz a molecada com martelo na mão... Eles trabalhavam com marcenaria, serrote... Todo mundo. 'Não, não, não. Eles vão se machucar!' Às mães, eu falei: 'Não. Então, vem cá, vamos trazer vocês'. Aí, trouxe as mães todas pra participar de oficina de cada coisa. Eu fazia sala ambiente, né? Então, cada dia, eu passava essas mães pela mesma vivência da criança, com elas, e deu um resultado muito legal. E, aí, fiz um trabalho assim... muito bom, muito bom mesmo. Que eu considerava bom. Mas era bom porque era reconhecido.”*

Uma proposta melhor de salário faz Iraci voltar, três anos depois, para a escola de educação especial onde iniciara sua carreira. Lá, ela assume um cargo de direção na área de diagnóstico e triagem dos alunos – função que exigia as aptidões de sua formação como psicóloga. Ela começa a propor mudanças na escola: *“Eu vinha com capacitação, com curso. (...) As crianças não dormiam mais naqueles chiqueirinhos, né? A gente começou a mudar algumas coisas. (...)”* E enfrentava a resistência dos funcionários antigos: *“O pessoal era muito baixo nível, era muito... era absolutamente... nada profissional, era uma coisa... aleatória, assim, né?”*

Até então, seu envolvimento com a área social se dava exclusivamente no âmbito do serviço público. Ela, contudo, nunca fora concursada. Uma troca de mandatos na prefeitura de Osasco fez com que fosse demitida. Iraci, contudo, já fizera fama na área social e, valendo-se de sua *“credibilidade enquanto profissional”*, em pouco tempo, foi contratada para administrar uma creche que ia ser inaugurada em São Paulo. E, mais uma vez, vai Iraci implementar as mudanças que julgava adequadas a um serviço público moderno e democrático: *“Então, a gente fazia capacitação diária... (...) A gente tinha palestras, a gente fazia visita, a gente ia pra biblioteca na USP, a gente... sabe? Todo mundo que podia ir eu chamava pra vir falar sobre desenvolvimento, sobre criança, sobre... da legislação comunitária, tudo. Tudo o que pudesse estar favorecendo, eu fiz. (...)*

Eu tinha grupos de pais que participavam de toda a dinâmica, grupo gestor, mesmo, de tudo que acontecia. As decisões eram tomadas juntas, né? Tinha trabalho na comunidade, no entorno, tinha relação com outras parcerias, com outras entidades que tinha, de visitar cada família, de estar indo saber como é que era a história de cada uma.” A creche atendia 180 crianças e mantinha outras 300 na fila de espera. “E essa creche passou a ser modelo, assim, de visita, né? Todo mundo que tinha creche, nessa época, ia pra lá, pra conhecer... (...) Essa creche começou a se destacar. E isso é muito gratificante profissionalmente, né? Modelo mesmo, assim. Vinha gente de outras regionais pra visitar...”

A creche-modelo, apesar de si mesma, não sobreviveu à devastação da gestão de Paulo Maluf na prefeitura de São Paulo. Iraci estava no serviço público, mas, contratada sem concurso, vivia ao sabor das intempéries da política eleitoral. “E, aí, o Maluf entrou. E a primeira coisa que ele fez foi me tirar. Porque tinha toda uma coisa comunitária, de liderança, de articulação da população.” O engajamento subjetivo de Iraci em seu trabalho era intenso. Por isso, a demissão não significava apenas a perda de um emprego, mas de uma posição que atribuía sentido a uma vida devotada ao trabalho social. “Então, eu perdi o chão, assim, o chão. Pra mim foi traumático. Durante um ano, eu chorava sem parar porque eu tinha mesmo um envolvimento de vida, não era um emprego. Era muito mais que um emprego.” Por força deste engajamento, ao pleno desenvolvimento de seu trabalho opunha-se a contingência da política eleitoral. Cada eleição era um momento de desconfiança e temeridade pelo futuro do trabalho que, para ela, não estava dissociado de seu próprio futuro. Sua hostilidade à contingência da política eleitoral inscreve-se assim na própria natureza do trabalho que exerce e que, no seu entender, não poderia estar à mercê das veleidades de turno instaladas no poder.

O principal trauma de Iraci na demissão foi ter sido substituída por uma pessoa sem qualquer qualificação profissional para a função e que assumiu a creche por indicação política. “Essa foi a parte mais cruel porque eu fui trocada por alguém muito... Não é menosprezando as pessoas, mas, assim, ela mal falava direito, falava muito mal. Depois, fiquei sabendo que nem formação ela tinha. Tinha um diploma comprado, desses que faz de final de semana... na... desses que você não faz curso coisa nenhuma, né? E, aí, me trocaram por uma pessoa horrorosa, horrorosa. Cargo, assim, indicação, mesmo. (...) (As indicações) são todas confabulações dos políticos, dos administradores regionais. (...) Às vezes, até por vereador, entendeu? ‘Dou X, quero que você arrume emprego pra fulana’. E, aí, quando o cara tava no poder... E ela tinha trabalhado acho que na campanha do Maluf, tinha alguma coisa...” O trabalho de Iraci só se justifica fora dos critérios de favorecimento pessoal, mas também parece definir-se pela posição de equidistância de qualquer

filiação política. Só se autoriza pela excelência da própria proposta, por uma ação eficaz no envolvimento da comunidade, nos tais procedimentos pedagógicos de 'produção das subjetividades dos adolescentes', na definição de um perfil profissional da instituição e do agente social responsável pelos atendimentos.

A suscetibilidade das funções públicas às veleidades dos mandatários de ocasião encontrou a solução dos concursos públicos que só se tornaram obrigatórios mais tarde. Quando, contudo, tempos depois, Iraci teve chance de prestar um concurso, já não tinha mais interesse. Trabalhava satisfeita em uma instituição do terceiro setor. Abdicou definitivamente do serviço público. Esta sua declinação se faz sob duras críticas ao patrimonialismo das “indicações por confabulações dos políticos”, mas acaba se confundindo com o rechaço da própria alternância de poder em nome de uma vocação que prima por uma eficiência de corte gerencial – o que diz muito sobre o caráter patrimonialista do Estado brasileiro, mas diz também de uma solução modernizadora que, cada vez mais, passa por fora de quaisquer instâncias de deliberação pública. Embora tenha iniciado sua trajetória profissional no serviço público, Iraci diz: *“não tenho muita tendência pra ser funcionária pública, aquela coisa meio... Não é meu perfil, eu acho. Eu fazia, mas era com outro intuito porque acreditava – a dedicação, até o amor que eu tinha. Mais do que no sentido de um emprego garantido. Não me atrai. (...) Diante dessas coisas que a gente... cada administração é de um jeito. Então, é mais gostoso, mais prazeroso, mais tranquilo fazer alguma coisa que você não esteja atrelada ao serviço público. Já pensou, eu ter que fazer campanha dentro de um... como na época? (...) Na verdade, assim, isso não é explícito, é implícito. Não fica explicitado que você vai fazer. Mas, quando chega esses períodos (eleitorais), você tem que fazer reunião, aglutinar gente, chamar pessoas, você tem que fazer balanço, mostrar que fez, dar números. E lógico que isso é pra favorecimento de uma campanha de quem está no poder da administração. (...) É clientelismo mesmo.”*

Desempregada, em 1993, mas com reconhecida reputação de reformadora das instituições de atendimento social, Iraci mobiliza os contatos que fizera quando diretora da creche. A maior parte deles já em instituições privadas do terceiro setor que desenvolviam atividades na área social. Por meio destes contatos, ela consegue três empregos simultâneos. Pelo Ibeac (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – ONG que atua principalmente na área de educação), coordenava a capacitação de educadores de classes de alfabetização para jovens e adultos. Na Fundação Cáritas (ligada à Igreja Católica), orientava o projeto pedagógico do EGJ (Espaço Gente Jovem – programa de educação infantil complementar desenvolvido pela prefeitura). Na Fundação Julita, era professora de português nos cursos de capacitação profissional. Em 1995, ela recebe dois novos

convites de trabalho. O primeiro partiu da própria Fundação Julita onde já trabalhava. Convidaram-na para administrar a creche da fundação. O segundo veio da Casa da Juventude. Depois de uma disputa digna dos *headhunters* das grandes empresas – curiosamente, não é ela quem busca os empregos, mas, qualificada, é agenciada e disputada no mercado de trabalho da área social –, acaba optando pela Casa da Juventude. Ao contrário do que se poderia inferir aqui, entretanto, ela não justifica sua escolha pela oferta do maior salário. Sua opção foi feita, mais uma vez, em nome do engajamento, em nome do desafio que lhe representava e do *pathos* que ela tinha por seu trabalho. “Quando eu vim pra cá, eu vim com o estímulo, assim: ‘a gente sabe que você gosta de desafios. Tem um grande. Você topa? É muito grande’. E, aí, eu falei: ‘tá bom. Então, eu vou topa’. 21 de janeiro de 95. Aí começa minha trajetória na Casa da Juventude. Que eu falo e fico até emocionada.”

Gestão e modernização da entidade

Quando de sua chegada à Casa da Juventude, Iraci depara-se com o cenário sombrio de uma outra era: “Um ambiente físico horrível. Horrível! Era muito escuro, era muito tétrico, eu não sei nem te dizer a palavra, assim, era muito pesado, sabe um ambiente pesado? Que você entra assim, dá aquela coisa, sabe? Parecendo um hospital psiquiátrico? (...) Fazia... fazia a cara, um pouco, dessa coisa do orfanato. Então, assim, tudo era taco. Aquele taco escuro, e tudo saindo. então, tinha buraco de taco, taco saindo... Não existia parede. Essa parede de corredor, não existia. (...) Porque, como era um orfanato, então, ele vem de uma história de... de... de dormitório. (...) Então, cada cômodo desse era um dormitório. Então, só tinha isso, não tinha estrutura de salas. O espaço aqui pra reunião não existia. (...) O que dava um ambiente tétrico, horroroso...(...) Você entrava, você não identificava que tipo de espaço que era. Você não sabia se era um asilo, se era um hospício, se era um espaço de criança...” Fracassados os planos da administração da Casa sob o mandato da prefeita Luíza Erundina, o trabalho com as crianças tampouco fazia diferença com os tempos sombrios do internato. “As crianças assistiam televisão e jogavam bola. As monitoras que estavam aqui, elas falavam assim: ‘a gente tá aqui pra não deixar eles se machucarem’. (...) Então, não tinha nenhuma proposta pedagógica. Era assim, pra comer, e não deixar eles na rua, né? E não se machucar.” As marcas de um tempo pretérito estavam por toda parte. Na arquitetura, nas atividades e até mesmo nas figuras humanas da inépcia que atravessam a história de Iraci e são a imagem invertida de si: “a pessoa que tava aqui parece que tinha algumas complicações, ela era alcoólatra, ela morava aqui... (risos). Ela bebia, tinha uns porres, assim, tinha umas coisas assim. Como ela morava, ela morava naquela parte lá no fundo, né, na última sala. Lá onde é a biblioteca era a sala, tinha um quarto, e tinha um quarto aqui em cima, que era a casa dela. Era uma

extensão, né, da casa.”

O quadro da Casa da Juventude apresentado por Iraci no momento de sua chegada é a exata expressão oposta das mudanças que virão nas rotinas do trabalho, sob a orientação de uma mudança no conceito mesmo da política de assistência social. *“Tinha um caráter muito assistencialista, isso é verdade. Mas era a época. Era fruto de uma... de toda uma coisa que não era a entidade, era o momento político, era como era visto a assistência social: ‘de pobre pra pobre’, aquela coisa pobre, do menino de rua. Não tinha muito o que ensinar. Tinha que dar comida, tinha que dar roupa, tinha que dar sapato... (...) Então, eu acho que tem esse ponto, que faz parte da assistência social no Brasil, né?”* Iraci dá início, então, ao seu já conhecido programa de modernização e profissionalização: demissão de funcionários, requalificação de outros, *“tinha como meta que a comunidade conhecesse a Casa da Juventude porque ninguém conhecia e, quando conhecia, era com um estigma péssimo, assim, a casa onde tava os trombadinhas, os meninos da FEBEM, os favelados”*. O projeto era transformar o espaço em uma referência cultural para a região.

A Casa da Juventude envereda por suas mãos na seara dos cursos de capacitação. Para atrair as mulheres do bairro, corte e costura, pintura em tecido e culinária, financiados por uma parceria com a ONG Ação Comunitária do Campo Limpo. Cursos também para os monitores do programa municipal Espaço Gente Jovem. Precipita-se a enxurrada de parcerias. Por meio de um projeto com a Secretaria Municipal de Cultura vieram oficinas de dança, artes plásticas e música. Os quinhentos primeiros volumes da biblioteca da Casa foram doados pela Fundação Fé e Alegria. Nos anos subsequentes, vieram ainda parcerias com o Senac para oficinas de informática. Iraci utilizou o *know how* adquirido em outras instituições para colocar a Casa da Juventude no circuito dos projetos e das parcerias entre órgãos da prefeitura, outras ONGs e organizações do terceiro setor. *“Eu bati em tudo quanto é porta que se imaginasse, mas, aí, uma grande dificuldade que eu tinha, assim, como é que eu consigo parceiro se eu não tenho trabalho pra mostrar? Essa era a minha equação. (...) Eu tinha muita coisa na cabeça também, né, de outras... quer dizer: de experiência mesmo, de saber: aqui é um canal, lá é outro, lá é outro, tal. Então, eu fui... tateando esses caminhos, né, daquilo que eu pensava.”* Os cursos já iam mudando a cara da Casa: *“as coisas começaram a andar. Começou a ter isso tudo. Houve uma demanda maior, né? Você começa a ter um público muito maior, para os adolescentes. Eu comecei algo assim, aí, comecei também... um voluntário que dava curso de desenho aqui, maravilhoso, coisa belíssima. Tinha uma instrutora de artes plásticas, maravilhosa. Aí, começamos a participar de exposição, fazer não sei o que, sabe, assim? Deu outro movimento pra Casa. E muito pelas parcerias, essas, né, dessas pessoas que vêm, fazem um trabalho. (...) Começaram a ter apresentações num... num congresso de dança, que*

teve no Brasil, internacional. Teve um monte de coisa que começou... graças aos contatos, pessoas boas, né? Quando você tem um profissional bom, é outra história, né?"

Ciente das necessidades de acesso à tecnologia prementes à população do entorno, Iraci tinha um interesse especial em disponibilizar cursos de informática para jovens. Sua primeira tentativa foi a partir de uma parceria com o Projeto Primeiro Emprego. Os cursos, no entanto, não foram à frente. Eram pagos e não contavam com assessoria técnica. A parceria com a Ação Comunitária foi, então, estendida para além dos cursos voltados para mulheres, também para jovens e informática. Os resultados foram mais frutíferos e a Casa da Juventude, finalmente equipada com computadores, agregava ao público de crianças e mulheres, agora também os jovens “acima de 14 anos”. Em parceria ainda com outras ONGs, a Casa oferecia o espaço físico necessário à arregimentação de outros públicos, em grande parte, provenientes da desestruturação do mercado de trabalho regular. “Teve um outro público, depois, que a gente fez parceria com a Frente de Trabalho... Isso deve ter sido em 98, por aí... Que, aí, eu recebia grupos... É assim: tinham ONGs que fechavam parceria com a Secretaria do Trabalho e tinham que desenvolver um trabalho na região. Só que eles não tinham espaço. Eu cedia o espaço e eles vinham desenvolver cursos. Então, tinha cursos de alvenaria, eletricista; mulheres, tinha de culinária, de costura, várias coisas. Nossa, era gente!” As parcerias foram diversificando o público atendido pela Casa da Juventude e, apesar das dificuldades de gestão destas múltiplas entradas e dos diferentes públicos envolvidos, os programas garantiram a melhor situação de viabilidade financeira da entidade até hoje. As parcerias, convênios e cursos se sucediam numa progressão difícil até mesmo para que Iraci pudesse recuperá-los na descrição das mudanças: “Então, foi um período que a gente teve que cobrar, pra poder... sobreviver, né? E, aí, fomos... Fiz manutenção de eletrodoméstico, fiz um convênio com o Senai também, uma época, acho que em 97, 98, manutenção de eletrodoméstico, serigrafia... manutenção doméstica, que era fechadura, restauração de móveis... Enfim, esses cursinhos profissionalizantes, né, que hoje eu não acredito mais. Mas foi uma forma também de porta de entrada dos jovens na entidade. Aí, depois, a gente estabeleceu essa parceria cultural. Começou em 99: percussão, percussão... hum... gente... Teatro, eu fiz em 98, com o Projeto Ademar Guerra da Secretaria de Estado da Cultura, que, aliás, teve um resultado que foi muito legal. Aí, depois, eu fiz o Projeto Arquimedes. Gente, eu esqueci! Tinha percussão... ah, percussão, grafite... como que eu esqueci o outro? (Teatro, você falou...) Não, teatro era outra parceria.” Aos poucos, ela conseguiu imprimir à Casa o ambiente de 'referência cultural' que fora seu objetivo inicial de trabalho.

Dias de ventania no limiar das ONGs – a entrada na 'economia política da informação'

Em 1999, os caminhos da Casa da Juventude cruzaram os de um parceiro diferente dos demais. Nas palavras de Iraci, este encontro é um divisor de águas na história da entidade – “99 é um marco aqui”. Na busca por mais cursos de informática para os jovens do bairro, Iraci consulta um dos diretores da Casa, que estudava geografia na PUC-SP. Ele lhe fornece um contato com Moraes. “O Moraes me ligou e a gente marcou um dia pra ele vir aqui. Aí, quando ele veio, já chegou com um mapinha.”

Odilon Moraes é figura conhecida na história do movimento operário na cidade de São Paulo. Um militante de primeira linha do MOSM-SP – o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. No final dos anos 70, Moraes e outras lideranças operárias não vinculadas ao Sindicato dos Metalúrgicos da capital foram responsáveis pela mobilização de greves a partir de uma organização de base até então inédita na história do país: as comissões ou grupos de fábrica. Moraes não era apenas um militante ou dirigente da Oposição, realizava enquetes nas fábricas a fim de produzir levantamentos sobre os acidentes de trabalho, municiando assim as lutas por melhores condições de salubridade. Mais tarde, seria, inclusive, membro da Direção Estadual da CUT (a Central Única dos Trabalhadores). O envolvimento com a agitação operária fez com que, em pouco tempo, o nome de Odilon Moraes figurasse nas famigeradas 'listas negras' da FIESP. Ele já não conseguia emprego nas grandes metalúrgicas de São Paulo. Depois de toda a viravolta que a mobilização política produzira em suas idéias, também já não conseguia pensar em retornar ao trabalho duro no chão de fábrica. As enquetes e levantamentos que fizera, no entanto, habilitavam Moraes para outras competências que lhe possibilitaram empregar-se numa empresa de bancos de dados que prestava serviços contratados de processamento e geo-referenciamento de informações. Iraci fala sobre as bases de dados reunidas por Moraes: “Ele tinha 'n' fontes. Ele tem fontes, por exemplo, de pessoas economicamente ativas... tem cartão de crédito, mala-direta dessas empresas... Porque ele trabalhava numa empresa que lidava com geoprocessamento. (...) Então, ele tinha, assim, vários bancos de dados. Enfim, eram várias fontes, né? Porque, às vezes, a empresa quer (saber) quem é que ganha de tanto a tanto, do sexo 'X' e, aí, tem aqueles 'cadastros-monstro', que vai montando. E, aí, ele... pelos anos de trajetória aí, ele tinha um acúmulo de muitos cadastros. E, aí, ele ficou com isso. Se é legal ou não, eu não sei, mas...”

No limiar da ilegalidade, Moraes apropriou-se dos dados de uma empresa que ocupava o centro da produção de novos serviços para o mercado. Processamento de bancos de dados para a produção de informações de logística disponibilizadas para prospecções de mercado, planejamentos de *marketing*, malas-diretas indexadas, controles de consumo e registro de cartões de crédito. Aí, ele acumulou as informações de que necessitava para lançar mais um projeto de alcance político, a

fundação do Instituto Civitas, também uma associação sem fins lucrativos. Morais é atual coordenador do Instituto Civitas. A ONG, fundada em 1988, contava, em sua diretoria, com professores da PUC-SP. Sua ação concentra-se na produção de informações, levantamentos e estudos sobre assuntos de interesse público: acidentes de trabalho nas empresas, diagnóstico da situação de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo (em 1993), subsídio para a nova regionalização da administração municipal (durante a gestão da Prefeita Luiza Erundina). O Civitas vinha realizando várias tentativas de articular-se a outras entidades sociais quando Morais encontrou-se com Iraci.

O encontro aconteceu em 10 de novembro de 1999 – Iraci marca bem as datas e associou o evento ao nascimento de sua sobrinha. Dele nasceu a primeira iniciativa efetiva para pôr em prática o projeto das Unidades de Planejamento Participativo (as UPPs). *“Ele nem tava mais a fim de investir em outros lugares, tal. E, aí, ele veio. Eu fiquei animada com a proposta, gostei da postura dele, gostei... Senti que tinha algo, assim, a mais, que ia dar certo. Sabe quando... intuição mesmo, né? De que podia ser legal. Aí, ele veio, a gente fez isso. Foi no dia 10 de novembro. Eu fui lá pra conhecer a proposta, né? Ele veio, se apresentou e me convidou pra estar indo lá, no escritório dele, pra conhecer um pouco do que ele tinha, do que ele tinha feito, tal. (...) E, aí, ele começou a me mostrar as coisas e eu comecei a ver as relações daquilo que eu queria, que era garantir a participação, né, que era muito poder para o jovem, né, tinha um... falava a minha língua. E, aí, a gente assumiu o seguinte: ele me trouxe... ele trouxe esse caderno pra mostrar – eu não vou mostrar o caderno pra vocês (risos) –, mas, assim, com todos esses dados, o que é que era, o que é que a gente podia fazer com isso.”*

O caderno de onde partiu a conversa entre os dois, trazia algumas informações – provenientes de bancos de dados públicos, principalmente do Censo IBGE, da RAIS e do Censo Escolar – geoprocessadas e dispostas em mapas que representavam parte do território do Distrito do Jardim São Luiz, especificamente, a região em que se situava a Casa da Juventude. A região, no mapa, convencionada como UPP 352. O projeto das Unidades de Planejamento Participativo (UPP) consiste inicialmente na subdivisão de todo o território da cidade de São Paulo por setores da Pesquisa Origem-Destino (O-D) do Metrô. Cada unidade territorial recebe um número de indexação, são as UPPs. Compatibiliza-se os setores censitários do IBGE com essas divisões e, a partir daí, é possível estabelecer cruzamentos de informações de vários bancos de dados, selecionando os microdados correspondentes a essas divisões. Essas informações são geoprocessadas, lançadas no plano cartográfico. A partir dos mapas, as informações poderiam ser apropriadas por fóruns ou comissões locais que reunissem executores dos serviços públicos

(escolas, postos de saúde, hospitais, delegacias), empresas, entidades sociais e outros atores da região compreendida pela UPP, a fim de permitir o planejamento de ações conjuntas.

O projeto não pára aí. A idéia é desenvolver mecanismos para realizar pesquisas que possam abastecer outros bancos de dados de interesse em diferentes escalas territoriais ou mesmo atualizar as bases de fontes secundárias disponíveis, produzindo informações a partir da observação direta e permitindo agregar e desagregar do nível mais geral de todo território do município até cada setor censitário, passando pelos níveis de subprefeituras, distritos, UPPs e subUPPs. As subUPPs são subdivisões dentro da UPP que obedecem critérios criados pelo geógrafo Milton Santos para definir uma área mínima de circulação, onde se pode ter acesso aos principais serviços urbanos privados e públicos disponíveis em toda a malha urbana (serviços estruturantes da vida urbana – escolas, igrejas, comércios), e a partir da qual a população moradora possa estabelecer relações de pertencimento e compartilhar uma percepção do território em que vivem (na UPP 352, há cinco subUPPs). A toda esta sofisticada engenharia política de tecnologia da informação é dado o nome de Base Comum de Conhecimento Cidadão.

A sedimentação do projeto das UPPs vai acontecendo em etapas na história de Morais e do Instituto Civitas. Na tarde do dia 09 de setembro de 2004, no refeitório da Casa da Juventude, diante de três cumbucas de feijoada, Morais iniciou sua explanação do projeto da Base Comum de Conhecimento Cidadão. “*Sempre gostei de mexer com bases de dados.*” Com a ajuda de um programador seu conhecido, Morais constrói um programa de computador capaz de produzir coordenadas geo-referenciadas a partir de bancos de dados. O programa foi desenvolvido em linguagem Clíper, utilizando a velha plataforma DOS, portanto, em algum tempo perdido na história da micro-informática – provavelmente, nos primeiros anos da década de 90 – anterior à difusão dos ‘sistemas de janelas’ que generalizaram o acesso aos computadores pessoais (que, no Brasil, só aconteceu após a abertura de mercado para o setor, no início do governo Collor, reforçada pela entrada dos PCs da IBM). Os ‘sistemas de janelas’ levaram, mais tarde, a Microsoft, com seu sistema *Windows*, à posição de maior empresa monopolista do mundo.³⁹ Antes que isso fosse a ordem do dia, no entanto, Morais já estava atento às possibilidades abertas pela nova tecnologia disponível. Por seu relato, faz convergir, de um lado, o léxico das tecnologias de informação e as práticas do

³⁹ Nesta pré-história da informática, a programação em diferentes linguagens (Cobol, Clíper, Pascal, Turbo Basic, Dbase, C) garantia uma relativa liberdade dos desenvolvedores que, ao mesmo tempo, contudo, se iniciavam nos sinuosos caminhos da criptografia eletrônica, que levaria à venda de softwares, permitiria a incompatibilidade de programas e sistemas, e, mais tarde, desembocaria no patenteamento dos sistemas e no monopólio. Curiosamente, o acesso generalizado aos computadores pessoais por não-técnicos só ocorreu no momento da abertura generalizada de mercado e da consolidação do sistema monopolizado. Os programadores viram sua atividade ser reduzida ao mero suporte técnico dos produtos da *Microsoft*, enquanto caía a demanda pelo desenvolvimento de programas. A evolução econômica da indústria da micro-informática é um caso prefigurativo do movimento que ver-se-á acontecer, na seqüência, com as entidades sociais.

armazenamento e processamento de sistemas de dados e, de outro, o discurso do obreirismo autonomista, que surpreendentemente ainda sustenta, e o radicalismo político socialista de raiz no passado da Oposição Metalúrgica.

Em 1999, partindo da subdivisão do território do Município de São Paulo estabelecida pela Pesquisa Origem-Destino (O-D), surgiu a idéia das Unidades de Planejamento Participativo. A divisão parcelar do território do município, para que tenha algum valor em termos de logística e planejamento político, não é tarefa tecnicamente simples. É necessário inicialmente compatibilizar diferentes bases de dados que permitam cruzamentos e a produção de informações estratégicas. Embora a subdivisão da O-D procurasse respeitar a divisão por setores censitários do IBGE, para garantir a consistência das informações coletadas nas UPPs, foi necessário realizar alguns ajustes. Os territórios das UPPs, logo, não coincidem exatamente com as subdivisões da O-D, já que entre as duas subdivisões, há a mediação dos setores do Censo. Os problemas de compatibilização territorial são muitos já que a Base Comum exige a superposição e o ajuste geográfico de cinco bases: a do Censo do IBGE (mais de 10.000 setores para São Paulo), a dos resultados eleitorais do TRE (por zona eleitoral), a da RAIS (número de estabelecimentos e número de assalariados registrados por estabelecimento) e a do Censo Escolar do Inep-MEC. São estas as bases públicas que devem ser sobrepostas e cruzadas com as 277 unidades da Pesquisa O-D. Tudo isso sem contar as outras bases não-públicas e as informações coletadas *in loco* por novas pesquisas coordenadas pelas próprias UPPs.

Quando Morais chegou à Casa da Juventude, seu projeto provocou forte impacto em Iraci, que, por meio de um termo de parceria, selou o encontro entre o Instituto Civitas e a Casa. Iraci mobilizou-se para a construção do fórum da UPP 352. *“Então, a gente pensou: então, vamos chamar os principais atores aqui do pedaço pra, pelo menos, apresentar: 'olha, a gente tem... uma coisa, aqui, que fala da região', né? Ele fez esse... juntou essas fontes todas e a gente podia falar onde nos estávamos, o que é que a gente fazia e levar essa proposta junto. Então, ele me trouxe isso, assim, depois de algumas conversas, ele... ele falou: 'eu vou fazer, então, um levantamentozinho', né, juntando tudo o que ele faz, 'da região aqui'. E, aí, ele me traz a proposta da UPP, né? Nós chamamos... Isso foi uma coisa... Tinha que ter sido filmado porque foi a coisa mais absurda do mundo. Era um dia de ventania, de muito vento. Aí, a gente convidou pessoas pra vir. Num sábado.”*

As instalações da Casa da Juventude, sede do novo projeto, embora já alteradas em relação ao velho prédio do orfanato, não possuíam a arquitetura adequada para a viragem que se esperava no curso

dos eventos. A ventania que marcou a passagem para mais uma nova situação da Casa exigiu as adaptações, os artifícios e 'recursos de visibilidade' para comportar um salto técnico que se queria também uma mudança do ângulo a partir do qual conceber a ação política. Iraci vislumbrava uma ação para além da intervenção pontual e local de uma instituição isolada. As adversidades no percurso são evidências do descompasso das mudanças. *“Isso, aqui, na Casa da Juventude. E a gente tinha que apresentar isso no computador, né, no 'datashow'. Mas não era nada profissional. A gente não tinha os recursos. E tinha que ficar escuro. O 'datashow' era horrível... Aí, a gente improvisou umas cortinas, lá em baixo, no palco, pra escurecer. As cortinas voavam no meio do público! (risos).”*

Cópias do caderno com os primeiros mapas, relativos à região em que está a Casa da Juventude, a UPP 352, foram entregues nos diretórios de vários partidos políticos, então mobilizados para as eleições de 2000. O primeiro seminário da UPP 352 aconteceu em dezembro de 1999. O evento atraiu inclusive representantes de candidaturas à prefeitura do município identificadas com propostas que dessem atenção especial às periferias – petistas que apoiavam Marta Suplicy, socialistas (PSB) da campanha de Luiza Erundina. Seu principal objetivo fora atingido: apresentar a proposta para pessoas e instituições do entorno, além de outras personalidades de decisiva importância para o planejamento político da cidade. A proposta de construção da Base Comum de Conhecimento Cidadão, a partir da UPP 352, vai se irradiando e Iraci é pivô da implementação do projeto. *“Porque, na verdade, quem carregou isso debaixo do braço o tempo todo, de escola em escola, em unidades de saúde, em tudo o que eu ia, isso aqui ia junto, né? Se falava disso em todos os lados, né, que é uma nova idéia, uma nova forma de propor a questão espacial, de a gente pensar o território de uma forma mais definida, pensar o desenvolvimento local com ações que só nós, enquanto agentes, aqui, é que poderíamos saber o que é que a gente precisa. A gente é que conhece a realidade... Atualizar isso aqui: se diz tudo sobre a Unidade ou, se não é, como é que é... Então, assim, se você parar pra fazer um olhar sobre isso, você vai ver que você pode fazer 'n' ligações de coisa com coisa, né? Se você pega ali, qual é o cadastro, quem são as pessoas costureiras, quantas a gente tem aqui? Vamos juntar todas as costureiras e vamos ver se a gente propõe uma cooperativa de costura? Vamos juntar todos os empresários, todos os... e propor... não sei. Dá pra você fazer mil conversas, aqui, com esse cadastro.”*

Outro seminário foi marcado para fevereiro de 2000. O segundo seminário tinha o objetivo de *“discutir, assim, qual a ação conjunta que esse grupo de atores sociais poderia estar pensando em função dos dados que a gente tinha. Por onde a gente queria ir. Emprego, desemprego, evasão, vagas nas escolas, qual era o caminho que a gente podia seguir conjuntamente, tirando uma*

diretriz”, diz Iraci. A primeira prioridade definida para a UPP acabou sendo a intervenção na área de educação - a presença das escolas foi maciça e a educação era também a área de competência da maior parte dos técnicos sociais presentes no seminário. O grupo formado no seminário selecionou, dentre os dados disponíveis, o nome e o endereço dos professores residentes na área da UPP 352 com idades entre 25 e 35 anos. Iraci relata: “*A gente pegou, fez uma mala-direta. Só que não tinha dinheiro pra colocar carta no correio e, aí, imagina, peção da Iraci, peção não porque eu já tava de carro. Fui de casa, sabe, em casa entregando esses convites. Conseguimos reunir um grupo de educadores que vieram. E convidamos diretor de escola...*” A faixa etária dos professores selecionados foi definida a partir da suposição de que profissionais jovens têm maior disponibilidade para atividades novas. O recorte etário, no entanto, reintroduz a segmentação do público que se quer atingir com a proposta. Os sistemas de informação permitem uma modulação ainda mais fina das demandas e dos públicos e reforçam o caráter objetivador das intervenções.

Aí pelo mesmo período, a Fundação Vitae estava selecionando projetos na área de educação e surge a primeira oportunidade para fazer convergir as iniciativas do Civitas e da Casa da Juventude. As duas entidades enviam um projeto comum para obter financiamento. É o Informática e Cidadania. Ambos decidem iniciar a execução do projeto mesmo antes de sua aprovação pela fundação. Isto porque, para a proposta das UPPs, não bastava formar o fórum de atores locais. Era necessário também que se formassem coletivos tecnopolíticos capazes de alimentar continuamente as bases de dados, processá-las, produzir as informações necessárias e constituir sistemas de informação e registro permanentes. O Projeto Informática e Cidadania era a ocasião para que se iniciasse a formação destes coletivos técnicos. Mesmo tendo sido recusado pela Fundação Vitae (que não concordou em financiar a proposta), ele foi posto em prática, sem recursos, pelo engajamento voluntário no trabalho de formação da UPP.

Partiu-se da seleção de oito jovens com maior disponibilidade de tempo dentre os alunos de outros cursos da Casa da Juventude. Treinados por voluntários na aplicação de regras básicas de processamento de dados, cada um deles deveria reproduzir o conhecimento aprendido para mais oito alunos. Em pouco tempo, estava formado o quadro dos 72 primeiros monitores da implementação do projeto nas escolas públicas do entorno. Diante das possibilidades abertas pela instalação da UPP, os ‘acontecimentos’ se precipitam – “*se eu for contar tudinho, tudinho, eu não sei, não é que eu não sei, mas não sei mais na ordem do tempo, porque foram muitos acontecimentos*”. Pelo contato com os professores no fórum da UPP, foram mapeados os horários ociosos dos laboratórios de informática das escolas. Nestes horários, os monitores – que, a esta altura, já eram 72 – dariam aulas de informática para os alunos interessados. “*E a gente foi*

formando um corpo mais ou menos grande. E não era só informática, né? Eles tinham informática, mas tinha uma coisa, assim, de estudar isso aqui, de conhecer a realidade deles, de saber o que era a UPP, o que é que é esse conceito, repassar isso... Eles... A gente fazia saídas com os meninos. Ia visitar lugares, o Memorial da América Latina. Entender esse contexto maior. Tentar ir na Câmara de Vereadores, essas coisas. Entender um pouco a questão política, mesmo. E fazer discussão, assim, o lugar que queremos, o lugar que vivemos, sabe? Aí, montávamos oficinas com eles, no sábado, pra estar discutindo a questão local. Aí, depois, fizemos um movimento de todos conhecer toda a região. Cada um ia conhecer a escola do outro, não sei o quê... E isso começou, assim, o menino que era daqui nunca tinha ido lá... A Estrada de Itapecerica é um divisor, né? Então, assim, quem mora lá em cima não vai lá embaixo, sabe essas coisas? E, assim, aí, a gente começou a descobrir que, assim, eles não conhecem o centro, mas eles também não conhecem aqui. Eles não conhecem esse pedaço, eles não conhecem... E, aí, começou esse movimento de tentar se reconhecer. Conhecer todas as escolas, conhecer projeto pedagógico... Na época, a gente tinha como proposta fazer o 'portal da UPP', que era, assim, tudo que tinha. Quer saber saúde? Tava lá. Quer saber escola, quer saber número de vagas, proposta política, pedagógica de cada escola... na saúde...? Enfim, mas não tivemos pernas pra fazer esse sonho dessa forma.”

Apesar do sucesso da iniciativa, o trabalho nas escolas vai se tornando cada vez mais oneroso. A ausência de recursos impedia a contratação de supervisores e coordenadores. Recaía sobre Iraci a responsabilidade sobre todos os problemas decorrentes da administração das oficinas, que vinham aumentando de número e já atingiam aproximadamente 600 crianças. “Aí, paramos, então, assim, por mais que a gente insistisse, desgastou um pouco a relação com a escola porque ela acreditou, apoiou. Apoiou assim, né, tinha muito apoio pessoal, sabe, assim, um coordenador que apoiava... mas que ele não tinha tempo nenhum para se dedicar a isso? Aí, também não dava porque era uma coisa para fazer em conjunto, então, entendia-se que tinha uma parceria, que tinha um lado e tinha... Alguns cuidavam do espaço, chamavam as pessoas, mas, quando tinha qualquer problema, não era para ele, era para a gente... Entendeu? Então, tinha algo aí que não estava muito claro. E a gente parou com isso.” As razões para um desestímulo tal de participação não são tão enigmáticas quanto podem parecer. Fazia parte das ações do Programa Informática e Cidadania a mobilização dos alunos para um monitoramento permanente das unidades escolares, inclusive com a intenção de produzir um sistema que aferisse informações como indicadores de absenteísmo dos professores, orientações pedagógicas, disponibilidade de vagas e horários. Evidentemente, um tal sistema em nada agradava os professores, coordenadores e diretores de escolas que integravam o fórum da UPP. O episódio punha a nu as possibilidades de controle social permitidas pelo sistema das UPPs. O sistema pretendia transferir poder das instâncias tradicionais controladas por estes atores para um

fórum coletivo local. Por mais que se estabelecessem ali condições negociadas, é fato que perdiam parte das prerrogativas das funções exercidas. Em tempo: as informações coletadas eram um ardiloso recurso com a virtualidade de converterem-se num instrumento de regulação externa sobre a atividade deles.

O Projeto Informática e Cidadania foi interrompido, embora alguns jovens que participavam das oficinas se tornassem colaboradores da Casa da Juventude. As reuniões e articulações da UPP 352, contudo, continuavam em intensa mobilização. *“E isso começou a virar uma pregação. Sabe, pregar, assim? Parecia a bíblia... Então, assim, começamos a ser chamados pra coisas, pra divulgar esse trabalho, pra conhecer. Ai, era prefeitura, saúde, Hospital do Campo Limpo. E, nessa época, a gente escreveu um projeto também que era... era... um projeto pro Hospital do Campo Limpo. Tinha um diretor lá que participava com a gente dessas reuniões da UPP. Que a gente também estabeleceu, uma vez por mês, a gente se reunia. Então, começou a juntar gente. Então, tinha gente da universidade. Tinha uma menina da GV que acompanhou bastante tempo, aqui, direto. Tinha o pessoal do Hospital do Campo Limpo. A gente conseguiu fazer uma reunião, aqui, com todos os supervisores de ensino, diretor de escola, coordenador pedagógico... que era um momento novo, né, de... de como é que a gente conseguiu isso, né, em torno dessa proposta. E, aí, a gente começou a fazer reunião itinerante... A escola que nunca tinha entrado numa entidade, não sabia nem o que uma entidade faz, começa a se reconhecer, começa a trocar figurinha, começa a fazer encaminhamento, sabe? A Associação Morro Branco troca com o pessoal do... do Esparapan. O Esparapan começa a ver aquilo que eles têm lá e começa a ajudar a Casa da Juventude, e começa a ajudar outras entidades, a conhecer outras entidades... Então, começou realmente um processo... Eu não gosto de usar a palavra rede, mas começou uma rede de contatos...”*

Iraci não gosta de usar a palavra rede. Procura diferenciar-se do léxico que tornou-se um clichê desgastado pelo terceiro setor. Prefere recorrer à metáfora originalmente pensada por Moraes para descrever seu projeto: um espelho colocado acima do território que permita uma visão simultânea de si e dos outros, uma nova economia do olhar mediada pelos artefatos tecnológicos. *“Imagina que você tem um espelho sobre a UPP. Então, eu estou aqui, Casa da Juventude, mas, se eu olhar pra cima, eu vou ver a Associação Morro Branco, né? A Morro Branco, se olhar, ela também vai ver a Casa da Juventude, como vai ver a outra, como vai ver a outra. Quer dizer, você vai criar uma coisa, que, assim, todo mundo se vê. Que é essa idéia via tecnologia. E, aí, entra, como é que a gente se vê: a gente se vê através de instrumentos tecnológicos que a gente pode criar... uma intranet... aí escrevemos o projeto da intranet, que também não passou na Vitae. Porque tinha*

custo caro, envolvia muita gente, não sei o quê, enfim.”

Embora a falta de financiamento tenha impedido a continuação do Programa Informática e Cidadania nas escolas, é por meio deste projeto que, neste mesmo ano de 2000, a Casa da Juventude inicia um outro programa voltado para adolescentes. O Programa Agente Jovem é desenvolvido por entidades sociais sem fins lucrativos com recursos do governo estadual – à época em que chegou à Casa da Juventude, os recursos eram federais. O programa consiste na orientação de grupos de debate a partir dos quais os jovens deverão realizar algum projeto que beneficie suas comunidades de origem. Durante o período de um ano, em que os grupos estão em discussão e preparação dos projetos, os beneficiados do programa recebem uma pequena bolsa em dinheiro. *“Aí, entrou o Agente Jovem, que era uma proposta do Governo Federal pra desenvolver, conhecer... E tinha uma supervisora do Estado. (...) Então, ela ficou sabendo que a gente estava fazendo esse trabalho com os 72, tal, né, e a gente não tinha verba nenhuma. Ela falou: ‘olha, eu fiquei sabendo de um projeto que, talvez, seja uma chance de vocês conseguirem fazer uma parceria, ter alguém de equipe’- porque a gente não tinha equipe, né, a gente fazia isso na raça – ‘e, aí, vocês possam estar mesclando isso que vocês estão fazendo com esse projeto, que não é um projeto fechadão, é um projeto que vocês podem dar uma cara, tal’. E, aí, a gente topou. E, então, a gente fez a parceria, convênio, e recebemos a possibilidade de atender 150 jovens. (...) Aí, começamos a atender 150. Chamamos os meninos que faziam parte... que eram alunos dos nossos meninos pra integrar esse grupo. (...) Conseguimos o projeto em 2000, final de 2000, dezembro de 2000, e terminamos o projeto em 2001. Era um ano de projeto.”* Os 150 beneficiados do Agente Jovem desenvolveram treze projetos nas mais diversas áreas de atuação: *“saiu o cineclube popular, saiu o trabalho de educação ambiental, de arborização, de... plantação de flores na favela, teatro de mamulengos com conscientização de meio ambiente, saiu um grupo que ‘deu um ibope’ também legal, que era o Sosólis, que eles iam pro Hospital do Campo Limpo fazer... ah... tipo ‘Doutores da Alegria’, né, na pediatria...”*

Quando um novo personagem entrou em cena – o empresário-cidadão

As reuniões da UPP 352 continuavam a acontecer paralelamente ao trabalho da Casa da Juventude com os jovens. Um projeto desenvolvido na Casa em parceria com a ONG Ação Comunitária do Campo Limpo trouxe um novo personagem para as reuniões da UPP 352. *“A Ação Comunitária achou por bem que seria legal pros meninos desenvolver um curso de inglês. Então, o que é que ela fez? Ela contratou – contratou não, conseguiu voluntários pra dar aulas de inglês. E um dos voluntários que ela conseguiu veio dar aula aqui. Aí, vinha aqui de chinelão, assim, tal, um*

senhor... e dava a aula de inglês, todo sábado. Aí, um dia, a gente tava aqui, discutindo o mapa, tal, tava aqui, aí, ele chegou, tava aqui, assim, tal... Começamos a conversar um pouco. O cara nada mais é nada menos do que... o dono da fábrica, né, de Manaus, da Siderax. Que é uma empresa que... sabe assim, tudo que tem numa UTI? (...) Aí, começamos a discutir. A gente achou que tinha ali um empresário no meio, que queria, né, bancar a nossa proposta. Porque, até então, não tinha um tostão furado pra fazer tudo isso. Mas nenhum, assim! O Moraes, às vezes, não tinha dinheiro nem pra... pegar o ônibus pra vir aqui, porque... não tinha!”

O empresário era Renan, proprietário da Siderax, empresa que produz equipamentos hospitalares. Renan tinha a intenção de abrir uma fundação para financiar projetos de diversas comunidades da zona sul. Ele já pensava em desenvolver um trabalho que tivesse referência na divisão celular do território e percebe o quanto sua idéia converge com a proposta das UPPs. Traz consigo a possibilidade de dar sustentação financeira para eventuais projetos de interesse da UPP como a construção da Base Comum de Conhecimento Cidadão. Na opinião de Iraci, a contribuição fundamental de Renan seria a conquista de uma sede própria para os trabalhos da UPP 352: *“Teve um momento que a gente avaliou que seria interessante a gente ter um espaço, um espaço que concentrasse as informações, que... Não era para criar uma entidade, mas que tivesse um espaço para concentrar a informação, concentrar esses jovens, um espaço de informação, de diálogo, de formação, fosse lá o que fosse, mas que a gente pudesse ter um lugar. (...) Aí, ele (Renan) começa a participar das reuniões da UPP e, aí, ele disponibiliza esse espaço. Um homem que tinha dinheiro arrumou aquilo que o grupo queria, né, que era um espaço que a gente colocasse todas as informações, que pudesse ter painéis, enfim, de fazer o quê? A tal da Base Comum de Conhecimento Cidadão, né, atualização de dados, tal. Aí ele monta o espaço.”*

Para montar este espaço de referência para a UPP e desvinculá-la do trabalho específico do Instituto Civitas e da Casa da Juventude, Renan contrata Moraes, que passa-lhe todo *expertise* do geoprocessamento de dados e do planejamento territorial de ações. Munido, contudo, do *know how* que necessitava, Renan inesperadamente deixa as reuniões da UPP e passa a dedicar-se exclusivamente a formação da Fundação Siderax, ligada à sua empresa, no espaço que antes seria para o fórum da UPP. Iraci protesta: *“E, essa briga, a gente não entendia como ele brigou com o grupo porque foi colocado que seria um espaço daquele grupo, então, assim, as articulações, as pessoas, o uso, todas as coisas usadas, né, usadas no seguinte sentido... É meio estranha a coisa, mas foi um pouco isso. Toda a aposta que a gente vinha construindo junto e, aí, ele fazia parte desse grupo, estava apostando junto, né, defendendo idéias. E, de repente, mudou. Não era nada disso. Não contactava mais. Era uma outra coisa. (...) Ele não trabalhava junto. Ele não*

trabalhava na comissão (da UPP). Era para fazer esse projeto (da Fundação). Então, aí, mudou, não era mais. Quando eles se instalaram, isso causou um mal-estar, assim, não estou conseguindo te passar isso... (Você disse que eles ofereceram o espaço.) É, mas o discurso inicial era disso. Todo mundo acreditou que ia ser isso. Aí, quando foi... no final do ano: 'Ah, um espaço, que lindo...' Comemorando e tal... (...) Então, aí, não era mais isso, era uma coisa, assim, que tinha toda a linha da fundação, era a própria fundação, com projeto à parte, sabe? (...) Era para fazer um curso com crianças até 8ª série, que era o foco da Siderax. Era isso. Era outro... No final do ano, os alunos de 8ª série ganharam um prêmio de uma viagem até Brasília, os que tivessem melhor desempenho escolar. E eles tinham que desenvolver projetos.'"

Renan não vai apenas apropriar-se do 'conceito' do projeto e das bases de informação. Seu projeto era similar ao Agente Jovem, desenvolvido na Casa da Juventude. A Fundação Siderax vai entrar na concorrência até mesmo oferecendo salários maiores para os técnicos. *"Aí, ele leva todos os educadores da Casa da Juventude para lá. Assim, aqui, nós tínhamos doze educadores do Agente Jovem. Os menores era 150, depois, 75 só e, assim, todo o pessoal bom foi embora para lá... (...) Nossa! A gente pagava 200, ele pagava 1000. E, aí, vai fazer o quê? Desenvolver projetos na comunidade, era bem o Agente Jovem que tem essa característica. (...) Mas o programa dele era muito competitivo, tinha essa coisa de competição, tal, mas enfim... Foi um parceiro que entrou por essa porta, participou com esse grupo, do processo de formação dele, montou a instituição. (Acabou.) E, aí, eu me sentia assim: sabe quando, assim, você vem, você articula sua comunidade, você participa junto, você apresenta na comunidade, você dá todas as informações e, aí, a pessoa sai fora desse campo de atuação, desse estar junto ali?"*, diz Iraci.

O declínio da república das UPPs

A decepção de Iraci vai também pelas relações que Moraes sustenta com Renan e que, a seu ver, não foram rompidas por ocasião da criação da Fundação Siderax. Ela já não confia como antes na parceria: *"O Moraes já trabalhava para ele. Era assim. (...) Ele entrou no São Luiz pela Casa da Juventude, por essa porta. Aí, ele montou a Fundação Siderax. E, aí, ele estava muito junto com o Moraes. Como o Moraes ficou muito tempo ligado a ele... (...) Ele segurou o Moraes de grana. (...) Não para trabalhar na Fundação, mas ele pegava também essas informações e trabalhava com esses dados também. Mas ele segurou o Moraes porque ele desenvolveu o projeto. (...) Na verdade, eu vejo assim: o que ele estava vendo no Moraes, o que ele apostou no Moraes, o que ele apostou financeiramente foi para construir esse projeto mesmo (da Fundação Siderax). E, até hoje, ainda, eu acho que eles têm... eles têm ainda uma interlocução interessante porque o Renan tem uma*

coisa super grandiosa também, assim, mega, né, e é muito parecido com o que o Moraes coloca. Tem uma afinidade.”

Aos poucos, o compromisso de Iraci com o projeto das UPPs vai afastá-la do trabalho diário da administração da Casa da Juventude. Surgem queixas da equipe de educadores e mesmo de alguns diretores da entidade. Regina Mara, uma das diretoras, neste momento, decide criar sua própria entidade, a Reinado da Paz. Ela deixa a direção da Casa da Juventude porque suspeitava que Moraes queria apropriar-se da entidade. Para Iraci, Regina Mara também estava interessada em ter sua própria 'identidade', desenvolver seus projetos próprios. Ela leva consigo mais alguns educadores que trabalhavam na Casa da Juventude. As relações entre as duas estremeçam.

As próprias reuniões da UPP 352 começam a se esvaziar ao longo do ano de 2001. A experiência ruim com Renan é um alerta de que o compartilhamento das informações da UPP pode ser apropriado de forma estratégica por atores particulares para fins privados. O próprio núcleo da proposta, a base comum de informações, é problemático e não está imune às clivagens que a desigualdade de condições entre os atores implicados – condições financeiras para contratação de técnicos, articulações e relações como prerrogativas exclusivas de alguns grupos – introduzem no percurso de construção do projeto.

Outro evento, ainda durante as reuniões da UPP, vai gerar mais atritos entre Iraci e Moraes. Como malograra a tentativa com Renan, eles ainda estavam buscando um espaço que funcionasse como a sede da UPP 352. A abertura de uma nova linha do metrô na região (ligando o Capão Redondo ao Largo Treze, em Santo Amaro) oferecia uma oportunidade. A Companhia Paulista de Transporte Metropolitano (CPTM), responsável pela administração do metrô, interessada em negociar as condições da desapropriação para a construção da nova linha, passou a participar das reuniões da UPP. A CPTM concordava em ceder à UPP cinco áreas utilizadas como canteiros e depósitos de máquinas e materiais para a construção. Mas, para isso, era preciso apresentar um projeto à companhia que discriminasse quais são as áreas, qual organização seria responsável pelas atividades, a que finalidade se destinavam. Para Iraci, relatando o diálogo, as indefinições em torno do projeto deram ocasião a mais conflitos com Moraes. Ela relata o diálogo tenso que tiveram na ocasião: *“Foi super discutida a questão. Tinha umas coisas assim: (Moraes:) ‘Não, tem que ser assim.’ Sabe? ‘O foco tem que ser assim.’ ‘O centro tem que ser a tecnologia. Tem que ser os dados’ (Iraci:) ‘Mas com esses dados só, eu não faço nada. Eu preciso de uma ação concreta, né, os jovens precisam da busca de tudo isso...’ (Moraes:) ‘Mas a tecnologia é que é a nossa ferramenta. É com a tecnologia que a gente vai fazer a revolução! Isso aí todo mundo faz.’ Sabe? Então, essas*

questões, elas não eram assim tão aprofundadas, mas elas criaram um ranço, quase dizendo assim: (Morais:) 'O que você faz é descartável.' Pensa que é o centro do mundo. Você não pensa a mesma coisa. E eu vivia falando disso... Então, muita experiência bacana, bonita e que dá bons frutos. (Iraci:) 'A gente tem que se aproveitar!' (Morais:) 'A gente não tem a ver...' E, aí, começou umas coisas, umas coisas começaram a me inquietar na verdade..."

Enquanto as divergências entre Moraes e Iraci se acirravam e esvaziavam-se as reuniões do fórum da UPP 352, o sucesso com o Programa Agente Jovem inspirava uma outra saída para o projeto das UPPs. Desta vez, pelo flanco da montagem da equipe de técnicos para o processamento das informações. *"Dos 150 meninos da primeira leva do Programa Agente Jovem, a gente chamou 30, que a gente selecionou por grupo, pra fazer parte de uma cooperativa. Então, eram 30 meninos, assim, que a gente via que tinha interesse e se destacava, que tivesse interesse e disponibilidade, pra fazer parte de uma cooperativa pra trabalhar em cima disso aqui. (Bate no caderno da UPP). E eles começaram a fazer cursos"*; relata Iraci. Os trinta selecionados dentre os alunos do Programa Agente Jovem vão constituir a Colcid – Cooperativa de Logística da Cidade. Caberá à Colcid, a partir de então, produzir e atualizar informações sobre o território que darão suporte para as ações na UPP 352. Moraes destaca, em ordem de prioridade, as possibilidades de utilização dos serviços da Colcid: a disponibilização de informações a serem apropriadas e utilizadas como logística pelos próprios moradores/cidadãos (a Base Comum de Conhecimento Cidadão), o fornecimento de subsídios para as ações de planejamento do poder público e a venda de informações de logística de distribuição de produtos e prospecção de demandas e ofertas para a iniciativa privada. Para Moraes, a iniciativa prioritária deve ser a da Base Comum, e o desafio está em construir ferramentas que possibilitem a utilização das informações da UPP pelos próprios moradores, dinamizando as relações locais, permitindo a efetivação inclusive de trocas não mercantis (excedentes de materiais de construção, equipamentos sem uso, etc.) A descoberta de Milton Santos foi de suma importância para a elaboração de um conceito de território que deve ser apropriado pelos cidadãos nele viventes. Moraes vem, no entanto, se debatendo diante do dilema de construir uma base de dados de acesso público e, ao mesmo tempo, garantir a auto-sustentabilidade econômica dos garotos que integram a cooperativa. A Colcid foi instituída em 2001. Inicialmente seus membros ainda recebiam a bolsa-auxílio do Programa Agente Jovem que, ao findar o ano, encerrou-se. A partir de então, era necessário encontrar uma alternativa que, ao mesmo tempo, desse início ao trabalho de organização e coleta de informações e garantisse algum rendimento para os cooperados.

Aparentemente contraditório é o fato de que, aí pela mesma época, encerram-se em definitivo as reuniões do fórum da UPP 352. Para além dos fatores relacionados à concorrência entre as

entidades – o problema das 'identidades' em disputa –, Iraci arrola para tal fracasso, uma situação generalizada de emergência incapaz de sustentar qualquer iniciativa que ultrapasse a efetivação de resultados imediatos: *“eu acho que as pessoas também, por tantas outras coisas, por serem mães, que não é pouco, elas acabam tendo uma necessidade do resultado imediato. Para chegar no resultado você pensa no recurso, você pensa no que é que aquilo ali vai ajudar de fato a sua população... E esse retorno não vem, ou ele dá mais pau para construir do que... Eu acho que afasta, nesse sentido. (...) Eu acho assim, que as organizações vivem com a corda no pescoço, diante de tanta miséria, de tanta demanda, de tantas questões que ela pensa, reflete e quer resolver, né? Então, assim, você quer dar respostas, o tempo todo, de melhoria para a sua população, você quer ter um bom trabalho com os jovens que você atende, você quer atender a família, você quer dar todos os encaminhamentos de saúde... Você quer dar respostas para todas essas coisas e você não tem. Então, quando aparece alguma coisa que fala: ‘Olha, vamos construir uma proposta do quê? De desenvolvimento local, onde a gente vai poder discutir a saúde casa a casa, vai poder nomear o que é o que, vai poder votar mais consciente, vai poder discutir com o político, que a gente vai ter força...’ Então, é lógico que as pessoas se juntam em busca do quê? Desses resultados. Mas, daí, esses resultados nem sempre vêm. Quando você começa a perceber que entre o discurso e a prática tem uma distância tremenda, ou então, para fazer você vai ter que... para fazer aquilo que está no discurso, você vai ter que abrir mão de um monte de coisas suas, para fazer aquela, que o outro acha que é daquele jeito...”*

Mas Iraci desconfia da disposição de Moraes em partilhar a novidade que porta a proposta das UPPs. E nisso, ela vê também um dos motivos principais do afastamento dos parceiros do fórum da UPP 352. O discurso é de uma proposta aberta à participação de todos, mas a prática seria a de angariar apoios ao projeto dele: *“Quanto mais gente eu trazer para minha proposta, aí é a minha proposta. Ela não é proposta coletiva.”* De fato, Moraes agia com soberba: *“Tinha uma diretora de escola também, do Estado. Uma pessoa, assim, muito 'dez'. Tinha uma participação magnífica nas reuniões, mas, aí, também: ‘Eu não vou mais por causa do Moraes. Não consigo mais...’ (...) O trato que ele dá para as pessoas, as respostas que ele dava. Sabe essas coisas de imposição? Às vezes, de impor aquilo; que tinha que ser daquele jeito e não aquilo que o outro estava colocando; não querer ver o que o outro fazia. Então, ficou uma coisa muito marcado na pessoa dele, né?”* A desconfiança de Iraci justifica-se; mas não considera a natureza problemática do próprio projeto. A experiência com a Fundação Siderax já havia alertado para o risco que era colocar a disposição de todos indiscriminadamente as bases de dados. Era preciso garantias de uso público das informações. Mesmo o uso público não era uma garantia suficiente. Para isto, alertava a experiência com o Projeto Informática e Cidadania, que suscitara a desconfiança dos professores que faziam parte do

fórum.

Iraci não consegue separar o surgimento de atritos com Moraes da desconfiança que ele manifesta pelos demais participantes das reuniões da UPP. Moraes estava muito preocupado com a aproximação de empresas. Para ela, a principal imposição dele era: “*não articular com empresa: ‘a gente está dando a mão para o capitalismo’, sabe, coisas desse tipo?*” Exigências com as quais ela não concordava. E, talvez, nem ele concordasse com suas próprias exigências, já que não pareceu tão intransigente quando da aproximação com a Siderax. O argumento anti-capitalista de Moraes parece funcionar, na opinião de Iraci, como uma tentativa de bloquear negociações alheias e garantir a exclusividade na relação com financiadores – argumento socialista como diferencial de concorrência –, mas também poderia ser uma desconfiança quanto a um eventual uso privativo das informações que fosse prejudicial à organização do fórum da UPP. Fato é que as reuniões da UPP não estão também imunes ao que Iraci chama a ‘disputa de identidades’ entre as instituições participantes. Disputa que, neste caso, é um conflito pela ‘paternidade’ do projeto da UPP: “*Tinha um pouco dessa coisa de quem é que balança esse bebê, entendeu? Ele nasce, mas e aí? De quem é que ele é? (...) Tinha uma disputa. (...) Essa coisa assim: ‘Tá, vamos ajudar a construir isso tudo. Vamos construir isso tudo. Mas o que é que é isso? É Civitas? É Associação Morro Branco?’*”

As disputas, para ela, estavam ligadas à posição que Moraes assumia diante do projeto, criando dificuldades para disponibilizar os dados e exigindo contrapartidas. “*Um pouco isso daí. Essa foi uma coisa também... Puxa vida! Uns dados lindos! A gente tem os dados aqui. Está tudo aqui. É nosso. Concretamente, a coisa não acontece. (Os dados não chegavam na mão...) O que acontece? Dava um descrédito. E isso aconteceu algumas vezes em algumas outras ações. Assim: ‘Nós estamos fazendo um projeto.’ ‘Não, a gente quer negociar como é que vamos tocar a conversa com não sei o quê. Os meninos podem ir lá, (usar) o computador de lá?’ É tudo. Tudo era muito... Isso, eu acho que foi uma barreira. E, até hoje, se bater alguém aqui querendo... Está tudo lá, né? Está tudo lá. Quantas vezes: ‘Ah, precisava tanto do telefone de não sei o quê. Você tem um cadastro no mínimo das entidades sociais, né?’ Não tem. (...) Você fazer uma crítica construtiva: ‘Vamos fazer a pesquisa? Cadê a pesquisa?’ Isso é uma crítica. Então, você já... sabe? Você já... acham que você... aquelas coisas. Então, assim, são pequenos pontos que foram... assim, eu fui colocando no mapa, né, fui mapeando os meus pontos, mas isso não foi um impedimento para o meu tesão de continuar fazendo e tal. Continuei com muita dificuldade, mas uma dificuldade muito mais... pessoal porque estava derrubada, porque não agüentava o tamanho da rocha que eu resolvi pôr nas minhas costas. E sem ajuda, sempre aqui... E a Casa da Juventude sempre capenga. O que fazer com as coisas daqui? Não conseguia dar conta. Não conseguia dar conta do EGJ, que estava*

uma merda, sabe? As crianças... tudo, tudo capengando... Eu... para mim interessava mais o fórum (da UPP). Foi um erro que eu cometi, assim, mas acreditando... Que eu acho que é muito legal esses processos, né, são muito ricos porque eles te fazem, assim, ele pára tudo, faz você refletir um monte de coisas, faz você reavaliar, faz você se rever... Então, assim, de crescimento, acho que melhora muito... Eu aprendi muito.”

O último suspiro do fórum da UPP – e seu sistema de desconfianças mútuas – veio por meio de um sonho de Iraci. Seu idílio, iniciado no turbilhão dos acontecimentos que levaram-na de um curso de informática para jovens do entorno à proposta de mobilização e auto-organização das periferias, terminara como um grande espetáculo, um festival de entidades sociais, projetos, *shows* musicais, palcos, uma apoteose onírica, barroca, uma epifania que parece mimetizar o ideal de um mercado de concorrência perfeita. “*Essa foi a grande ação coletiva que a gente fez, que a gente conseguiu. A gente promoveu um evento. Sonhei. Um sonho meu. Mas sonho mesmo, sonho, assim, de dormir. Falei: ‘Gente, nós vamos fazer um evento. Porque, se a gente fizer isso, nós vamos juntar pessoas, vai ser legal.’ E, aí, foi uma coisa muito legal. Quarenta e uma entidades participaram desse evento. Começou às dez da manhã. Acabou à meia-noite no feirão. (...) Aí, a gente fez uma parceria com a gravadora Trama. Então, assim, veio Demônios da Garoa, veio Jairzinho, veio Simoninha, Luciana Melo, todo mundo da Trama. A gente montou três palcos, então, tinha uma apresentação deles, aí, tinha uma apresentação nossa e revezava esses palcos. E tinha a praça. Em volta da praça, eram as barracas de cada organização, apresentando o seu trabalho. Tinha de tudo, né? Desde produções mesmo, artesanais, coisas que eles fazem, até... cada um mostrando sua cara para os outros. E, aí, a gente juntar as forças, que essa é a sinergia das coisas, né? Então, isso a gente conseguiu fazer coletivamente.”*

Capítulo 4

Logística e mercado de serviços nos desvãos da política

O fórum da UPP 352 tornou-se uma experiência insustentável desde que as relações entre as organizações que o compunham se revelaram como relações de concorrência. O que sucedeu à Casa da Juventude não é uma circunstância particular, mas pode ser notado nas muitas entidades sociais que, com as mais variadas procedências, proliferam nas periferias. A tentativa de uma articulação de várias destas organizações por meio de um sistema de informações parece, por isso, resultar num enorme fracasso – não fez senão exponenciar as condições de concorrência entre elas. O sistema parece fomentar mais desconfianças que a solidariedade entre pares e a autonomia popular de que fala Moraes. Mas, ao fracasso da 'república da UPP 352', não corresponde um colapso do sistema de informações, antes, é a 'autonomia do sistema' que se consolida. À medida que a instalação das UPPs se tornava um empreendimento remoto, a construção de bancos de dados para subsidiar a tão propalada Base Comum de Conhecimento Cidadão, contraditoriamente, se revigora, e o sistema torna-se, ele mesmo, um trunfo nesta concorrência entre as entidades sociais – uma 'mercadoria política' de alto valor agregado.

Uma cooperativa contra as ONGs?

Uma vez fracassada a experiência do fórum da UPP 352, e apesar das divergências que vão se consolidando entre a Casa da Juventude e o Instituto Civitas, a Colcid (Cooperativa de Logística da Cidade – formada por jovens oriundos dos programas da Casa da Juventude) continua como empreendimento de ambos para levar adiante a proposta da Base Comum de Conhecimento Cidadão. As atividades da cooperativa se iniciam em 2001 e, como as bolsas do Programa Agente Jovem se encerravam no fim do ano, era necessário conseguir alguma fonte de sustentabilidade para o projeto. Moraes, que é crítico contumaz da forma de financiamento tradicional das ONGs, não considera a possibilidade de obter financiamento de outras organizações do terceiro setor para a Colcid como uma solução para a auto-sustentabilidade. Para ele, este tipo de expediente, utilizado por dezenas de ONGs atuantes no Jardim São Luiz, antes aprofunda vínculos de dependência do que contribui para a auto-organização dos bairros da periferia. Em suas palavras: “*não estamos aqui para pedir esmola para americano*”. Segundo ele, as ONGs fazem parte da tendência geral de privatização dos serviços públicos, além do que, “*99,9% destas organizações são 'picaretas' e vamos ter de fechá-las todas. Elas terão de renascer transformadas.*”

Muitas ONGs valem-se de isenções de impostos senão de investimentos públicos diretos e, invariavelmente, recusam-se a prestar contas destes recursos. Moraes relatou o ocorrido em um curso de gestão contábil voltado para organizações do terceiro setor promovido “*por uma das maiores empresas de auditoria do mundo*”, a *Price Waterhouse Coopers*. O público destes cursos era prioritariamente formado por jovens recém-ingressados nas entidades sociais e fundações do terceiro setor. Solicitou-se que estes jovens levassem ao curso o balanço contábil de suas organizações. Segundo Moraes, apenas a Casa da Juventude liberou sua contabilidade para ser discutida pelos alunos. Outros alunos, frustrados, não conseguiram obter as planilhas. Os professores orientaram-nos, então, a perguntar por que as planilhas de contabilidade não podiam ser mostradas publicamente, por que lhes era vedado o acesso a elas. Nenhuma resposta.

Embora ocupe a coordenação do Instituto Civitas e se associe à Casa da Juventude, Moraes considera-se um inimigo da 'forma ONG'. Para ele, as ONGs são mais uma trincheira do ‘peleguismo’ e da corrupção. Afirma seriamente e é taxativo: “*na Colcid, não entra pelego*”. Ele diz que os jovens cooperados não têm uma trajetória de contestação como a dele, são propositivos. Mas isso pode ser bom se acontecer num sentido totalmente diferente daquele que é proclamado pelas ONGs ou mesmo pelos projetos governamentais. Ser propositivo, para ele, é trabalhar para a construção de outras relações de solidariedade de maneira que a sustentabilidade das periferias prescindia da caridade e da benemerência. O papel da Colcid seria o de “*identificar e liberar as forças produtivas represadas nas periferias*”. Desta maneira, seria possível erodir a base social das ONGs, torná-las inessenciais, desnecessárias e sem função. Forçá-las à extinção.

É por aí que ele pensa repôr a autonomia popular em novos termos, remetendo à sua trajetória nas lutas da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM). Volta a falar de sua experiência nas portas de fábrica, na denúncia de acidentes de trabalho. Perguntado sobre sua participação no sindicato, rebate duro: “*não participei do sindicato; mas da oposição*”. A estratégia da OSM era a de eleger seus militantes para as Cipas (Comissões internas de prevenção de acidentes), garantindo a estabilidade nos empregos. Mesmo assim, aconteciam demissões ao arpejo da lei. A OSM foi derrotada. Moraes fala que Lula e a central francesa CFDT tiveram um papel importante na derrota da Oposição em São Paulo. “*Foi o primeiro presente que esse pelego do Lula nos deu.*” Moraes é também um adversário histórico das tendências sindicais e partidárias lideradas por Lula. Fala do apoio da central francesa ao projeto pessoal do Presidente da República. A CFDT é uma central sindical ligada à democracia cristã, que colaborou ativamente na construção da CUT – ao contrário da CGT, que, na França, é comunista. O episódio a que Moraes se refere é a proibição da participação de delegados das oposições sindicais nos congressos da CUT – decisão tomada a partir

do terceiro congresso, em 1987. A proibição aconteceu depois que a CUT já controlava a maior parte dos sindicatos importantes do país e levou à derrocada das oposições.

Morais, entretanto, não acompanha mais os sindicatos que diz serem “*todos pelegos*”. Mas não põe, à maneira de outros, a fatura da derrocada sindical apenas no colo da liderança traidora. Detém um saber prático da crise que atravessa as formações sociais e colocou em xeque a classe trabalhadora e suas formas de representação. Sabe do papel das terceirizações no ocultamento dos problemas que eram denunciados nas fábricas. “*O Brasil ainda é o campeão mundial de acidentes de trabalho. É difícil não encontrar numa família alguém que tenha perdido um braço, um pé, mãos, dedos. Essas empresas vieram para cá para barbarizar. Mas, com a terceirização, muitos operários passaram a trabalhar sem registro em carteira, em fabriquetas de fundo de quintal. Os acidentes continuam acontecendo, mas os números somem. Se o sindicato for lá, eles ainda apanham porque quem denunciar perde o emprego.*” De alguns anos para cá, entretanto, Moraes não quer mais ouvir falar de oposição.

Membros do Instituto Civitas e da Casa da Juventude, inspirados pelas posições autonomistas de Moraes, começam a pôr em prática, na Colcid, uma metodologia que visava escapar da quase compulsória necessidade de se obter recursos por meio do apoio financeiro de organizações externas. Para eles, era necessário que o aporte de recursos para o projeto viesse do próprio trabalho dos cooperados ou de algum reconhecimento público da importância das atividades desenvolvidas. Às bases de dados secundários disponíveis, o projeto previa a inserção contínua de dados primários a serem coletados pelos cooperados. Todos estavam empenhados em pensar soluções para o barateamento do custo da coleta de informações primárias. A equipe da Colcid descobriu um sistema de GPS que começou a ser instalado nos táxis. A partir de um código predefinido de 1 a 9, indexado a problemas observados nas vias urbanas⁴⁰, os taxistas podem, ao apertar um botão, transferir informações observadas em tempo real para um satélite, que envia imediatamente a informação geo-referenciada para um sistema sob controle do poder público. Segundo os cooperados, esse sistema estava sendo implantado e a Colcid estava interessada em agregá-lo às suas bases de dados. Os taxistas foram os primeiros a ser contatados e são um caso típico da estratégia da Colcid para baratear o custo da coleta de informações: utilizar atividades já pagas que incorram em deslocamentos urbanos para a obtenção de dados.

Também faz parte desta estratégia o que foi a primeira atividade direta dos jovens da cooperativa, a

⁴⁰ O código estabelece correspondências como por exemplo: 1=buracos no asfalto; 2=semáforos danificados; 3=pontos de maior congestionamento; 4=gargalos de engarrafamento; e assim por diante.

chamada ‘percorrida’, que é a coleta de informações pelos próprios cooperados nas áreas do entorno de suas moradias. Neste caso, o expediente de utilizar-se de viagens já pagas é apresentado por meio de uma analogia com as atividades de entrega de cargas: *“um caminhão sai de São Paulo para Pernambuco carregado e sua viagem de volta já está paga; se, em Pernambuco, ele encontra uma outra carga a ser trazida para São Paulo, o caminhoneiro ganha duas vezes”*, diz Carlito, um dos membros da cooperativa. Carlito revelou, com a ressalva prévia de que todos ali são contra o trabalho infantil, que a Colcid estimulava que seus cooperados (alguns têm menos de 16 anos) executassem pequenos serviços de distribuição de folhetos promocionais nas casas próximas de suas moradias e que, assim, recebendo algum dinheiro, realizassem também a coleta de informações. A proximidade entre a área de trabalho/área de campo e a de moradia trazia várias vantagens: permitia que o jovem ampliasse o conhecimento do lugar onde vive, diminuía os tempos e os custos de deslocamento, tornava mais ágil a coleta de informações (já que o jovem possuía algum conhecimento prévio da região). Enfim, a metodologia aplicada formava um corpo de procedimentos que levavam a uma maior racionalização do tempo e do espaço e desenvolviam uma logística de distribuição e coleta de dados cuja eficácia estava na relação direta com o *know how* acumulado por cada um em seus lugares de vivência mais imediata. Morais dá o exemplo de que tipo de informações podiam ser coletadas: lugares em que está sendo depositado lixo irregularmente, serviços privados informais, atividades informais de rua e até mesmo impressões subjetivas como a sensação de perigo em certos pontos mais ou menos suscetíveis à violência urbana, lugares apazíveis, principais pontos de encontro.

A distribuição de folhetos promocionais de casa em casa, como atividade meio para a coleta de informações, foi a primeira iniciativa da Colcid. Para isso, os cooperados ofereceram o serviço à empresa SPP. Eles faziam a distribuição e recolhiam informações numa área muito próxima de suas moradias, com perímetro determinado e num período máximo de duas horas durante três dias da semana. Carlito, um dos mais antigos membros da cooperativa, descreve como foi a primeira atividade dos cooperados: *“cada um fazia o horário que achava melhor. Eram 30, a gente dividiu 15 duplas. Então, eram 15 duplas para começar. Cada um com seu espaço, o importante era isso: cada um estar fazendo perto de onde mora. Então, cada dupla fazia mais ou menos em entorno da sua casa, por quê? Porque é um local que você conhece, seus amigos estão ali, então, não é um local desconhecido. E é diferentemente do trabalho que a SPP fazia. A SPP, como ela fazia? Ela faz até hoje. Ela contrata um perueiro, leva à favela. O perueiro vai na favela a fim de ganhar 10 reais. Enche a perua de jovens, aí, sai daqui, vai lá para a zona oeste para distribuir. Então, você perde muito tempo. Daqui lá é 2 horas. Daqui, lá é 2 horas de viagem. Chega lá você fica... não conhece o local, então, você acaba demorando muito mais tempo para entregar porque o local não*

te pertence. Então, se você entregar ou jogar no bueiro o folheto, é a mesma coisa. Então, mais duas horas para voltar. Então, tendo a informação de que normalmente você ia ter que estar na escola aprendendo alguma coisa, não existe. Acaba com tudo isso. Então, a cooperativa veio no sentido de quê? De fazer você andar, no máximo, duas horas e conseguir realizar o seu trabalho. então, o que aconteceu? Quando a gente iniciou, eu estudava de manhã, então, eu acordava uma hora mais cedo para poder realizar esse trabalho.” As informações coletadas inicialmente diziam respeito a uma maximização do desempenho da própria atividade contratada pela SPP, empresa que fornecia os folhetos a serem distribuídos. Inicialmente os jovens catalogavam o número de casas nas ruas, quantos domicílios nos quarteirões, quanto tempo demoravam para realizar a distribuição em um determinado trecho, quais seriam os trajetos menos dispendiosos de energia e tempo para efetuar a distribuição em um perímetro específico.

Cedo, entretanto, começaram a aparecer os problemas desta metodologia. Os problemas eram contraditoriamente decorrentes da própria eficiência do método. *“O trabalho era interessante por quê? Como a SPP fazia anteriormente, então, se ela desse 10 mil (folhetos) para entregar numa área de 3 mil (domicílios), acabava os 10 mil. E, com o nosso trabalho, não. Sobrava. (...) Eles pensavam: 'espera aí, a gente manda 10 mil, como sobra tudo isso? Por quê?' Porque a gente está garantindo que aquilo estava sendo entregue de casa em casa. então, não tinha um maior número de desperdício. Aí que eles começaram a sacar isso: 'Espera aí. Então, está sendo entregue certo'. Que a gente já tinha todos esses bancos de dados, a gente sabia quanto tempo que você durava numa rua, quantos (domicílios) têm do lado esquerdo, quantos do lado direito. Então, isso facilitava todo o trabalho”*, diz Carlito. A eficácia dos jovens da Colcid na distribuição era muito maior do que a de outros grupos regularmente contratados pela SPP, inclusive com menor desperdício de material – para o que contribuía um maior conhecimento das ruas e moradias onde era realizada a atividade. A empresa percebeu o treinamento específico da equipe da Colcid e começou a exigir um período maior de trabalho, enviando mais material por semana. A racionalização de uma logística de distribuição logo se apresentava como vantagem comparativa dos meninos da cooperativa em relação a outras empresas convencionais de distribuição – que normalmente valiam-se dos 'gatos-perueiros', os expedientes de arregimentação de mão-de-obra já descritos por Carlito. O que não tardou a ser percebido pela contratante como uma oportunidade de maximizar a eficácia de seus serviços.

Mas a Colcid percebeu nisto o artifício – uma forma de exploração do trabalho dos adolescentes e da própria metodologia aplicada – e desistiu de persistir nesta atividade. Sandra, outra 'veterana' da Colcid, sobre isso, comenta: *“E aí é que está: foi fechado que a gente ia ganhar 40 reais e mais*

uma cesta básica mensal, para a gente fazer a distribuição. Aí outra coisa que a gente já tinha percebido foi o seguinte: o nosso horário de trabalho não pode é... como é que fala? É... não pode atrapalhar nosso horário de estudo, nem de lazer... (...) Porque a gente vai incentivar para a formação de caras. Se ele não estudar hoje, ele vai se ferrar amanhã. (...) Aí, o material chegava... tipo, sabe aqueles folhetinhos que tem que colocar todo dobrado nele? Tem que dobrar e... Então, a gente chegava e tinha uma montanha de papel. Aí vai. E cada grupo se reunia e pegava e começava a dobrar. A gente levava mais tempo dobrando do que distribuindo. Aí, a gente começou a ficar nervoso com isso. A gente: 'ah, espera aí, tá errado, a gente tem que ter... na verdade, criar um sistema que mude, a gente não pode entrar no sistema que está'. Nossa questão não é fazer o que todo mundo faz. (...) Então, aí que começou a chegar uma mudança que a gente começou a pensar como que tem que ser, na verdade, para a gente não entrar no sistema deles. Aí, outra coisa que a gente estabeleceu, que a gente... o nosso trabalho é de distribuir e colher informação, não é de ficar dobrando, sabe, passar horas em casa dobrando – outra coisa que a gente falou. Então, assim, aí, quando a gente começou a fazer uma série de coisas, a gente deu uma parada para a gente repensar.”

O trabalho com a SPP, empresa de um amigo de Moraes que já havia contratado serviços de bancos de dados ao Instituto Civitas, encerrou-se em apenas dois meses. Era também o tempo de bolsa que ainda restava ao Agente Jovem. Além das informações de logística para o próprio trabalho de distribuição, a atividade possibilitou o registro da ocorrência dos comércios informais no território da UPP 352 – para Carlito, uma experiência de desvelamento dos fluxos mercantis da cidade: “os informais são uma cidade escondida”. Entretanto, muitas desistências houve mesmo neste curto período. Com o fim dos recursos, outros cooperados já descrentes da empreitada desistiram do projeto. A cooperativa viu-se reduzida à metade de seus membros. “Distribuir folheto, hoje, é como um trabalho marginalizado. As pessoas morrem de vergonha de fazer esse tipo de trabalho, e fazer a distribuição ainda no território onde o cara mora, putz! Isso aí foi... Porque é assim: o território de trabalho da pessoa tem que ser onde o cara mora. Primeiro, para não precisar pegar condução, alimentação, esse tipo de coisa. E outra coisa que é o lugar mais seguro, pode ser, assim, o Jardim Ângela, pode ser no meio da favela, mas, se o cara mora ali onde ele está, namorada, irmão, um parente, o irmão pode ser um traficante, mas é um irmão, então, trabalhar num território num espaço ali, para ele, está muito mais fácil do que ele ter que ir para a zona leste. Então, foi estipulado uma série de opções que cada cooperado só pode trabalhar no território de moradia. Então, assim, o cara além de ser marginalizado, ele morre de vergonha de distribuir. Nossa! E aí tem toda a questão dos uniformes horrorosos de distribuidores, né? Aqueles que é umas capas. Então, assim, foi uma série de coisas que o pessoal ficou até assustado: 'não, não quero' e foi

saindo”, diz Sandra.

Carlito, Sandra e alguns outros decidem ficar porque a experiência vai ao encontro dos desejos e dos medos, em resumo, das projeções de uma geração para quem o mercado de trabalho convencional já parece não oferecer mais promessas. Daí a força da idéia de Moraes que trabalha pela invenção de um mercado de trabalho: jovens empreendedores cooperados, ao contrário da mera reinserção – não raro, subordinada – nas cadeias disponíveis de empregos. Mais uma vez, estão aí, numa conjunção específica, as idéias de autonomia no trabalho, na política e no mercado de serviços. Carlito: *“eu tenho a idéia de não ser empregado de ninguém no sentido de quê? Você ter que mudar todo o seu ideal de vida para se encaixar em algum modelo, ser aquilo. Então, por isso que não quis (sair). Eu fiquei. Nesse sentido de estar tentando fazer de uma forma que eu acredito e que eu faço. Que dê certo. Então, meus ideais de vida; que eu consiga canalizar isso tudo, essas coisas que a gente está fazendo, pelos meus ideais de vida, no sentido de quê? De não ser empregado de ninguém, sabe, necessidade de uma pessoa porque, se você vai para uma empresa... E não ser explorado, a maior questão foi essa, não ser explorado por ninguém. Por exemplo, eu poderia estar trabalhando no McDonald's ou coisa parecida, mas você vê a exploração, as pessoas só trabalhando, para quê? Para consumir, só consumir, consumir. Então, foi nesse sentido que me fez acreditar nesse processo de ter... você ter uma libertação desse sistema, não simplesmente só para mim, tentar também interagir com um todo, que não só pensar no próprio estômago. O Moraes usa um exemplo muito bom, que as pessoas, hoje, normalmente, só pensam do estômago para baixo, no sentido de quê? Das necessidades. Você arruma um emprego para quê, para suprir suas necessidades de quê? De comer, de se vestir, então, só para consumir em si. A gente tem que romper com isso. A gente tem que pensar do estômago para cima e, quando você pensa com a cabeça, aí, você vai pensar: 'eu quero ter um objetivo disso, então, eu vou ver o que eu posso fazer para alcançar esse meu objetivo', e sair desse sistema que a gente está vivendo aí, que não é o melhor. Nem há saída (pelo sistema). Só há desigualdade social. Então, foram esses motivos que me fizeram acreditar no que eu estou fazendo.”*

Os que ficam enfrentam ainda dificuldades adicionais. Mesmo na Casa da Juventude, nem todos confiam no projeto da Colcid. *“Tinha algumas pessoas que estava aqui na Casa da Juventude que falavam: 'nossa, mas isso que vocês estão fazendo é uma exploração de jovens'. Como assim exploração? Exploração é o que os caras estão fazendo por aí, né? Passa a vida inteira trabalhando, quando não quer, joga fora como se o cara não valesse nada. Nesse projeto, a gente vai fazer isso e isso e isso. Mas era uma utopia isso. Aliás, tem muita gente aqui dentro que não consegue enxergar ainda. Assim só está enxergando porque a gente está conseguindo produzir*

algumas coisas. Aí, ainda tem algumas pessoas daqui que ficam meio... Mas, na verdade, tem gente aqui dentro da Casa da Juventude que não enxerga. (...) Então, assim: 'por que é que vocês querem um espaço? Então, assim, esse foi um dos momentos mais complicados da nossa construção...'”, diz Sandra.

O número reduzido de participantes, as desconfiças e as limitações que a ausência de recursos trazia não arrefeceram os ânimos dos cooperados que perseveravam. A proximidade das eleições para o Conselho Tutelar possibilitou um novo engajamento da Colcid, desta vez, em uma campanha política. Vânia, uma educadora que, mais tarde, seria inclusive presidente da Casa da Juventude, era colaboradora da cooperativa e, em 2002, candidatara-se a uma vaga no conselho da subprefeitura do M-Boi Mirim. A Colcid engajou-se voluntariamente na campanha de Vânia e não apenas na promoção da candidata, mas na divulgação das atribuições do Conselho Tutelar para a população moradora da UPP 352. Carlito comenta: *“Então, a gente fez isso escrevendo o que é que é o conselho, então, um material muito rico, nesse sentido. Que era várias... A idéia maior não era simplesmente eleger a Vânia e sim estar divulgando para um maior número de pessoas o que é o conselho tutelar. Ela não ganhou porque a gente fez um trabalho só na 352. A gente conseguiu, só na 352, acho que foram 220 votos. O conselho tutelar ele abrange a área de duas subprefeituras, não existia subprefeitura. Era... no caso, pegou dois distritos, o conselho tutelar pegou dois distritos, que é o Jardim Ângela e o Jardim São Luís, que, hoje, fazem a subprefeitura de M-Boi. Então, nesses dois distritos, tem nove UPPs. Então, a gente conseguiu 220 votos só numa UPP. Se a gente multiplica isso por nove, a gente teve um número muito maior do que o primeiro candidato. O primeiro que ganhou nessa região foi com 800 votos, que foi da Igreja Universal. (E aí vocês não tinham como fazer um trabalho tão grande em outras unidades?) Não, porque era um grupo pequeno. Mas a gente ficou triste por não ter ganhado. Mas se você vê a importância do trabalho de você mostrar, por amostragem, no sentido de que a gente pegou só uma UPP e trabalhamos só em uma e a questão... A gente poderia... Se a gente estendesse para outras regiões, a gente tinha ganhado muito mais votos. Já mostrou que é uma das coisas possíveis da gente estar fazendo.”*

Para cada atividade em que se envolvia a Colcid, eram desenvolvidos ou propostos instrumentos tecnológicos próprios, capazes de realizar as tarefas a bom termo e que, posteriormente, com poucas adaptações, podiam ser utilizados em outros serviços. Um destes instrumentos ficou conhecido como “reunião de tela” ou “reunião digital”. A reunião digital veio a ser uma das formas de dar concretude à metáfora do espelho da UPP. O espelho pelo qual cada organização pode ver a si mesma e às demais ocupa, no caso da reunião digital, um lugar no hipertexto das redes virtuais e, muito afinado com o novo 'paradigma molecular-digital', permite interações eletrônicas em tempo

real. Carlito fala dos procedimentos e usos da reunião: *“A reunião de tela é o quê? Ela possibilita o quê? Você estar escrevendo, você pega o e-mail das pessoas. Então, por exemplo, uma reunião que a gente tenha da Casa da Juventude, do conselho, conselho de gestão da Casa da Juventude, então, no sentido... se a gente for fazer uma reunião daqui a 15 dias, em 15, aconteceram muitas coisas na Casa da Juventude. Então, quando a gente vai se reunir, o que acontece? Ah, tem informe, tem informe. Então, se o espaço da reunião é de duas horas, uma hora, uma hora e meia só de informes do que está acontecendo. E o espaço de discussão é pouco. Então, o que a reunião digital nos permite? Todos esses informes que a gente teve, a gente coloca. Então, quando as pessoas vêm para uma reunião, elas já sabem o que está acontecendo. O espaço de discussão aumenta. E também o que acontece na reunião? Você vem com a sua mulher e com a menina já daquele jeito (faz gesto de sono). Então, com a reunião digital, não. Você escreve no seu melhor momento, você atua no seu melhor momento. Ah, eu tenho uma idéia legal, vou pôr na reunião. Aí, você vai lá e coloca, aí, eu vejo a sua idéia, já acrescento. Sua idéia é legal e pode também funcionar dessa forma. Então, a sua idéia, que normalmente é sua, acaba sendo de um conjunto e pertence também à transparência. Tudo o que a gente está fazendo permite que todos possam ver a todo momento.”*

O instrumento, como todo o sistema das UPPs, tem múltiplas funcionalidades. É antes uma possibilidade virtual, uma abertura para usos futuros, que uma ferramenta especificamente formatada para um uso específico. É utilizado para armazenar os diários de campo dos cooperados durante as “percorridas” para coleta de dados primários. Constitui algo como um estoque de registros ainda não codificados com a virtualidade de serem eventualmente convertidos em informações úteis e manipuláveis: *“A gente poderia pegar informações que, às vezes, não era aquela que a gente saiu para buscar, mas era importante. Por exemplo, a gente saía na rua... Eu e a Danila fomos, hoje, a campo e encontramos um cachorro louco. Pode ser uma informação simples. Aí, alguém, em outra percorrida, ele fala: 'achei um cachorro louco'. Espera aí, já dá para se pensar alguma coisa. Deve ter alguma epidemia aí. Já dá para chamar a zoonose para a gente ter uma conversa. O que está acontecendo aqui? Então, desse tipo de informação, no relatório, era constante. Toda vez que a gente saía na rua, era um relatório. Então, para isso que a gente usava a reunião.”* As reuniões digitais eram também usadas pelos educadores da Casa da Juventude que possuíam uma 'janela' própria para a discussão dos projetos em andamento em que estavam envolvidos.

Sandra dá uma descrição física da reunião digital em que explicita, ainda, o elemento de controle que ela possibilita: *“É uma reunião desenvolvida pelo Instituto Civitas. É uma intranet pela internet. É um espaço que cada um, ele entra com a sua senha, seu login, sua senha individual, e é*

um espaço onde o Civitas tem várias pastas. Aí, assim: a pasta é criada conforme o assunto que a gente queira, assim... sei lá, assim, a gente vai discutir uma festa. Aqui, vamos fazer um carnaval. Então, abre a pasta carnaval, por exemplo, ou administração, enfim... Quando você 'clica' na pasta, aparece um espaço onde você pode escrever qualquer coisa, tudo que você estiver pensando, todos os comentários. Aí, fica arrumado em ordem cronológica. Fica registrado o nome da pessoa, o dia e a data que a pessoa colocou, a data e o horário. E vai ficando tipo uma matrícula. Vai ficando em ordem cronológica, conforme as coisas que as pessoas estão colocando. (...) E todas as nossas discussões teriam que estar lá dentro. Por quê? Porque, quando a gente chegasse para a reunião presencial, todo mundo já chegaria informado, já sabendo o que é que estava acontecendo. E outra que tem algumas pessoas que fica escondendo informação, não é? Só dá informação quando percebe que chegou a hora. E isso impossibilita que o grupo consiga realmente pensar alguma coisa. Então, a gente computava: se a pessoa não colocou o informe na reunião digital, é porque ela está se escondendo. Está se escondendo e a gente vai ter que saber por que que está escondendo. E esse espaço, ele é 24 horas na internet. Então, as pessoas elas entram no horário que elas quiserem, na hora que elas tiverem vontade de contribuir com alguma coisa. Elas não vão lá obrigadas porque tem que ir na reunião. Então, a reunião é como se fosse assim um espaço dentro do espelho, né, o início de um espelho conjunto para conseguir visualizar o grupo que está fazendo aquele trabalho.”

A reunião digital foi o protótipo de um projeto ensaiado pela Colcid após a derrota da candidatura de Vânia ao Conselho Tutelar. Ainda pelas veredas institucionais da política, em 2002, ano eleitoral, Moraes procurou Cida, então administradora regional de Campo Limpo, que lançava sua candidatura à deputada estadual. A Colcid entrou na campanha de Cida à Assembléia Legislativa, mas cobrava dela uma contrapartida – um projeto de lei para instalar um Observatório da Educação, uma intranet, à maneira das reuniões digitais, que interligasse as escolas da rede estadual e permitisse o registro cotidiano das situações vividas no ambiente escolar. Acompanhar as atividades do observatório poderia ser uma das atividades permanentes do mandato de Cida, caso ela fosse eleita. “*Que a idéia era você colocando uma rede digital no ar e todas as escolas estaduais, você pega um aluno da 8ª série, em todas as escolas públicas aí, e ele relatasse o dia-a-dia da escola. (...) Um diário: 'Ah, hoje foi assim, faltou professor não sei do quê.'* E os professores também fazendo relatório, os diretores e os pais pudessem acompanhar também esse e todo mundo pudesse acompanhar esse andamento de como está a escola. *Que escola teríamos também para o futuro. (...) Colocaria também uma reunião para todas as escolas. Todas as escolas estariam se vendo. (...) Então, todas as escolas estão vendo o que está acontecendo em cada uma, quais as dificuldades. Então, por exemplo, aqui está faltando professor de inglês. Outra escola pode estar tendo um*

estagiário. Alguma coisa no sentido de que possa também estar ajudando na outra escola. E todo início de ano você paga, você contribuiu com a APM, todas as escolas, todos os alunos contribuem. E o que está sendo feito com esse dinheiro? Por que não está tendo aula de inglês? Por que não está tendo professor de geografia? Então, você começa a criar um movimento em que todo mundo se veja e todo mundo comece a contribuir com aquilo.”, diz Carlito.

Cida também não foi eleita e o projeto do Observatório da Educação não foi à frente. Carlito acreditava que o Observatório poderia mudar a realidade das escolas. Pelos relatos que faz, o instrumento permitiria às escolas passarem de instituições disciplinares fechadas a um sistema integrado de múltiplas entradas e visibilidade total, idéia provavelmente retomada do antigo projeto Informática e Cidadania e, agora, conjugada à ferramenta da reunião digital. A idéia, no entanto, é retomada no momento em que o fórum da UPP 352 já não existe. O episódio elucida uma mudança da estratégia de implantação das UPPs. Uma vez que a articulação local dos atores não foi possível e o fórum foi desmobilizado, passa-se, então, à 'via prussiana'⁴¹: a chegada do projeto à Assembléia Legislativa é uma alternativa tática para reintroduzir o controle sistêmico das instituições escolares sem o custo politicamente oneroso da discussão local com os profissionais da área. Se a mera sombra do controle que pairava sobre o projeto Informática e Cidadania contribuía para inviabilizar o fórum, com a nova estratégia, a Colcid, parece dar ainda mais organicidade ao aspecto de controle externo que o sistema das UPPs pode exercer. Carlito não está, contudo, sem razão ao fazer a defesa da idéia do Observatório. Pelo sistema, acredita estar promovendo uma maior participação do que ele chama de 'comunidade' no acesso aos serviços públicos, muitas vezes 'privatizados' por seus gestores. Ele, no entanto, reintroduz, surpreendentemente como aliados nesta participação, velhos inimigos declarados – as ONGs, que aí confundem-se com a 'comunidade': *“hoje, as escolas, elas não conseguem interagir com os projetos das ONGs, no sentido de que elas têm medo. Não é medo. Os diretores, eles querem... pegam uma escola: 'a escola é minha'. São donos, verdadeiros donos da escola. Isso acontece muito. Você não vê uma escola aberta à comunidade. Nós vamos usufruir da escola, vamos participar da escola, você não vê isso nas escolas assim. Então, há muitos interesses individuais aí que acabam cercando e fechando a escola. (...) É muito difícil essa relação escola-comunidade, escola-ONGs, porque as escolas são muito fechadas nesse sentido.”*

⁴¹ O termo aqui é metafórico. 'Via Prussiana' é o termo utilizado por Marx para falar de processos de modernização capitalista que acontecem em países retardatários do sistema e caracterizam-se por uma passagem ao capitalismo industrial sem a revolução burguesa anti-absolutista que consolidara a hegemonia exclusiva da burguesia no controle do aparato de Estado nos países mais avançados do sistema. O termo é utilizado aqui para reforçar a desistência da Colcid em constituir fóruns locais das UPPs, passando à estratégia de implantar os sistemas de informação a partir de um projeto de lei na Assembléia Legislativa. (Cf. Karl Marx. A Burguesia e a Contra-revolução. São Paulo, Editora Ensaio, 1993.

Uma 'oportunidade solidária' para a expansão dos negócios

Durante todo o ano de 2002, as atividades da Colcid – campanhas políticas para o Conselho Tutelar e a Assembléia Legislativa estadual – não trouxeram um centavo de recurso para o caixa da cooperativa e o trabalho foi todo voluntário. No final do ano, um projeto da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo (SDTS/PMSP) abre uma nova possibilidade de desenvolvimento para a Colcid. A Secretaria era o órgão da prefeitura responsável pelo desenvolvimento e implementação de programas de geração de emprego e renda na cidade. Uma tentativa do governo petista de implementar soluções empreendedoras para a crise do mercado de trabalho. Os programas desenvolvidos dividiam-se em duas categorias: 'redistributivos' e 'emancipatórios', ambos caracterizavam-se pela forte segmentação dos públicos-alvos das ações, setORIZADOS por critérios estritos que correspondiam à diferentes faixas etárias, níveis de renda e tipos de inserção no mercado de trabalho. Dos programas desenvolvidos pela SDTS, aqueles cujos critérios coincidiam mais adequadamente às táticas da Colcid eram o 'Bolsa-Trabalho' e o 'Oportunidade Solidária'.

O programa Bolsa-Trabalho era classificado pela Secretaria como um programa redistributivo. Consistia na distribuição de um benefício mensal, com uma duração variável entre seis meses e dois anos, para jovens na faixa etária de 16 a 20 anos, que comprovassem renda familiar inferior a meio salário mínimo *per capita* e não estivessem participando de qualquer atividade remunerada. Durante o período de vigência das bolsas, os beneficiários deveriam participar de atividades de capacitação ou requalificação profissional a serem ministradas por organizações não-governamentais previamente contratadas pela Secretaria. Os recursos para bolsas eram provenientes majoritariamente do tesouro municipal, mas contavam com aportes da União e do Estado. Terminado o período de requalificação dos bolsistas, a SDTS lhes oferecia a possibilidade de ingressarem num programa de tipo 'emancipatório'. Os 'programas emancipatórios' resumiam-se ao Oportunidade Solidária, que visava a formação de empreendimentos coletivos autogeridos. A implementação do programa previa a realização de parcerias com ONGs comprometidas com o fomento a iniciativas no campo da economia solidária. Cabia a estas organizações ministrar cursos, que variavam de seis meses a um ano, sobre os princípios do cooperativismo e da economia solidária – 'trabalho de sensibilização'. Ao final destes cursos, era desejável que os beneficiários se organizassem para a formação de cooperativas. O Oportunidade Solidária contava com recursos provenientes de um financiamento internacional obtido pela Prefeitura de São Paulo junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ONU/FAO). Todos os programas da SDTS foram implementados por etapas, segundo níveis de abrangência territorial. Alguns

distritos do município foram, de início, utilizados como plataformas-piloto para a implantação dos programas que, mais tarde, foram estendidos para toda a cidade.⁴²

Um programa municipal com este perfil vinha ao encontro dos objetivos do Instituto Civitas de estender as ações da Colcid para todo o território de São Paulo e consolidar a proposta das UPPs. O Civitas tornar-se-á parceiro da SDTS na implementação do Bolsa-Trabalho e do Oportunidade Solidária. E a Colcid estará diretamente envolvida nas atividades de formação dos bolsistas e sensibilização dos grupos para a montagem de coletivos que futuramente poderiam ser incorporados à cooperativa como núcleos locais. As dificuldades na relação entre os membros da Colcid, a SDTS e o público beneficiado foram inúmeras. O 'trabalho de sensibilização' foi iniciado pelo Distrito de Sapopemba, na zona leste, em outubro de 2002. O público era formado por beneficiários egressos do Bolsa-Trabalho. A primeira parceria, no entanto, não foi muito longe. A distância entre o Jardim São Luís e Sapopemba praticamente inviabilizava o deslocamento dos formadores. Os jovens ex-bolsistas do Bolsa-Trabalho, sem quaisquer rendimentos, não se envolviam nas atividades e estavam mais preocupados com a busca imediata de empregos. A isto se somavam as dificuldades com o próprio desenho do programa. Carlito: *“a gente também não via resultado por quê? Ex-bolsista no sentido do quê? O Bolsa-Trabalho tentava atingir as pessoas de maior carência, maior carência no sentido de quê? Por exemplo, o nosso trabalho a gente tem que sair na rua. Se a gente pega uma pessoa deficiente físico... A gente não tem nem essa preparação para trabalhar com esse pessoal. Então, não dava. E a distância também. A gente saía daqui para ir para lá, não dava.”*

Sandra também tem suas “críticas ferozes” ao programa. Para o treinamento dos ex-bolsistas, era necessário articular-se com entidades locais a fim de obter espaço físico para as atividades. As relações com estas entidades parecem não terem sido as melhores. Embora ocupe cargo na direção da Casa da Juventude, Sandra faz coro com Moraes na repulsa às ONGs e apresenta sua versão da 'concorrência de identidades' entre estas organizações: *“na realidade, uma entidade não sente nem falta do interesse da outra. E é uma briga constante. Mas, assim, é complicado. É como se fosse: uma está fazendo alguma coisa, é como se tivesse perdendo terreno para a outra. Então, é uma disputa. Não existe um trabalho social. (...) Se realmente fizer um trabalho bom, efetivo, de transformação, de fazer com que as pessoas sejam donas de seus próprios narizes, automaticamente, você perde o emprego. Então, o próprio trabalho das ONGs – a maioria que está aí dessas coisas – é mais para reproduzir a miséria, não é para produzir uma coisa boa de transformação, para que as pessoas sejam donas de seu próprio nariz. Isso não existe. Pelo menos*

⁴² Cf. Ludmila C. Abílio. *Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2005.

95% das que eu conheci. (...) A questão de juntar as entidades, a instituição que trouxe esse propósito, então, era uma guerra na verdade. Como juntar pessoas que são concorrentes? Como juntar as entidades se uma concorre com as outras a miséria? Então, é uma coisa complicada. (...) Então, assim, essas ONGs, elas são... impressionante a estupidez delas. Qualquer momento, qualquer possibilidade de ganhar dinheiro, eles montam em cima. (...) A gente foi lá procurar um espaço, aí, assim, a primeira coisa que eles percebem é a possibilidade de ganhar dinheiro. Aliás, eles acham o seguinte: se a gente estava conseguindo pegar dinheiro do governo, eles queriam também um pedaço dessa fatia. Sabe, como se fosse um bando de ladrões, como se a gente fosse ladrão? (...) É sempre assim em qualquer lugar é assim. (...) Eles falam assim: 'Você quer uma sala? É tanto: duzentos reais.' (...) A ONG, ela só veio para reproduzir o sistema que está por aí. Ela nunca... ou para arranjar emprego para um bando de gente para reproduzir o que está aí. Não tem jeito. (...) É a mesma história de sempre: 'porque aqui a gente passa dificuldade, as criancinhas passam fome, a gente tem que pagar conta de água, conta de luz, um sustentinho já dá'. Tem que dar o seu jeitinho e ajudar de qualquer jeito.”

Em dezembro de 2002, dada a inviabilidade de desenvolver novos núcleos da Colcid pelo programa municipal, o Instituto Civitas rompe a parceria com a Secretaria do Trabalho. Mas, já no início de 2003, contacta a Secretaria para uma nova tentativa. Desta vez, os ex-beneficiários do Bolsa-Trabalho teriam um prolongamento de bolsa para participar das atividades de treinamento do Civitas. A idéia era retomar os contatos em Sapopemba, mas as atividades seriam também desenvolvidas simultaneamente em regiões mais próximas, nas subprefeituras de Campo Limpo, M-Boi Mirim e Capela do Socorro, todas na zona sul. Além do treinamento, o Civitas seria também responsável pelo gerenciamento dos recursos para contratação de educadores e produção de material pedagógico. *“A gente começou a fazer então, uma sensibilização, chamar todo o pessoal que era ex-bolsista e convidar para participar da cooperativa. Então, eles tinham a escolha, a opção de estar na cooperativa ou não. Ia ser apresentada uma outra, por exemplo, de doces ou de mercearia ou de qualquer outra coisa, e a gente apresentava a nossa proposta. Quem quisesse, a gente estaria junto com o projeto. Então, a gente iniciou assim. Só que é assim: a gente fez a sensibilização em janeiro, só que a gente só assinou contrato com a Secretaria do Trabalho em março. Nesse período, muita gente chegou, viajou ou arrumou emprego. Então, vieram poucas pessoas. (...) Eles pagam de janeiro a março. A gente tinha recebido dois meses, só tinha mais um mês. (Até então as pessoas estavam recebendo a bolsa...) Sem participar de nada, em casa. Então, foi um erro até da Secretaria do Trabalho, nesse sentido.”*, diz Carlito.

Mais uma vez, as dificuldades se sobrepunham. Um erro de cronograma da SDTS fez com que o

público-alvo ficasse desassistido durante o período de desenvolvimento do trabalho. A logística para a preparação de grupos na região das quatro subprefeituras era de outra monta. O contrato previa o treinamento de 200 jovens nas quatro regiões e tornava necessária a contratação de formadores de fora da Colcid. Carlito engajou-se na empreitada porque, mesmo com as dificuldades, via no projeto a perspectiva de expansão da Colcid: *“então, a gente começou a iniciar esse trabalho aí. Aí, contratamos alguns educadores, demos formação. O pessoal do Campo Limpo... Sampopemba, a gente retomou com o pessoal de lá. E iniciamos o trabalho com muita dificuldade no sentido de que o pessoal já participou sem receber, sabe? E os educadores também que a gente selecionou, muitos ficavam sem entender o que fazer, não entendiam o que fazer nesse sentido. E a gente começou nesse sentido de estar tentando aglutinar mais pessoas. Aí, a gente tinha um grupo de doze pessoas. Aí, foram diminuindo. Aí, a gente aproveitou todas essas coisas para poder alavancar e crescer e estar se expandindo.”*

Na Capela do Socorro, o subprefeito foi seduzido pela idéia das UPPs. Tadeu decidiu bancar com recursos da subprefeitura o Jornal-Guia da Capela do Socorro, um dos primeiros produtos da Colcid. O informativo trazia notícias locais, em geral, sobre projetos desenvolvidos pela prefeitura, acompanhadas de mapas de localização das UPPs nos distritos abrangidos. O jornal foi produzido pelo núcleo da Capela do Socorro, mas os mapas que compunham o guia precisavam ser produzidos por geo-referenciamento. Moraes acionou um velho conhecido que trabalhava numa empresa de geoprocessamento, a Iderpa. Paulo, inicialmente, não acreditou que dois jovens sem qualquer experiência prévia – Sandra e Carlito – fossem capazes de produzir os mapas. *“As primeiras conversas com o Paulo eram engraçadas porque era pura técnica, de se sentir... fazer: 'ah, não é assim'. Muito técnico. (...) Papo técnico de sentir: “não, a gente tem que... é o triângulo, não sei o quê. E era muito técnico. (...) As coordenadas, a latitude, longitude. E ele mudou muito nesse sentido. Então, uma pessoa que a gente ganhou pela proposta, que é forte nesse sentido de estar vinculando pessoas aí. Então, a gente iniciou com esse guia. Um trabalho, de início, desacreditado até por ele mesmo. Aí, ele foi vendo que dava: 'opa, espera aí'. Foi melhorando, melhorando, hoje, é normal você perguntar para ele se ele acreditava antes: 'não'. E hoje... Falar, por exemplo o que está acontecendo... (...) O Paulo, hoje, não trabalha mais na Iderpa. Ele é mais da equipe do Civitas do que de qualquer outra coisa. (Olha só, ele acabou saindo da empresa?) Saindo da empresa. Acabou com a visão empresarial, técnica.”*

Apesar do envolvimento das equipes da Colcid e do Instituto Civitas, as dificuldades para garantir a sustentabilidade dos núcleos pareciam incontornáveis e os grupos se dissolviam continuamente. Dificuldades para sustentar a frequência dos alunos que abandonavam as aulas para procurar

emprego, ou ainda porque conseguiam um emprego; conflitos com entidades locais que exigiam 'contrapartidas' em troca do espaço físico para sediar os cursos; falta de equipamentos técnicos como computadores disponíveis para o treinamento. Carlito diz que as coisas foram esfriando: *“então, um grupo abaixava, aumentava, então, estava meio que assim. E, nas outras regiões, sempre foi dessa forma, então, foi esfriando, esfriando nesse sentido.”* Na região próxima à Casa da Juventude, o único espaço disponível para os cursos era o telecentro coordenado por seu Lopes, mais uma vez em cena, o eterno presidente da Casa de Cultura São Luís. Lopes foi e ainda tem sido um dos parceiros mais diletos da Colcid. Carlito reconhece nele um aliado de primeira ordem que colaborou decisivamente para que, nos momentos difíceis, a cooperativa não se dispersasse: *“A gente teve contato com o seu Lopes. Foi muito interessante. (...) A gente apresentou a proposta e a gente utiliza o espaço até hoje. Faz esses contatos. Eles não recebem nada. Não tem essa questão de estar: 'o que é que vem para mim?'. Então, o seu Lopes, ele foi muito bom... o contato lá, que possibilitou a gente estar até admitindo algumas pessoas para o projeto porque a gente utilizava lá, o espaço da Casa de Cultura.”*

Apesar da boa parceria com a Casa de Cultura, as relações com outras entidades não iam bem. Carlito diz que havia possibilidade de utilizar os recursos do programa Oportunidade Solidária para o aluguel de alguns espaços de treinamento, mas isso comprometeria o projeto de expansão da Colcid, pois o Instituto Civitas deixaria de envolver outros atores locais na proposta: *“A gente poderia alugar uma casa e colocar tudo mundo. Mas a gente tem que pegar as coisas que estão... que existe, no sentido das próprias entidades, para estar mostrando a proposta e estar avançando com o projeto.”* O Instituto Civitas priorizava a relação com outras entidades, mas *“eles queriam só saber do dinheiro que vinha. Que a entidade recebia uma cota, que é pouco, mas aquilo se tornava muito mais do que o trabalho que estava sendo desenvolvido. Ninguém participava.”* A Colcid podia, no entanto, contar com algumas pessoas que viabilizavam uma estrutura própria para permanecerem conectados às atividades. Colaboradores individuais que tinham condições de manter, em suas casas, um computador ligado à internet e tinham interesse em continuar colaborando. Isto fazia valer a insistência nas relações com os programas da SDTS.

Também a Casa da Juventude estabelece relações com a SDTS de forma independente da Colcid. A Casa vai sediar, na cozinha da entidade, uma cooperativa de produção de 'marmitex' apoiada pelo programa Oportunidade Solidária. A cooperativa Paladar passa a integrar, juntamente com a Colcid, o corpo de projetos desenvolvidos pela Casa. O envolvimento da Paladar com a Casa da Juventude dá lugar ainda a um episódio elucidativo das relações armadas no campo do terceiro setor. A Casa da Juventude participa de uma rede de cinco entidades capitaneada pelo Senac. O projeto da rede

ostenta o nome de 'Empório Social'. O Senac, como “propulsor” do projeto – “aquele que impulsiona a criação da rede” –, deve “juntar as produções das organizações no sentido de viabilizar geração de renda e essa formação de cooperativas e estar tentando juntar. Aí, juntou cinco entidades e, dessas cinco, eles têm a tarefa de construir um produto de cada uma delas para colocar dentro do Empório. E também se começou a fazer ações coletivas. Por exemplo, eles fizeram a recepção da (prefeita) Marta aqui para a inauguração do CEU. Quem fez o café da manhã foi esse grupo e o custo foi pago por isso. (...) Eu posso escolher fazer pão de mel e esse é o meu produto. Vai ter o selo lá: 'Pão de mel – Casa da Juventude'. Esse produto pode ser exportado. Tem uma outra rede que já está exportando. Já tão exportando pra Espanha, Portugal... Que tá na linha do tecido, patchwork, aquela colagem tipo mosaico, mas com tecido, várias peças. E tão investindo agora no (Jardim) São Luís a questão da alimentação. Então, é uma coisa que tá se formando. E ainda tem um prêmio e eles propõem que as organizações se inscrevam no prêmio da Ashoka⁴³ com o produto do Empório Social. O Empório Social seria o aglutinador destas instituições. O Empório Social, na verdade, é uma proposta do Senac que seja uma vitrine dos produtos das organizações. E, aí, o empreendedor, o empresário, ele tá em busca de um tipo de produto. Ele vai lá ver o que o Senac tem e vê o que o Empório tem. Como a SAS (Secretaria de Assistência Social do município), que tá lançando a Loja Social. Seria com estes empreendimentos todos, você canalizar isso para a venda, ter como reverter. (...) A Casa da Juventude também participa disso, mas não com a Paladar. A Paladar não topou. A Paladar tem a cabeça desse tamanho (aproxima o polegar do indicador) e que não vai sair disso. A gente deu até uma intimada pra elas: 'o que gente pretende fazer é isso aqui? Ou vocês vão... Tem que abrir isso aí'. (...) Quando elas entraram... a gente quer fomentar um grupo mesmo, é um grupo que se abra, é um grupo que entra pessoas, é um grupo que gera recursos, um grupo que tenha abertura pra fazer outras coisas... Mas não, elas querem fazer marmitex. Se tiver que fazer pão de mel, elas não vão fazer pão de mel... Marmitex, marmitex, mesmo que não venda nenhum marmitex. Elas não tem visão de mercado, do que está precisando. Então, a gente tem participado... tá formando um paralelo aí, nós estamos criando um grupo de jovens que está trabalhando com alimentação. A gente vive sendo convidado pra participar de feiras, mas a gente nunca tem um produto”, diz Iraci.

Iraci é entusiasta do projeto do Empório Social. Vê na iniciativa do Senac uma possibilidade de formalizar o que é informal – o trabalho: “porque emprego não tem mais, mercado formal não

⁴³ A Ashoka Empreendedores Sociais é uma organização internacional sem fins lucrativos de origem indiana que financia empreendedores sociais em todo o mundo. A organização define o empreendedor social que financia como: “uma pessoa visionária, criativa, prática e pragmática; que sabe como ultrapassar obstáculos para criar mudanças sociais significativas e sistêmicas. Possui uma proposta verdadeiramente inovadora, já com resultados de impacto social positivo na região onde atua, e demonstra estratégias concretas para disseminação desta idéia nacionalmente e/ou internacionalmente”. Cf. Site: www.ashoka.org.br (acesso em 27/07/2006)

existe, então, é um informal. Mas como é que a gente formaliza o que é informal? Então, esses grupos tão tentando sobreviver.” Mas a pouca disponibilidade das cooperadas da Paladar frustrou as expectativas de Iraci. Elas parecem não compreender algo que é comum no terceiro setor: o trabalho jamais se resume àquilo que é da competência e de acordo com a formação e o ofício de cada um, mas varia de acordo com os agenciamentos provisórios e as solicitações exigidas pelas circunstâncias de mercado. É a forma da disponibilidade permanente da força de trabalho que é capaz de formalizar o trabalho informal. E é essa mesma a condição da 'solidariedade' entre a cooperativa de marmitex e a ONG Casa da Juventude. A Paladar não colaborou, não foi 'solidária' com a Casa da Juventude, ao não se dispôr a produzir a mercadoria necessária, 'just in time', para o Empório Social. O objetivo de Iraci, agora, é organizar cooperativas mais afinadas com esta “visão de mercado”; desenvolver projetos, na Casa da Juventude, que estimulem a produção de mercadorias com a marca – “o selo” – da entidade. Para isso, não vê qualquer problema em mudar o foco das ações do âmbito cultural, em que a Casa atua hoje, para o âmbito comercial. As dificuldades de financiamento da entidade também são um bom motivo para a mudança: “*É a lei da sobrevivência. Porque os recursos que a gente tem são super pontuais. Você tem que comprar aquele computador, daquela marca, daquele jeito. Aí, assim, quando você paga água, luz, telefone, a entidade tem que se virar pra conseguir coisas. Aí, ela faz rifa, faz festa, faz barraca. Inventa coisas pra poder ter algum dinheirinho pra poder dar conta minimamente dessas coisas. O que é um erro por um lado, agora, por outro lado, é isso o que eu tô falando: a gente já tá pensando num projeto que é um produto da Casa da Juventude com as pessoas interessadas em constituir um grupo. Então, a gente tem um grupo de jovens interessados em saber mais sobre isso, em produção, em trabalhar na cozinha. Isso, com certeza, a gente vai chegar num projeto de alimentação. São coisas que a gente vem discutindo dentro do projeto Vitae, por exemplo, a reciclagem, o meio ambiente... A gente tá vendo como faz a reciclagem de alimentos. Aí, a gente entra com agricultura urbana, sabe? A gente quer fazer um projeto mesmo. Não é assim: ‘vamos lá fazer pão de queijo’. Só que hoje, a gente tá indo lá fazer pão de queijo. Só que a gente já tem um grupo. Esse grupo tá se exercitando, fazendo compra, cozinha. Fora que o Senac, dentro desse projeto de alimentação, tá fazendo um projeto de capacitação para jovens nas instituições.”* Esta entrada da Casa da Juventude no 'ramo das cooperativas' parece, desta forma, fazer passar a experiência do trabalho cooperado – supostamente desalienante porque modulado conforme as circunstâncias da necessidade coletiva – pela urgência do trabalho multifuncional, flexível e superexplorado, premido pela sobrevivência nas redes de relações de cooperação entre as organizações do terceiro setor.

A Colcid, por seu lado, mantém suas parcerias com a SDTS. Mas muda de tática. Desiste do Oportunidade Solidária e decide assumir uma turma do programa Bolsa-Trabalho desde o início,

com 150 beneficiários no Campo Limpo. O que, contudo, também não significou um grande passo em sua expansão. As dificuldades nas relações com entidades locais são as mesmas em ambos os programas e continuaram tanto na primeira parceria com o Bolsa Trabalho no Campo Limpo, em 2004, como em projetos sucessivos no correr do ano, na Penha e na Mooca. As relações com a SDTS, no entanto, só vão se encerrar quando a Secretaria deixa de existir sob o mandato de José Serra na Prefeitura de São Paulo. A Colcid, mesmo com as limitações que encontra nos programas, não deixa, de encontrar caminhos para dar vazão a seus projetos de expansão. Nas palavras de Carlito: *“A idéia é o quê? É expandir a cooperativa, é a expansão da cooperativa. É uma cooperativa só. A idéia é o quê? Atingir a cidade de São Paulo inteira. Nossa estimativa é alcançar 8.100 jovens. A cooperativa attingir 8.100 jovens trabalhando na cooperativa.”*

A excelência dos projetos sociais em disputa

No mesmo ano de 2004, a Casa da Juventude recebeu um prêmio de 40 mil reais pela iniciativa da Colcid em parceria com o Civitas. O prêmio é concedido pela Associação Caminhando Juntos (ACJ), uma reunião de grandes empresas interessadas no investimento em responsabilidade social – algumas delas multinacionais com o porte da Gillete do Brasil SA. A ACJ, por meio de seu prêmio, financia programas de excelência no terceiro setor e acaba por instalar um verdadeiro gargalo no mercado de recursos financeiros para as entidades sociais. Na seleção que aprovou o projeto da Colcid e mais sete outros projetos, havia nada menos que 106 outras entidades concorrentes. A ACJ parece, portanto, estas, no Brasil, entre as organizações empresariais pivôs do extraordinário mercado de concorrência entre as entidades sociais. Iraci, outrora menos reticente para com a Colcid, fala sobre a premiação: *“A Casa da Juventude, por essa proposta, chegou lá com mais oito entidades, que eles acreditam que são oito entidades de ponta da cidade de São Paulo. Para discutir novas formas de profissionalização, né, que não dá mais pra fazer os cursinhos profissionalizantes, igual no passado, né, que é uma outra história. Se bem que é assim: a gente tá discutindo com outras entidades, a gente sente que a gente é um ET no meio disso tudo. Sabe, assim? Porque eles ainda têm aquela visão de mercado de trabalho, de formar um menino digitador, de fazer, né? Com toda uma concepção filosófica, pedagógica, não sei o quê, não sei o quê, mas a prática ainda é colocar no mercado de trabalho. Tudo bem, todo mundo precisa trabalhar, precisa ganhar dinheiro, mas qual é que formação de fato que esses meninos têm? Né? Então, a gente realmente sabe que a gente é... é diferente. Que a gente conseguiu reunir algo diferente do que tem por aí.”* Carlito é crítico à ACJ, mas laureado pelo prêmio, pretende dar 'outro sentido' ao projeto: *“A idéia central desses projetos que eu vejo é o quê? É conseguir empregados mais capacitados. (...) Mas nós trabalhamos na forma que eles sejam donos, donos do nosso*

próprio negócio, do próprio empreendimento.”

O recurso aportado pela ACJ permitiu a consolidação do núcleo central da Colcid na Casa da Juventude. Hoje, a cooperativa possui uma sala exclusiva no mesmo prédio reformado que fora do velho orfanato. O acesso à sala da Colcid é independente. Uma porta de aço isola a cooperativa das demais salas do prédio. Ali estão instalados oito terminais equipados com computadores de ponta, conexão de banda larga à *internet*, aparelho de *datashow*, máquinas fotográficas digitais, sistemas de circuito interno com câmeras nas portas de acesso à sala e ao prédio. Os recursos permitiram a contratação de cursos de fotografia, diagramação, geoprocessamento, entre outros. A instalação do 'QG da Colcid' permitiu o aporte de outros contratos e a elaboração de produtos cada vez mais sofisticados. Os jovens membros da cooperativa trabalharam, em 2004, na preparação de um guia de ruas completo da Cidade de São Paulo, uma encomenda da Secretaria de Governo da PMSP. Em 2005, a cooperativa foi quarteirizada por uma empresa de manutenção que presta serviço para a companhia privada de fornecimento de gás da cidade de Curitiba. A Colcid fez o mapeamento técnico da malha de gás encanado da cidade, identificando pontos onde estão instaladas conexões e artefatos técnicos específicos que necessitam de manutenção permanente. As informações eram fornecidas pela companhia curitibana, mas foram geo-referenciadas pela Colcid em São Paulo. O serviço prestado pela cooperativa parecia já bem distante da Base Comum de Conhecimento Cidadão, mas a Colcid insistia ainda em sua frente de “serviços não-comerciais” – expressão de Sandra. Os cooperados estavam também envolvidos na produção de calendários-guias já para o ano de 2006. Os calendários apresentam mapas e dados sobre as UPPs do distrito do Jardim São Luiz. *“Esse aqui não vai ser um produto essencialmente comercial, lucrativo e, por isso, tem essa questão social também. Então, é isso: a gente está procurando empresas que possam apoiar o projeto, bancar o miolo. Aí, a gente estipulou uma meta: se a gente conseguir cento e vinte empresas, e cada uma comprando uma cota de trezentos, a gente estipulou que cada empresa pode comprar no mínimo trezentos... para no final do ano distribuir para aos clientes porque vai vir a propaganda das empresas na capa”*, diz Sandra.

Outros prêmios vieram na esteira do primeiro. A Câmara Municipal de São Paulo concedeu à Colcid o Prêmio Milton Santos. O prêmio é concedido a iniciativas e projetos que tenham foco na questão do território como suporte de ações coletivas. O Prêmio Milton Santos não prevê a transferência de recursos. É um prêmio de reconhecimento e recomendação – o aporte não é financeiro, mas de visibilidade. E a visibilidade da Colcid é de longo alcance. Por ocasião do prêmio Milton Santos, ainda em 2004, chegou às mãos do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, um exemplar do jornal-guia que a cooperativa elaborou na Capela do Socorro. Animado pelo projeto da

Colcid, Gil veio visitar a Casa da Juventude a fim de conhecer a proposta. Segundo Iraci, a visita serviu como subsídio para o desenvolvimento do programa federal Pontos de Cultura. O programa prevê a transferência de 250 mil reais para entidades sociais num período de dois anos. Essas entidades deveriam promover atividades culturais e seriam transformadas pelo programa em pólos locais de produção cultural – os Pontos de Cultura. A Casa da Juventude foi agraciada pelo programa em 2005. O encaminhamento do projeto teria levado a um novo atrito entre Iraci e Moraes. Moraes teria defendido que o projeto da Casa deveria solicitar o recurso apenas para o desenvolvimento da Colcid e não para todas as atividades da Casa, já que fora a cooperativa que chamara a atenção do ministro. Iraci discorda. Diz que a Casa da Juventude tem uma ‘identidade’ que não corresponde exclusivamente à Colcid: *“A Casa da Juventude são as aulas de música, o Agente Jovem, o EGJ, a Paladar e não apenas a Colcid.”*

Iraci também vai perdendo o encantamento por seu parceiro à medida que o dinheiro dos projetos e a projeção social se interpõem à colaboração anunciada – tem lugar, mais uma vez, a “disputa de identidades”. O episódio revela como Moraes, a despeito do discurso contrário aos modelos de financiamento das ONGs, pode também disputar os recursos de qualquer modo. Provavelmente, amparado por sua justificativa de que não se pode correr atrás de esmolas, mas pode-se aceitar o recurso advindo de um reconhecimento público. O que, no fim das contas, não incorre numa situação diferente em termos das relações de dependência que se armam entre beneficiários e financiadores. Iraci diz que, para Moraes, uma eventual aprovação do projeto pelo ministério seria consequência do interesse exclusivo do ministro Gil pela Colcid. Mas, para ela, a Colcid não é uma experiência isolada, a cooperativa integra o corpo de projetos da Casa da Juventude que, ao fim e ao cabo, é a única identidade. A solução seria o envio de dois projetos: um específico para a Casa da Juventude, outro para o Civitas, a fim de possibilitar outros núcleos de produção de informações nas UPPs da Mooca, Capela do Socorro e Sapopemba – iniciativas que ficaram financeiramente descobertas desde a extinção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade.

O Civitas, no entanto, não enviou nenhum projeto, segundo Iraci, porque não houve tempo e “eles se enrolaram”: *“pelos atropelos de tempo e não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê, só a Casa da Juventude mandou um projeto cultural que leva como base tudo isso que ela pensa, tudo isso que ela constrói, a questão das idades, a questão do território, a questão dessa parte de conhecimento comum do cidadão. Mas ela tem como foco principal a realização de atividades culturais como cinema, música, teatro, dança, violão e percussão. Esse é o projeto do Pontos de Cultura. E o Civitas não mandou, não conseguiu fazer a tempo. (A decisão era de fazer dois*

projetos?) *Era. A princípio sim, mas depois, quando tava às vésperas mudou alguma coisa, mas eu continuei fazendo esse projeto. Temos as nossas... (Diferenças.) Temos sim, porque eu acho que é identidade. A gente não pode ir contra isso. A identidade da Casa da Juventude é composta de várias coisas... Se for assim, nunca mais vai ter aula de percussão. Vai continuar sem instrumento. E tem um grupo de jovens aí que querem saber de música, querem estudar, e a gente só vai olhar para o trabalho que é dentro do território da região, dados, da tecnologia.”*

As divergências entre Moraes e Iraci vão culminar numa polarização quando das eleições para os colegiados de administração da Casa da Juventude. No dia 2 de abril de 2005, no refeitório da Casa da Juventude, uma assembléia de associados decidia a composição dos conselhos gestor e fiscal da entidade. No transcurso da reunião mediada por um ex-educador da Casa – atualmente contratado pela ONG Reinado da Paz – esboçava-se o delineamento de dois 'partidos': um deles congregava educadores e administradores da entidade, enquanto outro era majoritariamente composto pelos integrantes da Colcid. A eleição decidiu em favor da cooperativa que passava a controlar a maioria dos assentos no conselho gestor. A eleição da diretoria, feita pelos membros do conselho uma semana depois, confirmaria Carlito como presidente da Casa da Juventude. Os educadores da Casa acreditam que o trabalho deve ser pela união, mas não escondem o descontentamento com a postura de Moraes: *“O que o Moraes tá fazendo com aquela rapaziada é quase um estupro. Ele explora a juventude, é autoritário. Você já reparou que todos eles só repetem o que ele diz? Ele não permite que o jovem encontre seus caminhos por iniciativa própria. É mapa, mapa, mapa!”*, diz Cláudio. Marquinho, outro educador, diz que o problema é que o pessoal não concorda com os métodos de Moraes – *“ele quer decidir tudo na Casa da Juventude, quais parcerias vai fazer, quais não vai, desautoriza os educadores na frente dos meninos”* – e que isso levou a uma situação extrema de embate, mas que não duraria muito. Marquinho acreditava numa reconciliação que aconteceria em breve. Cláudio não é tão otimista: *“Nosso problema é de fundo. O Moraes tá numa coisa antiga, ele é comunista e o comunismo já acabou. Ele não percebeu isso. Fica criando um monte de regras para os jovens e isso não dá certo. Se um menino quer usar tênis Nike, eu vou falar para ele usar tênis Nike. Eu falo pra ele que as coisas não são por aí, mas se ele quer usar, deixa ele usar. Se o menino quer ser executivo de uma multinacional, deixa ele ser.”*

A própria Iraci vê “grandes impedimentos” no horizonte. Ela diz que o projeto da Colcid também é da Casa da Juventude. *“Nós construímos isso juntos. O Moraes só conseguiu implementar a cooperativa porque nós apoiamos. Onde estão os outros núcleos da Colcid? Não dá certo porque as outras entidades não bancam. Nós bancamos, mas a Casa da Juventude já existia antes, ela tem sua identidade própria, não é só dados, mapas. Tem violão, um grupo de teatro maravilhoso! Eu*

fui das pessoas que mais apoiou no início, mas tem uma hora que chega o limite, não dá mais, chega, ele quer impor tudo, restrições aos financiadores – ‘que empresa é essa aí? O que que eles fazem?’ – os projetos param! Por isso que eu falei aquele dia que eu queria ir embora.” Cláudio é o antagonista mais irredutível: “Ele cria problema nas nossas parcerias. Não dá pra ficar todo mundo passando fome por causa do comunismo dele lá, que já acabou. E tem mais: as empresas que a gente traz não serve, mas as que ele consegue para encomendar serviço pra cooperativa, aí, vale, são boas; dois pesos, duas medidas. O que eles tão fazendo ali é uma empresa.” O pessoal da Casa tem uma interpretação sobre quais seriam os reais objetivos de Moraes. Curiosamente, seus adversários não levantam contra ele qualquer suspeita de fundo moral. Cláudio arrisca-se: “Ele não quer nada para ele, isso não posso falar. Ele vive sem um tostão furado. Não tem dinheiro nem para pegar ônibus. Também não quer ser candidato a nada, nada, nada. A gente fica pensando o que ele quer porque a gente pensa com a cabeça de hoje, mas a cabeça dele tá lá no passado.” Iraci é categórica: “O que ele quer é a revolução. Sério! Ele está fazendo a revolução. Não dá pra entender, mas... Sabe por que a Regina Mara saiu da Casa da Juventude? Por causa dele. Na primeira vez que eu fui me encontrar com ele, ela foi junto. Quando a gente tava voltando – você sabe, ela é muito religiosa – ela me disse: ‘esse homem é o demônio, ele vai acabar com a sua vida’. Eu devia ter ouvido ela. Mesmo depois ela dizia: ‘você não tá percebendo que ele tá tomando tudo?’ Ela tava certa. Ele não respeita a identidade da Casa da Juventude. Olha a situação que a gente tá hoje: o Carlito vai ser presidente porque ninguém mais quis ser... Ele tá usando esses meninos.” Cláudio e Iraci concordam que não é possível dizer nada pessoal que deponha contra Moraes. “Ele é visionário. E intelectualmente é uma grande cabeça, mas o que nós não concordamos é com os métodos de manipulação.” As fissuras se abrem na Casa, mas ambos os 'partidos' defendem a instituição e suas propostas que seguem até hoje.

Carlito e Sandra são, atualmente, estudantes de geografia na PUC-SP. Em 2005, a cooperativa conseguiu colocar mais cinco de seus membros na faculdade. Ao que parece são quatro novos estudantes de geografia na PUC e um de *marketing* na Unip, que protesta: ‘*não fala isso, que vão achar que eu sou marqueteiro*’. Para Sandra, há diferenças essenciais entre o trabalho da Colcid e dos outros projetos sociais: “em 2001, o Moraes, ele propôs o Agente Jovem não assim simplesmente um bando de gente aprendendo cidadania, aprendendo a respeitar um ao outro. Até porque isso não existe. Você vai aprender a respeitar o outro e chegar em casa e não ter comida, e chega em casa e vai logo brigando. Um fala que mora na favela, não tem lugar para brincar, que não... Espera aí, você vai ensinar o cara a respeitar o outro como?” (A idéia do Agente Jovem originalmente era essa? Respeito mútuo?) *E era aprender a virar cidadão. (O que quer dizer isso?) É ser pessoas boas, não matar, não brigar, e morrer de fome calado. É. Ser cidadão é isso: é*

morrer de fome calado, sem abrir a boca.” Carlito acrescenta: “O maior desafio é o quê? É o entendimento. Você entender o que você está fazendo porque, por exemplo, se a gente fosse fazer uma cooperativa de cocada, você vai ralar o coco, esquentar com açúcar e pronto, saiu a cocada. E a nossa cooperativa não. Tem todo um lado que, de início, não é simplesmente ganhar dinheiro e sim o social, de ter uma transformação social que a gente quer, e que as pessoas entendam isso. A cooperativa não é simplesmente conseguir um retorno para nós e sim para a população, para outras pessoas que estão ao nosso redor. Esse é o maior desafio que a gente tem, não só aqui, mas em qualquer outro lugar. Entender que a mudança não deve ser só na nossa vida e sim das outras pessoas que estão aí ao nosso redor. Esse é o maior desafio que a gente teve para chegar onde a gente está hoje, esse patamar de legalizar a cooperativa.”

As mudanças no projeto das UPPs são sutis, mas parecem abrir espaço para soluções políticas bastante diversas. Apesar do discurso aguerrido que persiste, nos seis anos que vêm desde o início de 2000, poder-se-ia dizer que passamos de uma proposta da 'união das repúblicas das UPPs' para o 'império da Colcid'. Isto para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Porque a ambição expansionista do Instituto Civitas não se encerra nos limites da metrópole. A própria Iraci, quando esteve mais integrada à proposta, relatou: “Então, se você pensar numa cooperativa de logística da cidade, uma logística só vai ter razão de ser, né... Vamos supor que você é empresário. Você quer utilizar os serviços da Colcid. Você não vai nunca reduzir o seu foco a esse pedacinho. Você vai precisar de uma dimensão muito maior. Então, a idéia da Colcid é uma coisa muito grande mesmo. Que é a Grande São Paulo. Por enquanto. Porque a coisa já está começando a ficar complicada. Porque Minas tá chamando... Minas tá chamando, o pessoal lá da universidade... tá chamando. O Moraes esteve lá pra fazer uma apresentação. Agora, eles querem que a gente vá lá. E que leve gente, que exponha. Eles querem implantar. O Moraes foi pra Pernambuco semana passada. Pernambuco já... assim, já tá com viagem marcada de novo, com a prefeitura, que eles querem utilizar. Então, a coisa começou, a gente tinha uma previsão, de cinco anos. Assim, humildemente falando, assim, sentados nós dois, né? Cinco anos pra que isso começasse a ter um... uma repercussão mesmo, de começar a expandir, tal. Mas tá acontecendo muito antes. Porque um monte de gente começou a saber desse trabalho e, aí, começou, a coisa começou a crescer.” Se a Colcid pode lançar seus tentáculos para a RMSP, o Instituto Civitas pode vir a controlar os sistemas em âmbito nacional, de maneira que não haja espaço para nenhuma negociação com as populações que não passe pelo sistema de informações territorializadas. Esta parece ser a Revolução de que fala Moraes – nela, já não se encontra distinção entre o que é a prestação comercial de serviços e o que resta da luta política pela emancipação das periferias. O Civitas parece ter a ambição de ser ambas as coisas a um só tempo. Colonizar os espaços – ONGs, fundações, empresas, organismos estatais –

e dissolvê-los no sistema. O futuro da experiência é incerto. Parece ocupar o limiar das novas indistinções entre o empreendedorismo privado e o protagonismo político.

Considerações finais

Esta dissertação, como era de se esperar, chega a seu fim sem qualquer possibilidade de extrair conclusões definitivas do assunto em pauta. Certa vertente das ciências sociais, implicada no estudo dos movimentos sociais urbanos, havia postulado uma forte oposição entre estas formas de organização e aquelas pautadas pelas relações clientelistas de favorecimento pessoal, assentadas na história de longa duração das relações entre o Estado e as populações moradoras das periferias. Ao fim deste trabalho, acredito ter fornecido evidências, ao menos parciais, de um embaralhamento das práticas associativas que foram objeto de apostas políticas e teóricas das últimas duas décadas e meia. Uma completa reconfiguração desta polarização do espectro político entre as associações de base das periferias paulistanas é, contudo, um processo ainda em ato nos dias atuais. Por isso, não pretendi oferecer aqui mais do que indícios do sentido desta reconversão política em curso. Passo, nestas considerações finais, a uma marcação de alguns destes indícios. Mas sobretudo de questões ainda em aberto que precisariam ser desenvolvidas em um trabalho posterior.

Os indícios apontados pela descrição das situações recolhidas no trabalho de campo parecem assinalar mudanças em dois níveis: o primeiro deles, nas relações entre as associações que passam da articulação entre si para formarem pautas de reivindicação conjuntas ou mesmo de relações de oposição entre grupos políticos que controlam uma ou outra dessas associações para uma explícita concorrência entre elas pelos recursos de financiamento, prêmios e relações privilegiadas com financiadores de projetos sociais. Este foi o aspecto mais insistentemente assinalado nos percursos descritos nesta dissertação, o da concorrência generalizada entre as organizações como matriz discursiva e prática de suas ações. Mas esta concorrência que permite o traspasso aleatório entre a esquerda e a direita, o discurso classista e a prática de associação com interesses empresariais, não teria trânsito se a ela não correspondesse também uma mudança de atitude destas organizações para com aqueles que visam em sua ação. E, aí, passamos ao segundo plano do problema: estas organizações parecem progressivamente deixar de lado uma relação de representação de interesses e substituí-la pela prestação de serviços para as 'populações necessitadas da comunidade'. Este movimento parece uma tendência mais fortemente notada nas antigas associações de moradores. Mas justamente aqui surgem questões que não se resumem a uma mudança de função destas entidades associativas, mas, antes, uma mudança de mais largo alcance no diagrama de relações que mobiliza as organizações populares.

As antigas associações de perfil clientelista, de fato, nunca foram pautadas pela defesa ou representação de interesses coletivos, sempre visaram o provimento de benefícios limitados à suas

clientelas. Mas, no caso aqui estudado, a derrota de Lino na associação da favela Flamengo, não significou uma mudança nesta direção. A nova diretoria da associação ganhara a eleição com o apoio da esquerda e o próprio Jorginho, atual presidente, liderou o enfrentamento dos moradores com a fábrica que pretendia apoderar-se de parte do terreno da favela, além de ter participado de greves quando fôra metalúrgico. Mas a militância de esquerda desapareceu e o principal objetivo da associação é erguer uma sede que possa abrigar os projetos a serem desenvolvidos em parceria com a Fundação Ioschpe. A sede não é apenas o espaço físico para os projetos, mas também o 'cartão de visitas' que confere à entidade a visibilidade necessária para obter outras parcerias com novos projetos. É nestes termos que os diretores atuais se referem à sede da associação. A derrota de Lino também não parece ser apenas uma circunstância da conjuntura política local. Lino não fala em mobilizar os velhos estratagemas de que se valia para controlar os moradores da favela. Até porque a situação irregular dos moradores parecia em vista de ser resolvida pela nova diretoria da associação – a garantia, ao menos, do direito de posse. Lino sequer toca no assunto da associação que dirigiu por vinte anos, não parece querer mais disputá-la e não demonstra qualquer rivalidade direta com os diretores atuais da associação. Ele está interessado, agora, em organizar seus próprios empreendimentos, o principal deles, um movimento popular de ocupação de terra, do qual ele pretende se valer para tornar-se um grileiro, mas com uma tática de esquerda. Lino não pode sustentar as velhas práticas de troca de favores com políticos profissionais senão sob a nova forma movimentista, virtualmente capaz de lhe restabelecer os canais da intermediação de vantagens e, com o movimento, pode sonhar ainda mais alto: chegar por si mesmo à Câmara dos Vereadores.

Tais 'canais de intermediação' são bem conhecidos por Herculana que parece estar à frente de Lino no negócio das ocupações e dos mutirões, justamente por deter um 'capital político' que ele não possui, o de realmente ter sido uma liderança de esquerda. Esta 'vantagem comparativa' de Herculana, ex-militante do Partido Comunista do Brasil, habilitou-a inclusive a já ter sido convidada a compor a chapa do PL (Partido Liberal) como candidata a vereadora. Mas ela não aceitou o convite, pois sabia que não teria chance de vencer e suspeitava ter sido convidada apenas para cumprir a cota de candidatas do sexo feminino tornada obrigatória pela 'política de inclusão de minorias' da Justiça Eleitoral. O grupo de oposição a Herculana, existente já no período da ocupação que deu origem ao conjunto habitacional Vida Nova, desde sempre discorda de seus métodos na condução do centro comunitário e vai acusá-la de utilizar-se da entidade para fins escusos que vão desde a corrupção aberta até o favorecimento de protegidos locais que lhe dão suporte. O líder deste grupo, Osvaldo, se diz trotskista e ingressou na política como agitador operário da Oposição Metalúrgica, mas desistiu da disputa pela direção do centro comunitário e conduziu seu grupo para a fundação de uma ONG que vai lutar por postos de saúde e escolas no

conjunto, mas também vai concorrer ao financiamento de projetos sociais.

Projetos sociais como políticas de inclusão é, aliás, a atividade principal da Casa da Juventude, organização que nunca pautou-se pela representação de interesses políticos ou públicos. Fôra, originalmente, uma associação filantrópica de atendimento de meninos órfãos. Mas já não é apenas isso. Passando por sucessivas mudanças, tornou-se uma das mais importantes ONGs locais gestora de projetos sociais. Organizações como a Casa da Juventude parecem ser o *telos* de convergência, ao menos, almejado por todas as outras organizações e constitui o 'tipo ideal' daquilo que chamei a 'forma ONG'. No percurso da Casa da Juventude, percebemos mudanças as mais variadas: na estrutura física do prédio – aí novamente marcada a importância da sede –, mas, sobretudo, mudanças no objetivo da entidade pela necessidade 'democrática' de envolver toda a comunidade e não apenas os jovens, mas envolvê-la segundo projetos específicos definidos pelo corte de gênero, idade, aptidões, habilidades inatas e adquiridas, segmentando a população atendida por critérios que dizem respeito ao corpo mesmo dos indivíduos. Este 'abrir-se para a comunidade' de que fala Iraci é, de fato, a produção dos diferentes 'públicos-alvos' dos projetos sociais.

É o exercício pleno da biopolítica de que nos fala Michel Foucault. Mas a analítica do biopoder que nos foi legada por Foucault não constata apenas o investimento do poder sobre o corpo dos indivíduos e o perfil estatístico das populações. A biopolítica é uma ordem produtiva de relações mercantis entre empresas. É a formatação da sociedade e dos indivíduos segundo o modelo da empresa. E a produção, por sobre as condições da natureza, de condições novas para a vigência de mecanismos da concorrência entre empresas.⁴⁴ E de que tratam os projetos sociais desenvolvidos na Casa da Juventude? Os projetos administrados por Iraci, sobre os quais discorre longamente esta ex-militante do movimento estudantil, depois funcionária pública, depois gestora de uma ONG, têm como objetivo principal a geração de renda para as populações 'desfiliadas'⁴⁵ do mercado de trabalho. Não são, portanto, programas para disciplinar estas populações ao emprego fabril ou em quaisquer outras grandes empresas que já não oferecem mais vagas. São, nas próprias palavras de Iraci, uma tentativa de “formalizar o que é informal”. E qual a melhor forma do informal senão aquela que é sustentada pelo fomento às iniciativas autônomas do trabalho por conta própria e do cooperativismo? Cooperativas que realizam o ajuste *ad hoc* às necessidades da produção para grandes 'eventos-exposições' promovidos pelo terceiro setor – janelas de visibilidade para a venda de mercadorias e para a captação de recursos para outros projetos similares. Os cursos da Casa da Juventude são voltados ao estímulo de iniciativas empreendedoras inseridas em um contexto de

⁴⁴ Cf. Michel Foucault. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France 1978-1979*. Paris, Gallimard, 2004.

⁴⁵ A expressão é de Robert Castel. Cf. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. São Paulo, Editora Vozes, 1998.

desagregação do mercado formal de trabalho e, por isso, são políticas de exceção para a 'inclusão social dos excluídos', políticas de exceção vigentes sob um regime de urgência⁴⁶. Eis o novo estado de prontidão da força de trabalho, uma das formas daquilo que Francisco de Oliveira chamou “trabalho abstrato virtual”, levado à cabo por “políticas de funcionalização da pobreza”.

Morais e os cooperados da Colcid querem fazer oposição à 'forma ONG', mas não parecem senão levar mais longe o mesmo dispositivo biopolítico. Moraes já desistiu da “oposição” de seus tempos de militância operária e louva a postura “propositiva” de seus cooperados. Para além das tentativas sucessivas de expansão da Colcid, o sistema de informações criado pela cooperativa, grande 'inovação na área social' produzida pela parceria entre o Instituto Civitas e a Casa da Juventude, realiza a tarefa muito ajustada ao novo 'paradigma molecular-digital' de converter usos, hábitos, impressões cotidianas decorrentes da interação dos indivíduos entre si – e destes com as instituições e o espaço urbano – em dados codificados, eletronicamente armazenados em bancos informatizados, com a virtualidade de converterem-se em informações manipuláveis e comercializáveis. O sistema é, portanto, uma janela aberta de infinitas possibilidades de instrumentalização, abertura para os possíveis da exploração mercantil. A Colcid vai assim abrindo novas fronteiras para a acumulação, prospectando novas possibilidades para uma 'enclosure' do patrimônio comum e 'imaterial' que constitui a vida cotidiana nas periferias da metrópole. E a extraordinária ferramenta construída pela Colcid justifica-se por uma crítica às formas subordinadas do financiamento das ONGs, crítica desta prática de “pedir esmola para americano”, nas palavras de Moraes, em nome de uma reposição da 'autonomia popular' e com o objetivo de “*identificar e liberar as forças produtivas represadas nas periferias*”. Toda a engenharia social do sistema de informações alimenta-se da utopia da construção de uma 'Base Comum de Conhecimento Cidadão', construção sempre adiada enquanto a Colcid produz novos serviços no ramo da logística urbana.

Esta crítica e esta proposta política '*gauchiste*' e inovadora, produtiva de novos serviços para o mercado a partir do 'campo do social', não parece ser grande novidade para o debate teórico. Em Paris, no dia 14 de fevereiro de 1979, no auditório do *Collège de France*, o professor Michel Foucault analisava com sua audiência um conceito do economista neoliberal alemão Rüstow, o conceito de *Vitapolitik*, a política da vida: “il s'agit, vous le voyez bien, non pas de constituer une trame sociale où l'individu serait em contact direct avec la nature, mais de constituer une trame sociale dans laquelle les unités de base auraient précisément la forme de l'entreprise, car qu'est-ce

⁴⁶ Para uma discussão da declaração destes 'regimes de urgência' ou 'estados de emergência', aplicados, contudo, ao contexto internacional cf. Michel Agier. “La main gauche de l'Empire: ordre e desordre de l'humanitaire” in: *Multitudes II*. Paris, 2003. E também Craig Calhoun. “A world of emergencies: fear, intervention, and the limits of cosmopolitan order.” in: *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, 2004.

que c'est que la propriété privée sinon une entreprise? Qu'est-ce que c'est qu'une maison individuelle sinon une entreprise? Qu'est-ce que c'est que la gestion de ces petites communautés de voisinage [...] sinon d'autres formes d'entreprise? Autrement dit, il s'agit bien de généraliser, en les diffusant, et en les multipliant autant que possible, le forme 'entreprise' que ne doivent pas justement être concentrées sous la forme ou des grandes entreprises à l'échelon national ou international ou encore des grandes entreprises du type de l'Etat. C'est cette démultiplication de la forme 'entreprise' à l'intérieur du corps social que constitue, je crois, l'enjeu de la politique néolibérale. Il s'agit de faire du marché, de la concurrence, et par conséquent de l'entreprise, ce qu'on pourrait appeler la puissance informante de la société.⁴⁷

Após a explanação sobre o que seria a forma mais contemporânea do exercício do biopoder, Foucault acrescenta: “Et dans cette mesure-là, vous voyez bien qu'on se trouve au carrefour où sont bien sûr réactivés un certain nombre de vieux thèmes sur la vie familiale, la copropriété et tout un tas de thèmes critiques qui sont les thèmes critiques que nous voyons courir partout contre la société marchande, contre l'uniformisation par la consommation. Et c'est ainsi que – sans qu'il y ait du tout quelque chose comme la récupération, mot qui ne veut rigoureusement rien dire, entre la critique que était faite, disons dans un style sombartien, depuis 1900 à peu près, contre cette société marchande, uniformisante, etc., et puis les objectifs de la politique gouvernementale actuelle –, vous avez très exactement convergence. Ils veulent bien la même chose. Simplement, se trompent les critiques que s'imaginent, lorsqu'ils dénoncent une société disons 'sombartienne' entre guillemets, je veut dire cette société uniformisante, de masse, de consommation, de spectacle, etc., ils se trompent quand ils croient qu'ils sont en train de critiquer ce qui est l'objectif actuel de la politique gouvernementale. Ils critiquent quelque chose d'autre. Ils critiquent quelque chose qui a bien été sans doute à l'horizon explicite ou implicite, voulu ou non, des arts de gouverner des années vingt aux années soixante. Mais nous avons dépassé ce stade. Nous n'en sommes plus là. L'art de gouverner programmé vers les années 1930 par les ordolibéraux et que est devenu maintenant la programmation de la plupart des gouvernements et pays capitaliste, eh bien, cette programmation ne cherche absolument pas la constitution de ce type-là de société. Il s'agit, au contraire, d'obtenir une société indexée non pas sur la marchandise et sur l'uniformité de la marchandise, mais sur la multiplicité et la différenciation des entreprises.”⁴⁸

Fico por aqui nesta dissertação. A pergunta que resta é sobre qual o lugar de um pensamento e uma ação não passível de uma apropriação que já detém e se reproduz justamente pela forma do

⁴⁷ Michel Foucault. *Op. cit.*, p. 154.

⁴⁸ Michel Foucault. *Op. cit.*, p. 154-155.

informal.

Referências Bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila C. *Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

AGIER, Michel. “La main gauche de l'Empire: ordre e desordre de l'humanitaire” **in:** *Multitudes II*. Paris, 2003.

ARANTES, Paulo E. “A Fratura Brasileira do Mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização”, **in:** ARANTES, P. *Zero à Esquerda*. São Paulo, Conrad, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo, Edusp, 1996.

CALHOUN, Craig. “A world of emergencies: fear, intervention, and the limits of cosmopolitan order.” **in:** *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, 2004.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. São Paulo, Editora Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

_____. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France 1978-1979*. Paris, Gallimard, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

LOPES, João Marcos. “Das Utopias sem Lugar aos Lugares sem Utopias”. Usina, 2004, (mimeo).

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Tese de doutorado, IFCH-Unicamp, 2004.

MARANHÃO, Tatiana. “O administrável mundo novo: a emergência de uma nova gramática sob o signo da responsabilidade social empresarial”. Projeto de doutorado, FFLCH-USP, 2004.

MARX, Karl. *A Origem do Capital: a acumulação primitiva*. São Paulo, Editora Global, 1978.

_____. *A Burguesia e a Contra-revolução*. São Paulo, Editora Ensaio, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. “O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção?” Preparado como base para a conferência de abertura da Reunião Anual da ANPUR – Associação Nacional de Pós-

Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belo Horizonte, 2003, (mimeo).

_____. “O Ornitorrinco”. São Paulo, 2004, (mimeo).

_____. “Passagem na Neblina” in: *Classes Sociais em Luta pelo Socialismo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. “Política numa Era de Indeterminação: opacidade e reencantamento.” in: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virginia C. (Org.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba, UNIMEP, 2003.

POCHMANN, Márcio. “Sobre a nova condição de agregado social no Brasil: algumas considerações”, 2004, (mimeo).

RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento*. São Paulo, Editora 34, 1996.

SÁDER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Laymert Garcia dos. “A informação após a virada cibernética” in: SANTOS, L. G., KHEL, M. R., KUCINSKI, B., PINHEIRO, W. *Revolução Tecnológica, Intenet e Socialismo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. *Politizar as Novas Tecnologias*. São Paulo, Editora 34, 2003.

TELLES, Vera da Silva e CABANES, Robert (Org.). *Nas Tramas da Cidade*. São Paulo, 2006, (no prelo).

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo, Editora 34, 2001

YAZBECK, Maria Carmelita. “A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social” in: *Cadernos Abong*. São Paulo, 1995.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)